

JANEIDE NICÁSSIO SILVA NOLASCO

**O DIREITO AMBIENTAL NO ENSINO JURÍDICO: UM
ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO OFERECIDA EM
FACULDADES DE DIREITO DE SALVADOR**

Orientadora: Célia Regina Ferrari Faganello Noirtin

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Instituto de Educação

**Lisboa
2012**

JANEIDE NICÁSSIO SILVA NOLASCO

**O DIREITO AMBIENTAL NO ENSINO JURÍDICO: UM
ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO OFERECIDA EM
FACULDADES DE DIREITO DE SALVADOR**

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, no curso de Mestrado em Ciências da Educação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientadora: Profa. Doutora. Célia Regina F. Faganello Noirtin

Co-orientador: Prof. Doutor António Teodoro

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Instituto de Educação

**Lisboa
2012**

Epígrafe

A civilização tem isto de terrível: o poder indiscriminado do homem abafando os valores da Natureza. Se antes recorriamos a esta para dar uma base estável ao Direito (e, no fundo, essa é a razão do Direito Natural), assistimos, hoje, a uma trágica inversão, sendo o homem obrigado a recorrer ao Direito para salvar a natureza que morre. (Miguel Reale, 1987, p. 297)

Dedicatória

Dedico essa conquista à base estrutural de minha formação: *MINHA FAMÍLIA*.

Em especial aos meus pais: João Nicássio e Dona Deija, por fazerem de suas vidas o meu grande livro.

Ao meu esposo, Tolstoi Nolasco, exemplo de dedicação na busca do conhecimento.

Agradecimentos

A minha profunda gratidão ao Deus da vida, todo-poderoso, por todas as bênçãos e proteção recebida a cada minuto de minha vida pessoal e profissional, sobretudo, por ter colocado no meu caminho pessoas que me ensinaram e me ensinam a viver.

Agradeço aos meus extraordinários pais pela educação diferenciada que me deram, pelo incentivo e por compreenderem a minha ausência.

Ao meu esposo, exemplo de dedicação na busca do conhecimento, pelo apoio e por me fazer feliz.

A cada um dos meus irmãos que se fez presente cuidando dos negócios da família, suprimindo a minha ausência durante toda realização desse trabalho.

À minha querida Vovó *in memoriam* pela resistência.

Não posso deixar de agradecer aos meus sobrinhos pelo carinho, em especial aos meus também afilhados Junior e à encantadora Mariana.

Sou muito grata à equipe da FACCEBA, em especial ao casal Ms. Terezinha Camargo e Eduardo Magalhães pelo carinho, e pela iniciativa na implantação do curso.

À Universidade Lusófona, na pessoa do Dr. Antônio Teodoro, pela oportunidade que nos trouxe de avançarmos na busca do conhecimento.

Agradeço carinhosamente ao Prof.Dr. José Alexandre de Souza Menezes pelos ensinamentos, orientações, por ter me conduzido pelos caminhos da academia e apresentado minha orientadora.

À minha orientadora Dra. Célia Regina Ferrari Faganello Noirtin pela paciência, pela dedicação e facilidade em produzir conhecimento científico.

A todos os colegas, com os quais dividi minhas angústias e alegrias, em especial a Dyanne Fagundes pelo ombro amigo e Cosme Miranda pela atenção carinhosa que sempre me dedicou. Agradeço-lhes pelo incentivo no recomeço dessa caminhada.

Serei eternamente grata aos professores e/ou coordenadores das instituições de ensino jurídico de Salvador: Prof^ª Aidê Batista Neves - UNIFACS, UNIJORGE e ESAD; Prof^ª. Cristina Seixas Graça – FRBA, FACULDADE BAIANA DE DIREITO; Coordenador Prof. Fernando Leal - FACULDADE BAIANA DE DIREITO; Prof^ª. Kamila Assis de Abreu - F2J e UNIRB; Prof. Alírio Fernando Barbosa de Souza – UCSAL; Coordenadora Prof^ª. Renata Torres – FCS, Coordenador Prof. Fernando Santana – UFBA; Prof^ª. Roberta Casali Bahia Dami – UNYAHNA; Prof^ª. Milena Brito Filizola – FTC; Coordenador Prof. Antônio Jorge Ferreira

Melo – FIB; Coordenador Prof. Ricardo Ciriaco – FTE; Prof. Dr. Júlio Sá Rocha – UNEB e ESAD; Prof^a. Jussara Maria Salgado Lobo - UCSAL e demais instituições representadas por esses profissionais como: Ministério Público, Procuradoria do Estado e OAB/BA dentre outras que me acolheram e colaboraram de modo prestativo, com a realização dessa pesquisa.

Enfim, agradeço a todos que acreditaram e contribuíram, direta ou indiretamente, para a conquista dessa etapa de crescimento na minha vida.

Resumo

Esta dissertação teve por objetivo geral descrever como está sendo contemplado o Direito Ambiental nos cursos jurídicos oferecidos em faculdades de Salvador; os objetivos específicos foram identificar o lugar que a disciplina ocupa na grade curricular dos cursos de Direito de Salvador; conhecer o perfil e a receptividade dos professores que ministram a disciplina; verificar a importância e as relações intercurriculares a ela atribuídas pelos professores e apresentar sugestões para o ensino jurídico. Realizou-se a análise de discurso, através da técnica da entrevista semi-estruturada com questões abertas, sob o enfoque da Teoria das Representações Sociais. Foram entrevistados professores e coordenadores de cursos de Direito, que ministram aula de Direito Ambiental nas principais instituições de ensino jurídico em Salvador, no período setembro de 2009 a maio de 2010. Concluiu-se que o ensino do Direito Ambiental em faculdades de Salvador é inadequado e sugeriram-se algumas alterações tais como obrigatoriedade do oferecimento da disciplina, titulação mínima de mestre para o corpo docente; estabelecimento de uma carga horária mínima de 60 horas para o componente curricular, eventos na área, atividades de cunho prático e o desenvolvimento de ações de educação ambiental na academia.

Palavras-chave: Direito Ambiental. Ensino Jurídico. Faculdades de Direito em Salvador.

Abstract

This paper aims to describe how is being contemplated Environmental Law in Law Schools offered at colleges of Salvador. The specific objectives were to identify the conditions of eligibility and procedure for Environmental Law occupy a place in the Law Schools curriculum, understand the profile and responsiveness of teachers that teach discipline, verifying the importance and relations intercurriculares assigned to it by teachers and suggestions for legal education. We conducted the as methodology the analysis of discourse, through the technique of semi-structured interview with open questions, with a focus on Social Representation Theory. We interviewed teachers and coordinators of Law Schools, who teach classes on Environmental Law in the major institutions of Law Schools in Salvador, in the period September 2009 to may 2010. It was concluded that the teaching of Environmental Law in Law Schools in Salvador is inadequate and suggested a few changes such as mandatory offering of discipline, to endorse the a minimal master degree for faculty, establishment of a minimum workload of 60 hours for the component curricular, regular seminars events in the area, and oriented activities on development of environmental education at the academy.

Keywords: Environmental Law. Legal Education. Law Schools in Salvador.

Lista de abreviaturas e siglas

AIA	Avaliação dos Impactos Ambientais
APP	Área de Preservação Permanente
APRODAB	Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil
CDS	Comissão de Desenvolvimento Sustentável
CF	Constituição Federal
CPC	Conceito Preliminar de Curso
COPA	Companhia de Polícia Ambiental
DA	Direito Ambiental
DDT	Dicloro-Difenil-Tricloroetano
EA	Educação Ambiental
EAD	Educação à Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ESAD	Escola Superior de Advocacia
F2J	Faculdade 2 de Julho
FCS	Faculdade Cidade do Salvador
FIB	Centro Universitário da Bahia – Grupo Estácio de Sá
FRBA	Faculdade Ruy Barbosa de Administração e de Direito
FTC	Faculdade Tecnologia e Ciências
FTE	Faculdade de Tecnologia Empresarial
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis
IDA	Instituto de Direito Ambiental e Sustentabilidade
IESUS	Instituto de Educação Superior Unyahna de Salvador
INGÁ	Instituto de Gestão das Águas
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MP	Ministério Público
OAB	Ordem dos advogados do Brasil
OAB/BA	Ordem dos Advogados do Brasil seção Bahia

ONU	Organização das Nações Unidas
P.	Página
PGE	Procuradoria Geral do Estado
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNCED	United Nations Conference on Environment and Development
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNEP	Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas
UNIFACS	Universidade de Salvador
UNIJORGE	Centro Universitário Jorge Amado
UNIME	Universidade Metropolitana de Educação e Cultura
UNIRB	Unidade de Ensino Superior da Bahia
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

Índice Geral

Dedicatória.....	02
Agradecimentos.....	03
Resumo.....	05
Abstract.....	06
Lista de abreviaturas e siglas.....	07
Índice de quadros.....	11
Introdução e metodologia.....	12
Capítulo I. O Direito e o Meio Ambiente.....	23
1.1 Considerações Iniciais.....	24
1.2 O Direito e o Meio Ambiente.....	24
1.3. Evolução da Legislação Ambiental.....	31
1.3.1 A evolução no mundo.....	31
1.3.1.1 Os principais acidentes ambientais graves.....	33
1.3.1.2 Os principais movimentos internacionais e publicações de re-	
percussão.....	34
1.3.1.3 Os modelos de evolução histórica de proteção jurídica do	
meio ambiente no Brasil e a consagração da tutela jurídica holística.....	40
1.4 O surgimento do Direito Ambiental (DA).....	48
1.5 Conceitos de Direito Ambiental (DA).....	49
1.6 Princípios Fundamentais do Direito Ambiental (DA).....	50
1.6.1. Princípio do Direito ao Meio Ambiente Equilibrado.....	51
1.6.2 Princípio do Direito à Sadia Qualidade de Vida.....	52
1.6.3 Princípio do Acesso Equitativo aos Recursos Naturais.....	53
1.6.4 Princípio do Poluidor-Pagador.....	53
1.6.5 Princípio do Usuário-Pagador.....	54
1.6.6 Princípio da Precaução.....	55
1.6.7 Princípio da Prevenção.....	56
1.6.8 Princípio da Reparação.....	57
1.6.9 Princípio da Informação.....	58
1.6.10 Princípio da Participação.....	59
1.6.11 Princípio da Obrigatoriedade da Intervenção do Poder Público	59

1.6.12 Princípio da Educação Ambiental.....	60
Capítulo II. O papel da Educação Ambiental como ferramenta para a efetividade do Direito Ambiental.....	62
2.1 A Educação Ambiental na Legislação Brasileira.....	63
2.2 A Educação Ambiental como ferramenta para a efetividade da norma ambiental.....	65
Capítulo III. Complexidade, multi, inter, transdisciplinaridade e currículo no Ensino Jurídico.....	73
3.1 Por uma Compreensão Integrada.....	74
3.2 Evolução e Tendências do currículo no Ensino Jurídico Brasileiro.....	79
3.3 O Direito Ambiental no currículo do Ensino Jurídico.....	89
Capítulo IV. As opiniões apresentadas: o que é dito sobre Formação em Direito Ambiental oferecida em Faculdades de Direito de Salvador.....	95
4.1 Participantes das entrevistas.....	96
4.2 O que é dito sobre a formação em Direito Ambiental oferecida em faculdades de Direito de Salvador.....	98
4.3 Análise das entrevistas	147
Conclusão.....	156
Referências.....	160
Anexos.....	CLXIX

Índice de quadros

Quadro 1. Formação acadêmica dos professores e/ou coordenadores das instituições analisadas e exercício de atividade profissional na área ambiental.	- 148
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

INTRODUÇÃO

Os cursos jurídicos jamais devem ser encarados como simples preparação ao exercício profissional, antes como uma preparação para a vida. Embora possamos ficar reprovados na faculdade, não podemos nos conformar em sermos reprovados na vida (Comparato, 2004, p. 10).

TEMÁTICA

O Direito Ambiental surgiu como um ramo do Direito voltado para a tutela das relações jurídico-ambientais, observando sua natureza constitucional, difusa e transindividual, visando conciliar produtividade e proteção ambiental. Assim, o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente ecologicamente equilibrado encontram respaldo no Direito Ambiental, pois a proteção é efetivada através da legislação (Faganello, 2007) e da Educação Ambiental. Esta última, como disciplina transversal, deve caminhar junto com o ensino da doutrina jurídico-ambiental, para despertar o sentimento de pertencimento no homem afetividade e valorização da natureza, preparando-o para perceber a importância do ensino do Direito Ambiental. Além disso, a educação ambiental permite instrumentalizar a sociedade civil para exercer a cidadania ambiental, trazida no bojo do artigo 225 da CF/88:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Desse modo o preceito da Constituição Federal tutela o Meio Ambiente como um instrumento de realização da cidadania e da dignidade humana, ressaltando que ao Poder Público, são atribuídos deveres para dar efetividade à norma. Ademais, diz respeito à coletividade, e também por incidir difusamente, as perdas e danos ao meio ambiente são ofensivos ao bem jurídico protegido, em face de dados sociais e externalidades econômicas, privadas e públicas, em toda a sua amplitude. Assim, cabe também à coletividade proteger os bens ambientais.

Nesse contexto vislumbra-se o importante papel representado pela sociedade para proteção do meio ambiente, ressaltando-se que aos operadores do Direito é atribuída também essa tarefa, dispondo esses de um ramo do Direito, considerado novo. Trata-se do Direito Ambiental, também chamado Direito do Meio Ambiente, Direito Ecológico, Direito do Ambiente etc., que até recentemente não era atribuída à devida relevância, sendo considerado por muitos uma área do Direito menos importante, ou até mesmo, um ramo não autônomo do Direito – e alguns doutrinadores ainda pensam dessa forma. Com o crescente conflito existente entre o progresso econômico e o equilíbrio ecológico do planeta, o Direito Ambiental vem ganhando substancial importância como disciplina voltada para a tutela jurídica do meio ambiente e dotada de arcabouço jurídico com normas disciplinadoras da utilização do meio pelo homem.

Assim, o tema dessa dissertação se endereça para o Direito Ambiental no Ensino Jurídico em faculdades de Direito, na cidade do Salvador, Estado da Bahia.

Em função das exigências de natureza profissional e das características da atividade do advogado, considerando o Direito não um fenômeno isolado, mas conectado com outros fenômenos sociais e políticos, surge uma necessidade de articulação entre diversas disciplinas, ou seja, uma interdisciplinaridade capaz de levar o operador do direito a desenvolver o entendimento do homem e do meio ambiente, considerando-se parte integrante desse meio, e entendendo ser essa uma questão pedagógica.

Hoje, diante da problemática de degradação ambiental que a humanidade vivencia, a ausência da disciplina Direito Ambiental provocaria uma grande lacuna e um prejuízo considerável no currículo do curso de Direito. Sabe-se que as faculdades de Direito costumam priorizar disciplinas como: Direito Civil, Penal, Trabalhista, Processual, Tributário, Constitucional etc., deixando a desejar com relação a outras que, quando inseridas no currículo, são tratadas secundariamente e dadas de maneira superficial. Embora o Direito Ambiental não faça parte, ainda, do grupo das matérias obrigatórias, há uma necessidade crescente de ser dada a atenção que este merece.

PROBLEMA DE PESQUISA

Essa dissertação busca descrever como está sendo contemplado o Direito Ambiental nos cursos jurídicos em faculdades públicas e particulares de Salvador; o lugar que este ocupa na grade curricular; como está sendo tratado em termos de interdisciplinaridade; o perfil dos professores que ministram aula de Direito Ambiental e a importância dessa disciplina na formação do profissional de direito, despertando para uma prática de ensino jurídico comprometido com as mudanças, o desenvolvimento e as necessidades humanas, sem perder de vistas a proteção dos interesses ambientais e, conseqüentemente, da vida.

Assim, a questão básica que permeia essa pesquisa é: Qual a formação em Direito Ambiental oferecida no Ensino Jurídico em faculdades de Salvador?

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Descrever como está sendo contemplado o Direito Ambiental nos cursos jurídicos oferecidos em faculdades públicas e privadas de Salvador.

Objetivos Específicos

Identificar a presença da disciplina Direito Ambiental na grade curricular de cursos de Direito nas faculdades de Salvador;

Conhecer o perfil e a receptividade dos professores que ministram aulas de Direito Ambiental;

Verificar a importância e as relações intercurriculares atribuídas ao Direito Ambiental, por professores que ministram aula nos cursos de Direito;

Analisar a formação jurídica sob a ótica da interdisciplinaridade curricular;

Apresentar sugestões para o Ensino Jurídico.

JUSTIFICATIVA

Esse estudo é relevante, pois resulta da preocupação urgente de sensibilizar educandos e educadores acadêmicos para o tema abordado – “O Direito Ambiental no Ensino Jurídico: um estudo sobre a formação oferecida em faculdades de Direito de Salvador”. Isso em razão do atual grau de exposição aos danos e perdas ambientais, decorrentes da atividade humana, e as consequências desses danos para a sobrevivência da própria espécie.

Essa pesquisa é importante, pois demonstra que aprofundar a formação do profissional da área jurídica para as questões da vida, é uma necessidade imediata, além de contribuir para uma concepção mais humanista do Direito.

É um trabalho de relevância em diversos aspectos: sob o ponto de vista jurídico, traz grandes contribuições abordando uma das mais recentes e importantes áreas do Direito, que vem despertando interesse no conhecimento científico e oferecendo um amplo campo de atuação. Aborda também questões de ordem ética e profissional, já que o ramo do Direito estudado visa regular as relações do homem com o meio, e o operador do Direito precisa estar inteirado dos princípios basilares da ética, da responsabilidade e da justiça ambiental. Na esfera profissional é de fundamental importância, pois aborda a necessidade do profissional conhecer as proteções judiciais concernentes ao meio ambiente e a sua efetiva aplicação, visando um melhor desempenho nas suas atividades. A relevância no aspecto ambiental, diz respeito à busca pelo aprimoramento dos profissionais no conhecimento e na defesa do meio ambiente. Sob o aspecto social, é um trabalho indispensável, pois contribui para uma maior compreensão da relação do homem com o meio ambiente e deste com a vida, sugerindo mudanças na maneira de pensar e de agir das pessoas.

Além dos aspectos já citados, esse estudo é de grande utilidade, pois busca demonstrar que a presença da disciplina Direito Ambiental no currículo do ensino jurídico é fundamental para preparar o profissional do Direito a se preocupar e atuar nas questões jurídicas do meio

ambiente, fazendo a efetiva aplicação deste ramo jurídico de maneira crítica, consciente e participativa, e assim, utilizando as palavras de Gadotti (2005, p. 19): “Hoje, tomamos consciência de que o sentido das nossas vidas não está separado do sentido do próprio planeta, e continua, a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação”.

Portanto, diante de tantos problemas e da urgência na preservação da vida, percebe-se a necessidade de uma formação jurídica e conscientização voltadas para proteção ao Meio Ambiente e de medidas capazes de inibir àqueles que desrespeitam os limites do desenvolvimento; razão pela qual o ensino do Direito Ambiental precisa ser contemplado de maneira satisfatória para que os operadores da esfera jurídica, capacitados como profissionais e preocupados com a questão ambiental, possam valer-se do conhecimento para alcançar êxito na vida profissional, resultando em ganhos para toda a sociedade.

HIPÓTESE

O ensino do Direito Ambiental nos cursos jurídicos, oferecidos por faculdades de Salvador, é inadequado enquanto abordagem para a formação de profissionais na área, em razão da percepção limitada da comunidade acadêmica quanto à compreensão do Direito Ambiental como corpo substantivo do conhecimento de suma importância na formação do operador do Direito e das exigências da sociedade moderna.

ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Primeiramente é feita a Introdução do trabalho, onde são trazidos importantes elementos do trabalho, como objeto do estudo, a problemática, as fontes e referências teóricas, a metodologia de investigação, as razões de escolha do tema e o percurso expositivo da dissertação. Em seguida, a dissertação é dividida em quatro capítulos. O capítulo I trata da relação entre o Direito e o meio ambiente, e do nascimento da preocupação com sua tutela jurídica, demonstrando brevemente a evolução do Direito Ambiental. Traz ainda, as diversas denominações dadas por vários doutrinadores ao Direito Ambiental, e descreve os seus princípios fundamentais, princípios esses que conferem a esta disciplina, segundo a doutrina predominante, status de ramo autônomo do Direito. O capítulo II aborda o papel da educação ambiental para a efetividade do Direito Ambiental; O capítulo III aborda a complexidade, multi, inter, transdisciplinaridade e o currículo no ensino jurídico; O Capítulo IV traz as opiniões apresentadas: o que é dito sobre a Pertinência e a Formação oferecida em Faculdades de Direito de Salvador. Finalmente é trazida a Conclusão.

METODOLOGIA

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se aproximar dos objetos cognoscíveis. [] ensinar não se esgota no tratamento do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível (Freire, 2004, p.26).

Contexto da Investigação

Esta pesquisa foi conduzida, em termos empíricos, isto é, quanto à obtenção de informações, envolvendo professores/coordenadores que trabalham nas seguintes faculdades e instituições: UFBA – Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia; UNEB – Faculdade de direito da Universidade do Estado da Bahia; UNIJORGE – Centro Universitário Jorge Amado; UNIFACS – Universidade Salvador, ESAD - Escola Superior de Advocacia da OAB/BA; IDA – Instituto de Direito Ambiental e Sustentabilidade; Faculdade Baiana de Direito; MP – Promotoria Estadual de Meio Ambiente; F2J - Faculdade 2 de Julho; UNIRB; UCSAL – Universidade Católica do Salvador; Faculdade Cidade do Salvador; Procuradoria do Estado; Faculdade Unyahna; OAB/BA - Comissão de Meio Ambiente; Superintendência de Meio Ambiente do Município; FTC - Faculdade de Tecnologia e Ciências; FIB – Centro Universitário da Bahia – Grupo Estácio de Sá; FTE – Faculdade de Tecnologia Empresarial;

Foram considerados, para efeito de amostra, os coordenadores e/ou professores participantes do Curso de Direito de quinze faculdades, que ministram aula de Direito Ambiental. Entre as instituições acima citadas, as duas primeiras são públicas, as demais correspondem, aproximadamente, a 52% do total de faculdades privadas que oferecem, hoje, o curso de Direito no município de Salvador.

Método

A pesquisa quanto à sua natureza é qualitativa, considerando por pressuposto que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em número. De acordo com Denzin e Lincoln (1994), a pesquisa qualitativa “enfoca métodos variados, envolvendo uma interpretação e uma maneira naturalística de abordagem. Isto significa que pesquisadores qualitativos estudam as coisas em seu conjunto natural, num esforço de fazer sentido, ou interpretar fenômenos, de acordo com os significados que as pessoas atribuem a eles”. Ainda de acordo com os referidos autores, há uma multiplicidade de metodologias na pesqui-

sa qualitativa, um agrupamento de práticas utilizadas para solucionar um problema numa situação concreta. Os autores salientam ainda que, a palavra “qualitativa” diz respeito a processos e significados que não são rigorosamente examinados ou mensurados em termos de quantidade, soma intensidade ou frequência, enquanto pesquisas quantitativas mensuram e analisam as relações causais entre variáveis e não entre processos.

Quanto aos objetivos, a natureza da pesquisa é descritiva, dado que a questão básica requereu descrever as características e a abrangência do Direito Ambiental no Ensino Jurídico. Dessa forma, foi utilizada para a coleta de dados, roteiros de entrevista semi-estruturada com observação sistêmica. Optou-se pela técnica da entrevista semi-estruturada pelo fato dela possuir caráter menos rígido, com perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento (Laville; Dione, 1999). Além disso, Denzin e Lincoln (1994) referem-se à técnica da entrevista como uma das melhores ferramentas metodológicas de pesquisa qualitativa.

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados foram pressupostos fundamentais para a persecução dos objetivos propostos neste trabalho. Assim, o presente trabalho ao buscar a opinião, a visão de mundo ambiental, as percepções dos professores, isto é, como eles percebem o Direito Ambiental permeando toda a área jurídica, indicou a necessidade de se adotar um enfoque metodológico típico e que se enquadrasse na Teoria das Representações Sociais.

Por “Representações Sociais” entende-se um conjunto de fenômenos quanto ao conceito que os engloba e a teoria construída para explicá-los, além de identificar um vasto campo de estudos psicossociológicos (Jouchelovitch, 2000). De acordo com Jodelet *apud* Spink (1995 p.120) “a Representação Social é uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, tendo um objetivo prático e servindo à construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Ainda, segundo Jodelet *apud* Spink (1995 p.120) “não é um indivíduo isolado que é tomado em consideração, mas sim as respostas individuais enquanto manifestações de tendências do grupo de pertença, ou de afiliação, na qual os indivíduos participam”.

A utilização da Teoria das Representações Sociais permitiu operacionalizar um conceito para se trabalhar com o pensamento dos professores de Direito entrevistados nessa pesquisa. Através da teoria foi possível captar as opiniões dos professores, aqui considerados como Representação Social no que tange à importância do Direito Ambiental na formação do profissional da área jurídica, tanto em sua dinâmica quanto em sua diversidade. Permitiu conhecer o consenso desses profissionais, isto é, o universo consensual na vida cotidiana do

ensino jurídico, com seus cânones de linguagem, hierarquias, ouvindo-se, por conseguinte, consensualmente, quem pode falar sobre o que.

Procedimento

A construção desta pesquisa necessitou do envolvimento, de curiosidade e espírito crítico para desvelar uma determinada questão. Nesta pesquisa, esses pré-requisitos foram considerados pela pesquisadora, levando-se em conta que a mesma tem formação em Biologia e Direito. Assim, a própria pesquisadora procedeu às entrevistas com professores que ministram aulas, principalmente, da área de Direito Ambiental, bem como coordenadores de área, em 15 (quinze) instituições (faculdades), que oferecem o curso de Direito no município de Salvador, para a coleta de dados; ocasião em que foram importantes as considerações acima, buscando estabelecer um bom envolvimento com professores e coordenadores de cursos. Assim, foram entrevistados os coordenadores e/ou professores participantes dos Cursos de Direitos, que ministram aula de Direito Ambiental.

A partir do recorte sobre a formação do professor de Direito Ambiental, a entrevista, com perguntas abertas previamente dirigidas por um questionário, foi conduzida para um diálogo sobre a temática da pesquisa, isto é, sob curiosidade, espírito inquisidor, para desvelar a questão. Teve como fio condutor ou *leitmotiv* com questões abertas do tipo: Como o saber Direito Ambiental é transversalizado no currículo de formação jurídica? É relevante considerá-lo assim? Quais as resistências curriculares, epistemológicas e a visão de mundo dos demais professores? Dentre outras (Anexo).

Estas questões constituíram a fundamentação empírica, sob um enfoque crítico, mediante a qual se pretendeu investigar como o Ensino Jurídico atual se compromete com o Meio Ambiente, qual nível de comprometimento curricular, e qual abordagem em termos de amplitude no espaço de atividades do profissional do Direito.

Ao se trabalhar com percepções de Coordenadores de curso e ou Professores, principalmente de Direito Ambiental, processualmente configurou-se essa pesquisa como qualitativa, uma vez que foram analisados dados que emergiram do próprio ambiente de uma Faculdade de Direito, dos professores e seus saberes.

Para expor com transparência os dados e as informações contidas no questionário (apêndice), sem, contudo constranger os sujeitos entrevistados foi facultado aos professores omitir sua identidade, porém todos optaram por revelar seu nome.

Na coleta de dados optou-se pela entrevista semi-estruturada, por considerar esse recurso um instrumento adequado na observação de detalhes, pausas, gestos, rearticulação da fala, enfim, de um conjunto de informações que, quando recorrentes, articularam-se de forma a se obter uma resposta mais expressiva e consistente.

Durante as entrevistas, as questões foram desdobradas, rediscutidas, reformuladas, com evidentes ganhos. O importante foi buscar a coerência entre as questões e seu encadeamento lógico; buscar saberes, apreensões da realidade, configurações de uma Representação Social do fenômeno estudado.

Assim procedendo, a pesquisadora buscou, também, uma maior interação e “intimidade” deixando-os a vontade, visando compreendê-los sob a perspectiva da questão básica. A partir dessa realidade apreendida, os dados foram interpretados e analisados por meio de múltiplos diálogos e incursões na fundamentação teórica, compreendidos como princípios descritivos, que permitissem uma reflexão (discussão) crítica sobre o assunto.

No processo de aproximação com os professores entrevistados, incluindo os coordenadores, utilizou-se de diferentes meios como: *e-mails*, telefonemas, encontros presenciais para disponibilizar informações sobre o questionário e seu objetivo, assim como para garantir o maior número possível de participantes.

Dessa maneira, fez-se previamente uma aproximação e, conseqüentemente, um envolvimento com os entrevistados, buscando seus “modos”, visão de mundo e sua compreensão sobre o Direito Ambiental no Ensino Jurídico, criando um ambiente propício para vários encontros, entre setembro de 2009 e maio de 2010.

Os retornos à fonte de dados serviram para aprofundar algumas questões, que na coleta inicial de dados, via questionário, não apresentaram respostas possíveis de inferências, por serem ainda, respostas insuficientes e carentes de explicação.

CAPÍTULO I

O DIREITO E O MEIO AMBIENTE

1. O DIREITO E O MEIO AMBIENTE

Direito Ambiental é a ciência jurídica que estuda os princípios e normas relativas ao meio ambiente, especialmente naquilo que diz respeito a sua interação com o homem [...], apresenta-se com o papel de sustentar a sociedade participativa e democrática, compatibilizando crescimento econômico e desenvolvimento sustentável (Trennepohl, 2007, p.25).

1.1 Considerações Iniciais

A pesquisa bibliográfica preliminar realizada para a elaboração dessa dissertação sugeriu haver um vazio ou lacuna no estado da arte em produção científica sobre tema Direito Ambiental no ensino jurídico. No entanto, demonstrou a existência de títulos relacionados ao Meio Ambiente, Ensino Jurídico e Direito Ambiental, inclusive através de artigos, conquanto os livros ainda, não abrangem a dimensão da matéria; trilhas pelas quais a autora desse trabalho guiou-se, servindo-se dessas, para embasamento teórico. Assim, essa reflexão orientou-se por essas referências bibliográficas.

1.2 O Direito e o Meio Ambiente

Atualmente há um crescente interesse por conhecer e discutir os problemas ambientais. Através dos meios de comunicação são veiculadas informações constantes envolvendo o planeta, a começar pelos recursos mais preciosos como a água e o ar entre outros, provando que a atividade humana tem mostrado um comportamento com a tendência suicida.

A preocupação com os problemas ambientais decorrentes dos processos de crescimento e desenvolvimento deu-se de maneira lenta e diferenciada entre os diversos agentes, indivíduos, governos, organizações internacionais, entidades de sociedade civil etc. A degradação ambiental, hoje, é percebida como um problema planetário que atinge a todos e que decorre do tipo de desenvolvimento praticado pelos países. Surge, então, a expressão Desenvolvi-

to Sustentável, como a nova maneira de perceber que as soluções para os problemas globais, não se reduzem apenas à degradação do ambiente físico e biológico, mas abrangem dimensões sociais, políticas e culturais, como a pobreza e a exclusão social.

O agravamento e as consequências dos problemas ambientais são apontados por Francisco A. Brito e João B. D. Câmara, no livro: “Democratização e Gestão Ambiental – Em Busca do Desenvolvimento Sustentável”, que assim enunciam:

“Os problemas ambientais agravam-se a cada dia que passa [...] Há que ser editadas medidas severas a fim de que as indústrias busquem adequar suas tecnologias e equipamentos às necessidades de conservação da natureza. Para isso acontecer é preciso que as políticas dos governos federal, estaduais e municipais sejam marcadas pela eficiência e articulação para proteger o meio ambiente” (Brito & Câmara, 2001, p. 22).

Londero (1999, p.2) considera que “o impacto dos danos ambientais nas gerações atuais, e seus reflexos para as futuras, fez com que a questão ambiental atravessasse fronteiras, se tornasse globalizada”.

No que tange à questão da degradação ambiental, Boaventura de Sousa Santos, citado por Lima (2006, p.3), defende que:

“De todos os problemas enfrentados pelo sistema mundial, a degradação ambiental é talvez o mais intrinsecamente transnacional e, portanto, aquele que, consoante o modo como for enfrentado, tanto pode redundar num conflito global entre o Norte e o Sul, como pode ser a plataforma para um exercício de solidariedade transnacional e intergeracional. [...] Para além de muitas outras razões, e por absurdo que pareça, depois do colapso do comunismo, a capacidade de poluição é talvez a única ameaça credível com que os países do Sul podem confrontar os países do Norte e extrair deles algumas concessões”.

Um meio ambiente ecologicamente desequilibrado provoca o empobrecimento da biodiversidade e, conservá-lo é responsabilidade de todos. É sob uma conscientização ambiental

da importância de proteção dos ecossistemas que o homem deve seguir para entender o mundo ao seu redor, e exercer a sua cidadania de maneira eficaz.

Além disso, é importante destacar que o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é reconhecido pela doutrina nacional, como um direito fundamental, mesmo não estando inserido no Capítulo dos Direitos Individuais (artigo 5º), nem dos Direitos Sociais (artigo 6º). Isso ocorre pelo fato do meio ambiente saudável proporcionar uma melhor qualidade de vida, o que é essencial para a existência digna do ser humano. Assim, quando o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é assegurado, protege-se o direito individual à vida e à dignidade humana.

Cabe aqui conceituar meio ambiente, a luz da legislação ambiental pátria. Existe uma discussão doutrinária acerca da redundância do termo “meio ambiente”. Parte da doutrina considera que a palavra meio e a palavra ambiente são sinônimos, pois significam entorno, espaço ou, ainda, aquilo que envolve. Todavia, outra parte da doutrina afirma não haver redundância, aduzindo tratar-se de uma entidade nova, autônoma, com significado mais abrangente que o de simples ambiente. Nesse sentido, Paulo Affonso Leme Machado (2009) aduz que embora prefira o termo “ambiente”, respeita o emprego do termo “meio ambiente” utilizado pela Constituição Federal, Fiorillo (2011, p. 73) assevera que “a definição do meio ambiente é ampla, devendo-se observar que o legislador optou por trazer um conceito jurídico indeterminado, a fim de criar um espaço positivo de incidência da norma”.

A legislação infraconstitucional brasileira, através da Lei 6.938/81 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, no artigo 3º, inciso I, traz a definição normativa de Meio Ambiente, cujo teor é o seguinte: “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Da interpretação do artigo supracitado, infere-se que o meio ambiente, então, não retrata apenas a idéia de espaço, significando, ainda, o conjunto de relações (físicas, químicas e biológicas) entre os fatores vivos (bióticos) e não vivos (abióticos) que ocorrem e são responsáveis pela manutenção, abrigo e regência de todas as formas de vida existentes neste ambiente.

Com relação ao conceito de meio ambiente trazido pela lei supracitada, Paulo Affonso Leme Machado (2011, p. 59) ensina que a definição é ampla, pois visa atingir tudo aquilo que permite a vida, que a abriga e rege.

Assim, entende-se que o conceito de meio ambiente trazido pela Política Nacional do Meio Ambiente afasta a idéia de que o homem é externo ou superior à natureza, integrando-o ao ecossistema, numa concepção holística. O meio ambiente corresponde a uma interação de tudo que, situado neste espaço, é essencial para a vida com qualidade em todas as suas formas. Nesse sentido, a proteção do meio ambiente compreende a tutela de um meio biótico e outro abiótico. Portanto, o homem também faz parte do meio ambiente, devendo defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, conforme dispõe o caput do artigo 225 da nossa Carta Magna:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

O referido artigo, inteiramente dedicado ao Direito Ambiental, além de garantir que todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, por ser um direito à vida, impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo; especifica a competência do Poder Público para garantir esse direito inclusive o de definir os espaços territoriais a serem especialmente protegidos; prevê sanções para os infratores; e orienta para a educação ambiental em todos os níveis.

É importante destacar que a doutrina não é uníssona com relação à interpretação do *caput* do artigo 225 da Constituição Federal.

Há duas correntes doutrinárias: uma interpreta a legislação ambiental sob o prisma do antropocentrismo (puro; mitigado, reformado ou intergeracional), e a outra sob o prisma do não-antrpocentrismo (ecocentrismo ou biocentrismo).

Para a corrente doutrinária do antropocentrismo puro, a proteção do meio ambiente deve servir aos interesses humanos, posto que o homem está no centro do Universo. Assim, o homem é visto como ser apartado em relação ao meio ambiente.

Benjamim (2003) explica que os primeiros esforços de tutela jurídica do meio ambiente foram estritamente antropocêntricos. Havia uma divisão entre a humanidade e o resto da natureza, sendo que o ser humano é a principal ou única fonte de valor e significado no mundo e a natureza existe com o único propósito de servir aos homens.

Para Fiorillo (2011, p. 69; p. 71):

“o Direito Ambiental possui uma necessária visão antropocêntrica, porquanto o único animal racional é o homem, cabendo a este a preservação das espécies, incluindo a sua própria. Não só existe uma visão antropocêntrica do meio ambiente em sede constitucional, mas também uma indissociável relação econômica do bem ambiental com o lucro que pode gerar, bem como com a sobrevivência do próprio meio ambiente. Além disso, a vida humana só será possível com a permanência dessa visão antropocêntrica, visto que ecossistema engloba os seres e suas interações positivas em um determinado espaço físico”.

Milaré (2009, p. 116), afirma que no referido artigo “está subjacente uma fundamentação claramente antropocêntrica, segundo a qual o mundo natural tem valor apenas enquanto atende aos interesses da espécie humana (...)”. Emenda o autor que “a concepção antropocêntrica que fundamenta a lei deve-se ao fato de apenas os seres humanos se qualificarem como sujeitos de direitos e deveres, sendo o mundo natural, como patrimônio da coletividade, objeto da tutela da lei e do Poder Público e da sociedade” (Idem, p. 117).

Nesse sentido Machado, (2011, p. 135) citando Álvaro L. V. Mirra (1994) colaciona:

“O caput do art. 225 é antropocêntrico”. “É um direito fundamental da pessoa humana, como forma de preservar a vida e a dignidade das pessoas – núcleo essencial dos direitos fundamentais, pois ninguém contesta que o quadro da destruição ambiental no mundo compromete a possibilidade de uma existência digna para a Humanidade e põe em risco a própria vida humana”.

Antunes (2006, p. 20), aduz que quando a cabeça do referido artigo fala em “todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” refere-se apenas a espécie humana, posto que o Direito “é uma construção humana para servir propósitos humanos”.

Sartório (2006), ao comentar o antropocentrismo puro, afirma que o grande problema desta corrente doutrinária não é o fato de colocar o homem em primeiro lugar, mas sim o fato

de destacá-lo do meio ambiente, de forma que os recursos ambientais lhe serviriam para satisfazer apenas suas necessidades momentâneas e não serviriam a um bem maior, o de manutenção da vida para as presentes e futuras gerações. Cabe ressaltar que “os portugueses foram os primeiros a comentar sobre a visão antropocêntrica do meio ambiente” (Abelha, 2005 apud Sartório, 2006, p. 89).

Para a corrente doutrinária que segue o antropocentrismo mitigado, reformado ou intergeracional, deve ser feita uma interpretação das questões ambientais e inclusive das normas constitucionais e infraconstitucionais da tutela ambiental, de forma que haja uma preocupação com as futuras gerações e com o bem-estar dos animais. O antropocentrismo mitigado é um meio-termo entre o antropocentrismo puro e o não-antropocentrismo.

Assevera Machado (2011, p. 135) que os parágrafos do artigo 225 equilibram o antropocentrismo e o biocentrismo.

A corrente não-antropocêntrica pode ser dividida em Ecocentrismo e Biocentrismo.

A ciência ecocêntrica, em oposição à característica mercantilista da ciência antropocêntrica, visa à promoção da inclusão social e ecológica da humanidade, considerando o homem enquanto indivíduo e enquanto espécie. Ela é essencialmente holística, abordando os problemas através da visão do todo e promovendo a comunicação entre as diversas áreas do saber e entre saberes científicos e conhecimentos tradicionais. Almeida, 2009 apud Amado (2011, p. 3), salienta que:

“o ecocentrismo defende o valor não instrumental dos ecossistemas, e da própria ecosfera, cujo equilíbrio se revela preocupação maior do que a necessidade de florescimento de cada ser vivo em termos individuais. Perante o imperativo de assegurar o equilíbrio ecossistemático, o ser humano deve limitar determinadas atividades agrícolas e industriais, e assumir de uma forma notória o seu lado biológico e ecológico, assumindo-se como um dos componentes da natureza”.

O biocentrismo é uma concepção segundo a qual todas as formas de vida são igualmente importantes, não sendo a humanidade o centro da existência.

O filósofo Peter Singer, na defesa dos direitos dos animais, com sua Teoria de Libertação Animal, inclui-se nesta corrente. Nesta ideologia, o ser humano é parte da natureza, inexistindo uma linha divisória que separe humanos de não-humanos. O pensamento não antropocêntrico reconhece a possibilidade de se conferir direitos aos não-humanos (Noirtin, 2010).

Seguin, 2006 (p. 94), aduz que, o Direito Ambiental, por ser considerado um ramo especial do direito – os chamados direitos de 3ª geração¹ - materializa poderes de titularidade coletiva e ultrapassa a visão individualista, superando a dicotomia entre o público e o privado, ficando além das relações de direitos entre homens, posto que dotada de cunho atemporal e intergencial. Segundo o doutrinador “O Direito Ambiental transforma o objeto, dando-lhe uma nova versão, que guarda similitude com os que o compõem sem perder sua individualidade” (Séguin, 2006, p. 94). “É um novo direito, com regras novas” (Idem, p. 59). Segundo Bobbio (1992, p. 69), o surgimento do Direito Ambiental e dos demais direitos de terceira geração ocorreu como uma passagem da consideração do indivíduo humano *uti singulis*² para sujeitos diferentes do indivíduo, como a família, as minorias étnicas e religiosas, toda a humanidade em seu conjunto e além, dos indivíduos humanos considerados singularmente, ou nas diversas comunidades reais ou ideais que os representam, até mesmo para sujeitos diferentes dos homens, como os animais”.

Segundo Benjamin (2001), o direito vem se afastando cada vez mais do antropocentrismo puro, sendo hoje, o modelo predominante, o antropocentrismo mitigado, com o crescimento do não-antropocentrismo. Segundo o autor, os dois primeiros possuem a visão jurídica da natureza-objeto e o último da natureza-sujeito. A natureza-objeto apóia-se numa visão dualista do mundo, onde, de um lado, estão os humanos, únicos de direitos e obrigações e, do outro lado, está a natureza-objeto, passível de apropriação, de manejo e de destruição pura e simples. A natureza-sujeito funda-se no monismo jurídico, onde as posições jurídicas do ser humano e dos componentes naturais não operam por exclusão, estando em posição de simetria, embora nem todas as correntes não-antropocêntricas enxerguem a natureza como titular de direitos.

Ressalte-se que a posição doutrinária adotada pela autora dessa dissertação corrobora com a visão do antropocentrismo intergeracional.

Tendo em vista o que foi exposto acima, infere-se que os legisladores foram “tocados”, embora um pouco tardiamente, pela necessidade de proteção contra os freqüentes danos causados ao Meio Ambiente; cabendo à sociedade, de um modo geral, e, em especial ao operador do Direito, lutar de forma consciente, pela efetividade dessa e de outras normas relativas ao Meio Ambiente. Faz-se patente, ainda, a necessidade da conjugação da Educação Ambiental

¹ Os direitos de primeira geração são os direitos civis e os políticos; os de segunda geração são os direitos econômicos, sociais e culturais e os de terceira geração são os direitos difusos e coletivos.

² O primeiro sujeito ao qual se atribuíram direitos naturais ou morais (BOBBIO, 1992).

com o Direito Ambiental como ferramenta imprescindível para instrumentalizar a sociedade e promover o empoderamento dos cidadãos para a defesa ativa do meio ambiente.

1.3 Evolução da Legislação Ambiental

1.3.1 A Evolução no Mundo

A sobrevivência humana sempre esteve ligada à utilização dos recursos naturais existentes no planeta. Ocorre que o ser humano primitivo fazia uso dos recursos naturais somente para atender a sua subsistência.

A degradação ambiental começou a ocorrer quando o homem, na busca da conquista de novos territórios, como forma de aquisição de poder político e econômico e impulsionado pela crença de que os recursos naturais eram inesgotáveis, dizimou, além de milhares de sua própria espécie, outras incontáveis espécies de animais e vegetais e causou devastadores impactos na conquista de novas terras e riquezas naturais.

No século XVIII, a Revolução Industrial foi a grande causadora de mudanças no meio ambiente em todo o globo terrestre, devido à aceleração da exploração de recursos naturais para atender à demanda crescente das populações em desenvolvimento urbano e, principalmente, incentivada pela ambição do homem que visava obtenção de poder, a qualquer custo, e a curto prazo.

As condições de trabalho eram péssimas, com salários miseráveis. Havia exploração de trabalho infantil e feminino e o desenvolvimento sócio-econômico estava restrito a poucos privilegiados. Com a alarmante teoria de Malthus, de que a tendência era a população crescer em progressão geométrica enquanto os alimentos aumentariam em progressão aritmética, sendo que chegaria o dia em que a população seria maior que os meios de subsistência, começou a despertar o interesse sobre a necessidade de criação de regras para o controle do uso dos recursos ambientais.

Após a II Guerra Mundial, começou uma intensificação da consciência ecológica e as autoridades começaram a tomar medidas no sentido de se buscar a tutela jurídica do meio ambiente.

Barros (2009) enfatiza que a ocorrência de acidentes ambientais graves causados pela intervenção humana, também podem ser apontados como um dos desencadeadores do nasci-

mento do Direito Ambiental, devido à percepção da necessidade de criação de organismos políticos e estruturas jurídicas para proteger o meio ambiente.

O primeiro país a perceber a necessidade e urgência da intervenção do poder público sobre as questões ambientais foram os USA, na década de 60. Eles foram os primeiros a implementar a intervenção regulamentadora no meio ambiente, através da “Avaliação de Impactos Ambientais” (AIA) (Goldemberg, 2004).

Era patente o desequilíbrio social e ambiental e urgente a implementação de normas reguladoras das relações do homem com a natureza. No início da década de 70, houve uma intensificação de estudos acerca da problemática ambiental com a proposição de mudança do paradigma clássico de classificação bipartida dos direitos ou interesses em públicos e privados para a adoção de uma terceira categoria: a dos direitos transindividuais.

O Direito Ambiental surgiu como um ramo especial do direito, chamado de terceira geração, que protege os chamados interesses difusos. O interesse difuso “é o interesse que cada individuo possui pelo fato de pertencer à pluralidade de sujeitos a que se refere a norma em questão” (Antunes apud Mukai, 2007). Trata-se de um “interesse híbrido, que possui uma alma pública e um corpo privado, que transcende o direito subjetivo privado e se estende pelo público. É um interesse coletivo-público, um interesse plurindividual de relevância pública (...), um interesse comunitário de natureza cultural, não corporativo”.

Assim, o Direito Ambiental estuda as relações jurídicas ambientais, observando a natureza constitucional, difusa e transindividual dos direitos ambientais, buscando sua proteção e efetividade, visando conciliar produtividade e proteção ambiental. Nesse sentido o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente ecologicamente equilibrado encontram respaldo no direito ambiental, pois a proteção é efetivada através das leis.

A seguir, com base na doutrina de Wellington Pacheco Barros (2008), são apresentados os principais acidentes ambientais graves que desencadearam o nascimento da preocupação jurídica com o meio ambiente, bem como os principais movimentos internacionais que colaboraram para o surgimento do Direito Ambiental.

1.3.1.1 Os principais acidentes ambientais graves

1) Despejo de efluentes industriais na Baía de Minamata (Japão)

Segundo Barros (2009), este é o primeiro acidente de grande repercussão praticado pelo homem ao meio ambiente. Entre 1953 e 1997 foram despejados efluentes industriais na Baía de Minamata, dentre os quais o mercúrio. Em decorrência disto, cerca de 12.500 pessoas foram contaminadas através da ingestão de peixes contaminados, vindo a sofrer do “Mal de Minamata”. A referida doença ocasionou degeneração do sistema nervoso e foi transmitida de forma hereditária, levando à surdez, falta de coordenação motora e cegueira. As vítimas foram indenizadas por determinação judicial, porém o mal já estava causado.

2) Emissão de “agente laranja” em Seveso (Itália)

Em 1976, na cidade de Seveso, na Itália, ocorreu um superaquecimento de um dos reatores da fábrica de desfolhantes, a qual produzia também o “agente laranja”. O referido acidente liberou uma nuvem sobre a cidade, contendo dioxina, substância altamente tóxica. Cerca de 40 casas foram atingidas, o que ocasionou a morte de animais domésticos e intoxicação grave de pessoas.

3) Vazamento de isocianato de metila em Bhopal (Índia)

Em 1984 ocorreu o vazamento de isocianato de metila em uma fábrica de pesticidas da empresa Union Carbide. O gás, altamente tóxico, matou instantaneamente 8.000 pessoas e centenas de animais, além de atingir mais de 500.000 habitantes da cidade de Bhopal, dos quais, 16 mil vieram a falecer nos anos seguintes. Os familiares das vítimas e os sobreviventes foram indenizados com valores equivalentes a 430 dólares...

4) Acidentes nucleares

Alguns acidentes nucleares também contribuíram para a criação de um novo direito. São eles:

1974 - Flisborough (Reino Unido): uma explosão em uma fábrica de caprolactama deixou 28 mortos;

1979 - Three Mile Island, Harrisburg – Pensilvânia (EUA): 200.000 pessoas precisaram abandonar a região devido a um acidente nuclear;

1986 - Chernobyl (Ucrânia): a explosão de um reator nuclear espalhou radioatividade em quantidade superior a dez bombas atômicas iguais às lançadas em Hiroshima. Mais de 10.000 pessoas morreram e houve contaminação das pessoas encarregadas de limpar os destroços do acidente.

1987 - Goiânia (Brasil): um acidente com material radiológico atingiu 250 pessoas e ocasionou 4 mortes.

5) Derramamento de petróleo no mar por navios petroleiros: *Atlantic Express*, *Amoco Cadiz*, *Torrey Canyon* e *Exxon Valdez*.

Esses navios provocaram o derramamento de petróleo bruto no mar, o que produziu danos ambientais graves como a poluição do mar com petróleo bruto e a matança de aves, peixes e outros animais.

1.3.1.2 Os principais movimentos internacionais e publicações de repercussão

1) Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948

Assinada em 1948 na França, apregoava que “Toda pessoa tem direito a um nível de vida próprio a garantir sua saúde, seu bem-estar e de sua família”.

Bem assinala Graça (2007) que esse direito do homem permitiu que os sistemas jurídicos se interessassem pelo habitat humano e pelo modo como as pessoas viviam, elevando essas questões ao nível de direito fundamental da humanidade, fazendo com que passasse a haver uma interação entre todos os ramos do direito para priorizar os direitos fundamentais que a humanidade alcançou.

2) Publicação do livro “Primavera Silenciosa”(1962)

Publicado pela escritora, cientista e ecologista norte-americana Rachel Louise Carson, *Silent Spring* mostrou como o DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano), potente inseticida, penetrava na cadeia alimentar e se acumulava nos tecidos gordurosos dos animais, inclusive do

homem, sendo também acumulado no leite materno. A autora descreveu os efeitos danosos do inseticida como a possibilidade de causar câncer, dano genético e intoxicação com efeitos como cloro-acnes, dores de cabeça, tonturas, convulsões, insuficiência respiratória e morte. Demonstrou, ainda, que uma única aplicação de DDT em uma lavoura matava insetos durante semanas, atingindo um número incontável de espécies, permanecendo tóxico no ambiente mesmo com a diluição com a chuva.

A maior contribuição de primavera silenciosa foi a conscientização pública de que a natureza é vulnerável à intervenção humana. Pela primeira vez, a necessidade de se regulamentar a produção industrial de modo a proteger o meio ambiente se tornou aceita.

3) Relatório “Limites do Crescimento” (1970)

Formulado pelo Clube de Roma em associação com o grupo de pesquisas do Massachusetts Institute of Technology (MIT), este relatório apresentava modelos que relacionavam variáveis de crescimento econômico, explosão demográfica, poluição e esgotamento de recursos naturais. Os objetivos deste documento eram vislumbrar os limites do planeta e as restrições por ele impostas ao homem e suas atividades e identificar os elementos que influenciavam o comportamento dos sistemas mundiais e suas interações, advertindo para uma crise mundial, caso essas tendências se perpetuassem.

4) Relatório de U-THANT, Secretario Geral da ONU

U-THANT foi o terceiro secretário-geral das Nações Unidas, com dois mandatos entre 1961 e 1971. Impressionou ao mundo ao declarar que surgia uma crise de proporções mundiais envolvendo os países desenvolvidos e em desenvolvimento, crise esta, que, segundo ele, estava relacionada ao meio ambiente humano, o qual estava em perigo, a tal ponto, que se não houvesse mudanças o futuro da Terra estaria limitado. Assim, ele defendia que esta temática deveria integrar a Agenda Mundial, como uma das preocupações comuns a todos os países.

Este alerta contribuiu para que a Conferência das Nações Unidas de Estocolmo produzisse uma das mais importantes manifestações em defesa do meio ambiente.

5) Declaração das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972)

Dois anos após o relatório do Clube de Roma, foi promovida na cidade de Estocolmo a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, da qual o Brasil foi um dos participantes. As questões ambientais debatidas estavam relacionadas a poluições do ar; da água e do solo devido à industrialização. O objetivo dessa reunião era fomentar a ação governamental e dos organismos internacionais para promover a proteção e o aprimoramento do meio ambiente humano. As propostas apresentadas tiveram como base os dados divulgados pelo Clube de Roma. Ela recomendava assistência técnica e financeira, atribuindo à “instituições nacionais apropriadas, as tarefas de planejamento, gerenciamento e controle dos recursos ambientais”.

Dessa conferência resultaram princípios que representaram compromissos entre as nações. O direito ao meio ambiente como qualidade de vida passou a ser reconhecido como direito fundamental universal.

Esta Conferencia foi o primeiro marco no trato da ONU das questões ambientais. Todavia, as conquistas do evento foram poucas, pois, realizado em plena Guerra Fria, o contexto era de tensões limites entre EUA e ex-URSS. Quando o direito de participar da Republica Democrática Alemã não foi reconhecido, os países do Pacto de Varsóvia (Socialistas), boicotaram a conferência em uma demonstração de solidariedade. Com a ausência desses países, os maiores embates ocorreram entre os países industrializados e os em desenvolvimento, deixando claro que estes não possuíam interesse em adotar os mesmos níveis de proteção ambiental de algumas nações desenvolvidas. Por este motivo, a Declaração de Estocolmo inclui um número de princípios destinados às necessidades especiais dos países do Terceiro Mundo (princípios 9 a 12).

A Conferência de Estocolmo fixou as direções da política ambiental das Nações Unidas para os 20 anos seguintes, tendo sido criado para tanto o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP). Uma das metas do UNEP foi promover o comprometimento dos países com um progressivo desenvolvimento da lei ambiental, encorajando-os também a adotar uma legislação nacional adequada. A efetividade deste programa aconteceu posto que entre 1972 e 1992 foram negociados mais 100 novos tratados multilaterais.

6) Convenção de Viena (1985)

A partir da Convenção de Viena, uma nova ótica sobre a questão ambiental, agora de caráter preventivo, caracterizaria a década de 1980. Os principais objetivos dessa reunião foram proteger a saúde humana e o meio ambiente contra os possíveis efeitos adversos advindos de atividades lesivas à camada de ozônio: aquecimento global, derretimento das calotas polares, proliferação de doenças como o câncer de pele. A Avaliação de Impacto Ambiental passou a ser condição para obtenção de concessões para implantação de projetos possivelmente nocivos ao meio ambiente.

7) Relatório Brundtland (1987) - “Nosso Futuro Comum”

Através de uma iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), foi elaborado um documento denominado “Relatório Brundtland”, mais conhecido como “Nosso Futuro Comum”. Este documento foi caracterizado por uma mudança da ótica preventiva para a ótica integradora, a qual passou a combinar aspectos econômicos e sociais com os ambientais. O debate em torno dos impactos adversos sofridos pelo meio ambiente devido ao desenvolvimento cedeu lugar a uma nova questão: nascimento da consciência da necessidade de agir de forma responsável em relação ao meio ambiente, garantindo a manutenção dos recursos naturais necessários à sobrevivência para as futuras gerações. Nascia o conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Novos temas da política ambiental foram redefinidos e a necessidade de um novo pacto entre as nações gerou uma nova conferência: a ECO-92.

8) Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED, Cúpula da Terra, Rio-92 ou ECO-92)

Foi uma tentativa de reunir representantes de países do mundo para discutir e divulgar o Desenvolvimento Sustentável.

O período que antecedeu a Eco-92 foi pleno de medidas emergenciais para atender à opinião pública internacional. Dentre elas podemos citar o bombardeio de campos de pouso de garimpo, fechamento de poço de testes nucleares na Serra do Cachimbo, demarcação do território Ianomâni.

Neste encontro foi reafirmada a Declaração de Estocolmo e dele resultaram quatro importantes documentos:

i) Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: aprovados e firmados um conjunto de 27 princípios gerais sobre interação entre desenvolvimento e meio-ambiente;

ii) Agenda XXI: conjunto de propostas genéricas envolvendo as dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento sustentável; plano de ação analítico com cerca de 500 paginas para a realização do desenvolvimento sustentável no século XXI.

iii) Convenção sobre Mudanças Climáticas - visava reduzir a emissão dos gases que aumentam o efeito estufa, alterando o clima do planeta;

iv) Convenção da Diversidade Biológica: buscava garantir a manutenção das espécies vivas do planeta, através da proteção da diversidade biológica, compatibilizando-a com o desenvolvimento social e econômico;

Durante a Cúpula da Terra foi proposta ainda a criação de um órgão especializado, destinado a facilitar os acordos intergovernamentais sobre mudança climática, biodiversidade, Princípios das Florestas, Declaração do Meio Ambiente e Desenvolvimento (Declaração do Rio) e implementação da Agenda 21.

Foi criada a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDS) para assegurar os trabalhos da UNCED.

9) Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas (1997) – Cúpula da Terra + 5:

Adotou um documento detalhado denominado “Programa para Implementação da Agenda 21”, preparado pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) e adotou também o programa de trabalho da Comissão para o período de 1998-2002.

10) Convenção Quadro sobre mudanças climáticas – Protocolo de Kyoto (1997)

É um acordo internacional para reduzir as emissões de gases-estufa dos países industrializados e para garantir um modelo de desenvolvimento limpo aos países em desenvolvimento, assinado por 84 países. Entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005.

Prevê que entre 2008 e 2012, os países desenvolvidos reduzam suas emissões de gases-estufa em pelo menos 5,2% menos relação aos níveis medidos em 1990. A redução das

emissões devera acontecer em varias atividades econômicas. O protocolo estimula os países signatários a cooperarem entre si, através de algumas ações: a) reformar os setores de energia e transporte; b) promover o uso de fontes energéticas renováveis; c) eliminar mecanismos financeiros e de mercado inapropriados aos fins da Convenção; d) limitar as emissões de metano no gerenciamento de resíduos e dos sistemas energéticos; e) proteger as florestas e outros sumidouros de carbono.

A estimativa é que se reduza a temperatura global entre 1,4° e 5,8°C até 2100; entretanto, isto dependera de muitas negociações pos-período 2008/2012, pois há comunidades científicas que afirmam categoricamente que a meta de redução de 5,2% em relação aos níveis de 1990 é insuficiente para mitigação do aquecimento global.

Os EUA, país que mais emite gases estufa, se retiraram do acordo em 2001. O Secretário-Geral das Nações Unidas, em 2007, convocou 170 países para uma reunião preliminar da 62ª Assembléia Geral da ONU, com o intuito de buscar uma alternativa para substituir o protocolo, inclusive com a participação da China, EUA e Rússia que são os grandes países resistentes à eliminação dos HCFCs (hidroclorofluorcarbonos).

A ONU, depois das conferencias de Estocolmo e Rio de Janeiro, assumiu a defesa do meio ambiente no mundo e, embora não tenha poder físico de coação sobre seus integrantes a aderirem à proteção ambiental, tem contribuído sobremaneira para a evolução do direito ambiental, pois, o país que for considerado ofensor ao meio ambiente pela ONU, sofre discriminação dos demais, com conseqüências graves nos tratados de cooperação internacional e acordos comerciais.

11) Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo, 2002)

Em 2002, foi realizada na cidade de Johannesburgo, na África do Sul, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável que ficou conhecida como Rio + 10. Compareceram representantes de governos de mais de 150 países, com 10.000 delegados e 8.000 representantes dos denominados “grupos importantes”, representados por 8.000 representantes, grupos estes identificados na Agenda 21: empresas e indústrias, crianças e juventude, agricultores, populações indígenas, autoridades locais, comunidade científica e tecnológica, organizações não governamentais e mulheres e trabalhadores. Estiveram presentes também 4.000 representantes dos órgãos de comunicação social/mídia.

O objetivo da reunião foi dar continuidade à discussão iniciada pela ECO-92. A ênfase da discussão foi dada para ações voltadas à erradicação da pobreza, à globalização e às questões energéticas tais como Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e o Protocolo de Kyoto, bem como às mudanças climáticas.

A Rio + 10 reconheceu a importância e a urgência da necessidade de adoção de energias renováveis em todo o Planeta.

1.3.1.3 Os modelos de evolução histórica da proteção jurídica do meio ambiente no Brasil e a consagração da tutela jurídica holística.

Bredariol (2001), afirma que a política ambiental brasileira se desenvolveu nos últimos 40 anos como fruto da ação de movimentos sociais locais e de pressões exteriores. Segundo o autor, do período pós-guerra até 1972, época da Conferência de Estocolmo, houve uma ausência de uma política ambiental propriamente dita. Existia o estímulo à exploração dos recursos naturais, o desbravamento do território, o saneamento rural, a educação sanitária e as disputas entre interesses econômicos internos e externos, todavia não havia uma ação coordenada do governo e de entidade gestora.

Figueiredo (2005, p.473) afirma que:

“O Direito Ambiental hoje vigente é resultado de um longo processo histórico no qual a herança cultural dos povos indígenas de convívio (até certo ponto) pacífico com a Natureza conjuga-se com a visão colonialista do explorador português que aqui aportou há meio milênio”.

O jurista Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin (2003) ensina que a evolução da legislação ambiental no Brasil se desenvolveu em três fases, sendo elas: i) fase da exploração desregrada que vai do descobrimento até meados do século XX; ii) fase Fragmentária que se iniciou na década de 60 e perdurou até o início dos anos 80; iii) fase da Proteção Integral ou Holística que se iniciou nos anos 80, com a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81) e perdura até os dias de hoje.

1) Fase da exploração desregrada

Essa fase ocorreu desde o descobrimento do Brasil até meados do século XX.

Nesta fase não havia preocupação com o meio ambiente, com exceção de alguns dispositivos isolados protetores de determinados recursos ambientais, como por exemplo a proteção do pau-brasil, devido à importância botânica, estética ou o direito de propriedade. Segundo Édis Milaré (2009), neste período o esbulho do patrimônio cultural e a privatização do meio ambiente eram muito comuns. A relação homem-natureza era baseada na conquista de novas fronteiras agrícolas, pecuárias e mineraria. A omissão legislativa era seu traço preponderante.

As primeiras formulações normativas dirigidas à tutela do meio ambiente no Brasil são encontradas na legislação portuguesa que aqui esteve até a vigência do Código Civil de 1916 (Wainer apud Milaré, 2009).

Na época do descobrimento vigoravam em Portugal as Ordenações Afonsinas (1446), as quais traziam algumas referências à preocupação com o meio ambiente, como, por exemplo, estabelecer como crime de injúria ao rei o corte de árvores frutíferas. Isto denotava preocupação maior com a propriedade da nobreza e a Coroa, a qual estava acima dos interesses ambientais (Milaré, 2009).

As ordenações Manuelinas foram editadas em 1521 e continham algumas disposições de caráter protecionista como, por exemplo, a proibição da comercialização de colméias sem preservação das abelhas ou caça de animais (coelhos, lebres e perdizes) com crueldade e proibição do corte de árvores frutíferas (Idem).

As Ordenações Filipinas foram editadas no período em que o Brasil passou para o domínio espanhol. O rei da Espanha Filipe I, que passou a reinar em Portugal, em 1603, expede a referida compilação de leis lusitanas. Elas proibiam que se jogassem na água qualquer material que pudesse matar os peixes e suas criações ou que se sujasse os rios e as lagoas, bem como o corte de árvores frutíferas. Este último crime era punido com o degredo para o Brasil, quando a árvore possuísse valor superior a “30 cruzados” (Idem).

De acordo com Milaré (2009), as Ordenações podem ser consideradas avançadas para a época, posto que traziam dispositivos legais referentes à proteção ambiental tais como, conceito de poluição, tipificação do corte de árvores frutíferas como crime, proteção dos animais, cuja morte “por malícia” acarretava também pena de degredo para o Brasil e proibição de

pesca com certos apetrechos e em locais e épocas pré-determinados. Todavia, conforme saliente o autor:

Toda essa legislação, antiga, complexa, esparsa e inadequada, deixava imune (se é que não incentivava) o esbulho do patrimônio natural, despojado do seu caráter de bem comum e tratado ignominiosamente como propriedade privada, gerido e explorado sem escrúpulos, com discricionariedade acima de qualquer legislação coerente, de qualquer interesse maior (Milaré, 2009, p. 797).

As Ordenações do Reino trouxeram “embriões” jurídicos da tutela ambiental, embora visassem os interesses particulares e não a proteção ambiental em si. Um exemplo desses embriões germinados no período imperial foi o Primeiro Código Criminal, editado em 1830, que previa como crime o corte ilegal de madeira. Foi também a editada a Lei nº 601/1850 que discriminou a ocupação do solo no que diz respeito a ilícitos como desmatamentos e incêndios criminosos. Na prática só eram punidos aqueles que prejudicassem os interesses da Coroa, latifundiários ou grandes comerciantes.

Já no período republicano, o Código Civil de 1916 precedeu uma legislação ambiental mais específica, com alguns elementos ecológicos, especialmente quanto aos conflitos de vizinhança.

No final da década de 20 surgiu uma legislação ambiental mais completa, embora o meio ambiente tenha continuado a ser compreendido de forma restrita. Dentre os principais diplomas ligados a fatores ambientais podem ser citados: Regulamento de Saúde Pública (Decreto nº 16.300/23); Código Florestal (Decreto nº 23.793/34); Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal (Decreto nº 24.114/34); Código das Águas (Decreto nº 24.643/34); Decreto-lei 25/37 – Patrimônio Cultural: organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; Código de Pesca (Decreto-lei nº 794/38); Código de Minas (Decreto-lei nº 1.985/40); Código Penal (Decreto-lei nº 2.848/40); Código de Caça (Decreto-lei nº 5.894/43); (Milaré, 2009):

As diversas Constituições do período, segundo Antunes (2006) foram completamente omissas ou trouxeram tímidos dispositivos relacionados à questão ambiental.

A Constituição de 1824, conhecida como Constituição Imperial não fez referência à matéria ambiental, embora os produtos primários fossem essenciais à economia do país posto que o Brasil era exportador de produtos agrícolas e minerais (Antunes, 2006). Apenas cuidava da proibição de indústrias contrárias à saúde do cidadão (Milaré, 2009).

A Constituição de 1891 (primeira Constituição Republicana) também foi omissa no que tange à matéria ambiental; apenas atribuía a competência legislativa à União para legislar sobre as minas e terras (Antunes, 2006).

A Constituição de 1934 trouxe alguns dispositivos constitucionais ambientalistas referentes à proteção às belezas naturais, ao patrimônio histórico, artístico e cultural; conferiu à União competência em matéria de riquezas do subsolo, mineração, águas, florestas, caça, pesca e sua exploração (Milaré, 2009).

A Constituição de 1937, no essencial, quanto às questões de defesa dos recursos ambientais, se manteve no mesmo padrão da Constituição de 1934 (Antunes, 2006). Tratou da proteção dos monumentos históricos, artísticos e naturais, paisagens e locais especialmente dotados pela natureza; incluiu a competência da União para legislar sobre minas, águas, florestas, caça, pesca e sua exploração (art. 16); cuidou da competência legislativa sobre o subsolo, águas e florestas também tratou da proteção das plantas e rebanhos contra moléstias e agentes nocivos (Milaré, 2009).

A Constituição de 1946 manteve a defesa do patrimônio histórico, cultural e paisagístico, conservou como competência da União legislar sobre normas gerais da defesa da saúde, das riquezas do subsolo, das águas, das florestas, caça e pesca, tendo praticamente repetido os textos anteriores (Milaré, 2009).

2) Fase Fragmentária

Esta fase foi do início dos anos 60 até início dos anos 80. Houve uma preocupação com certas categorias de recursos naturais, mas não com o meio ambiente como um todo, ou seja, esta fase foi caracterizada por uma tutela dispersa do meio ambiente. No plano ético operava o utilitarismo, ou seja, o ordenamento jurídico tutelava somente o possuía interesse econômico. No plano formal operava o reducionismo, tanto do objeto – negando-se a ele uma visão holística e uma identidade jurídica própria – como do próprio aparato legislativo disperso (Benjamim, 2003).

Fatos relevantes que ocorreram nesta época foram a instituição de reservas indígenas e a criação de Parques Nacionais e Reservas Biológicas. Foi também criada a SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente, ligada ao Ministério do Interior), com o objetivo de orientar uma política ambiental (Idem).

Dentre os principais diplomas ligados a fatores ambientais, desta época, podem ser citados: Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64); Código Florestal (Lei nº 4.771/65); Lei de Proteção à Fauna (Lei nº 5.197/67); Código de Pesca (Decreto-Lei nº 221/67); Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227/67); Política Nacional do Saneamento Básico (Decreto-Lei 248/67); Criação do Conselho Nacional de Controle da Poluição Ambiental (Dec.-lei nº 303/67); Política Nacional de Saneamento (Lei 5.318/67, que revogou os dois decretos anteriores); Lei que estabelece penalidades para embarcações e terminais marítimos ou fluviais que lançarem detritos ou óleos em águas brasileiras (Lei nº 5.357/67); Decreto-Lei nº 1.413/75 sobre controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais; Lei da Responsabilidade por Danos Nucleares (Lei n. 6.453/77); Lei da Criação de áreas especiais e locais de interesse turístico (Lei nº 6.513/77); Lei do Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/79); Lei do Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição (Lei n. 6.803/80) (Milaré, 2009).

Quanto às Constituições desse período, elas não se preocuparam com a proteção ambiental de forma específica e global. Tanto a Constituição de 1967 quanto a de 1969 conservaram a necessidade de proteção do patrimônio histórico, cultural e paisagístico e conferiram à União as mesmas atribuições anteriores.

3) Fase da proteção jurídica integral ou holística

Esta fase possui 4 grandes marcos, segundo Milaré (2009).

O primeiro foi o nascimento da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei. 6.938/81), a qual passou a proteger o meio ambiente de maneira integral (Milaré, 2009). Todavia, como não havia ainda a tutela constitucional do meio ambiente para justificar e legitimar a intervenção protecionista do meio ambiente, os legisladores buscaram fundamentos nos dispositivos que tratavam da proteção da saúde, sob o argumento de que ela não poderia ser assegurada em um ambiente degradado e, também, nos dispositivos que tratavam da produção e do consumo (Benjamin, 2003). De qualquer forma, esta lei foi de extrema importância para a tutela jurídica ambiental, pois: lançou bases para a busca do desenvolvimento sustentável; estabeleceu princípios protetivos e garantidores do meio ambiente; instituiu objetivos e instrumentos da política nacional; consolidou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA); adotou a Teoria da Responsabilidade Civil Objetiva, como forma de responsabilização do agente pelo dano causado ao meio ambiente e a terceiros afetados por suas atividades; conferiu ao Ministério Público da

União e dos Estados a legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente (Idem).

O segundo grande marco foi a edição da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985) (Milaré, 2009), a qual consagrou a tutela holística do meio ambiente. Dentre as principais contribuições para a tutela ambiental podem ser citadas: a criação do instrumento processual adequado para reprimir ou impedir danos ao meio ambiente, além de outros interesses difusos e coletivos da sociedade (alteração introduzida pela Lei nº 8.078 de 11.9.1990); a ampliação da legitimidade para agir, englobando o Ministério Público, a União, os Estados, os Municípios e órgãos da administração direta e indireta (autarquias, empresas públicas, fundações e sociedades de economia mista), bem como as associações constituídas a pelo menos um ano que incluam, em suas finalidades institucionais, a proteção ao direito visado pela ação; a previsão, nas ações em que o Ministério Público não esteja no pólo ativo, a obrigatoriedade de sua intervenção como *custos legis* (Benjamim, 2003).

O terceiro grande marco foi a Constituição de 1988, conhecida como a Constituição Verde” ou “Constituição Ecológica”, pois despertou a consciência de que é preciso aprender a conviver harmoniosamente com a natureza. É um dos textos mais avançados do planeta em matéria de proteção ambiental. Dedicou todo um capítulo à proteção ambiental, complementado por dispositivos esparsos.

A norma fundamental do sistema está no *caput* do artigo 225: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

A C.F./88 garantiu o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o que é reconhecido pela doutrina nacional como direito fundamental. Houve uma mudança no tratamento dado ao meio ambiente, cuja proteção passou a ser oponível contra o interesse particular de qualquer espécie, inclusive ao direito de propriedade (função social da propriedade).

Ela impõe incumbências tanto ao Poder Público (artigo 225, § 1º) quanto aos particulares (artigo 225, § 2º) e sujeita os autores de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, pessoas físicas ou pessoas jurídicas, a sanções penais e administrativas independentemente da obrigação de reparar os danos causados (artigo 225, § 3º). Mas também especificou a necessidade da intervenção da coletividade, ou seja, da participação da sociedade civil a participação na tutela ambiental.

Ela reflete o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Segundo Milaré (2009) diversas Constituições Estaduais incorporaram o tema ambiental, seguidas pelas Leis Orgânicas dos Municípios e de diversas outras leis.

O quarto grande marco foi a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98). Esta lei dispõe sobre as sanções penais e administrativas aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Ela regulamentou instrumentos importantes da legislação ambiental como a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica e a responsabilização penal da pessoa jurídica e disciplinou os crimes ecológicos com maior detalhamento.

Além da CF/88, da PNMA e da Lei de Crimes Ambientais, Benjamim (2003) elenca os principais diplomas normativos que marcaram a fase holística da evolução legislativa ambiental brasileira: Lei nº 6.902/81 que dispõe sobre a criação de Estações e Áreas de Proteção Ambiental; Lei nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública); Lei 7.735/89 (Institui o IBAMA); Lei 7.802/89 (Lei de Agrotóxicos), Lei nº 9.433/97 (Política Nacional de Recursos Hídricos); Lei 9.985/00 (Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza); Lei 10.257/01 (Estatuto da Cidade) e Lei 11.105/05 (Lei da Biossegurança).

Embora a nossa legislação seja considerada avançada, na prática as normas ambientais não tem sido suficientes para impedir a degradação ambiental desenfreada. Milaré (2009) elenca uma série de entraves à eficácia da tutela ambiental, sendo algumas de caráter geral, tais como: ausência de vontade política, falta de consciência ambiental e inexistência de políticas públicas eficientes e outras, de caráter estritamente legislativo, tais como: o conflito de normas; o fato do nosso Direito Ambiental ser formado por normas concebidas em momentos diferentes: umas antes da CF de 1988, na vigência de um sistema constitucional que não se preocupava com meio ambiente; outras em plena “Constituição verde”; a estruturação de nossa legislação como uma colcha de retalhos, com vários “buracos negros ambientais”, ou seja, ausência de normas reguladoras. Esta situação, segundo o doutrinador, contribui para aumentar a insegurança e a incerteza jurídica dos que militam em favor do meio ambiente e para a morosidade da justiça, pois as divergências das normas em vigor acabam por se somar à discussão do objeto central da demanda. Diante desta situação, clama Milaré (2009) pela codificação do Direito Ambiental, através da criação de um Código de Meio Ambiente Brasileiro. Codificar, nas palavras de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira apud Milaré (2009), no sentido de reunir em um código, ou seja, em um conjunto metódico e sistemático de disposições legais relativas a um assunto ou a um ramo do Direito.

Para Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamim (2003) este ilustre doutrinador e Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a precária implementação das leis ambientais no Brasil se deve a um conjunto de fatores: tais como a falta de consciência e educação dos cidadãos, que consideram normais as violações ao meio ambiente; a precária institucionalização e pouca credibilidade dos órgãos ambientais; a pouca credibilidade do Poder Judiciário: inacessível, lento, caro e com parca especialização para o trato da questão; a desconsideração do meio ambiente como prioridade política efetiva e a aberrante repartição dos recursos orçamentários que não contemplam nem sequer em proporções essenciais os programas destinados à preservação ambiental; a fiscalização e controle das agressões ambientais ineficientes; os problemas de repartição de competências tais como superposição de funções dos órgãos públicos de controle e gestão; a concentração da implementação ambiental nas mãos do Estado, tido, muitas vezes, como o maior ou um dos maiores poluidores ou degradadores do meio ambiente; sistema jurídico obsoleto e falta de técnica legislativa.

Afirma o ilustre doutrinador e ministro:

“O Brasil, afirma-se, tem um dos mais completos e avançados sistemas de proteção legal do meio ambiente. Prioritário para o futuro (e para o presente), não mais é, no essencial, legislar. Já o fizemos. O que se espera agora dos órgãos ambientais e dos cidadãos, organizados ou não, é o cumprimento das exigências previstas, que, com frequência, nada mais são do que letra morta”³.

Assim, o que se verifica é que dentre o rol de obstáculos citados pelos dois doutrinadores que impedem a plena eficácia e efetividade das normas ambientais, a falta de consciência ambiental dos cidadãos aparece como um dos principais problemas. Conforme afirma Benjamim, já há leis suficientes – muito embora muitas sejam falhas - havendo agora a necessidade de ação dos órgãos ambientais e dos cidadãos. Nesse sentido, ressaltamos neste trabalho a importância da educação ambiental como ferramenta de efetividade da norma ambiental vigente, o que será abordado neste trabalho devido à importância do tema e estrita ligação com o objeto dessa dissertação. Conforme leciona o renomado jurista Paulo Affonso Leme Machado a participação ativa da sociedade, através do exercício da cidadania ambiental é funda-

³ Discurso proferido na abertura do 14º Congresso Internacional de Direito Ambiental promovido pelo Instituto O Direito por um Planeta Verde, realizado em São Paulo em junho de 2010.

mental para auxiliar a efetivação da tutela jurídica do meio ambiente. E a informação ambiental é a forma de preparar os cidadãos para agir em prol da defesa ativa do meio ambiente.

1.4. O surgimento do Direito Ambiental

A Revolução Industrial foi a grande causadora das maiores mudanças no meio ambiente em todo o globo terrestre, devido à aceleração da extração dos recursos naturais, para atender a demanda crescente das populações em desenvolvimento urbano, e principalmente incentivada pela cobiça humana, que visava à obtenção de poder a qualquer custo, e a curto prazo. Esse quadro fez surgir um imenso desequilíbrio social e conseqüentemente, ambiental, no planeta Terra, onde as populações ricas poluem por sua ganância, e as pobres, por necessidade de sobrevivência.

A partir desse momento histórico, são criadas normas de âmbito internacional, e posteriormente nacional, para disciplinar a conduta humana quanto à proteção ambiental e o consumo racional dos recursos da natureza; normas estas, que influenciaram decerto, no surgimento de um novo e importante instrumento jurídico, que é o Direito Ambiental.

Barros (2004, p.17) salienta que essas legislações:

[...] “apenas começaram a surgir com a necessidade imposta pela realidade factual que ia, na medida do tempo, se apresentando, e não como fruto da materialização de pesquisa científica atenta para os problemas respeitantes ao meio ambiente natural e ao desenvolvimento sustentável humano”.

Surge então, um ramo do Direito voltado para questões ambientais a partir da necessidade do controle da utilização dos recursos naturais, buscando garantir a existência das presentes e futuras gerações. Por isso a necessidade da criação de normas objetivando tutelar a vida das espécies no Planeta Terra.

Acredita-se que o Direito surge com a norma, e esta é regida de acordo com a evolução da sociedade. Portanto, se a sociedade extrapola determinada área social, adotando condutas inadequadas, aparece então o Direito para regular a situação. Toda norma surge da necessidade de se impor certos limites à conduta humana, de se tentar organizar uma sociedade, para que esta não chegue ao caos. Com o Direito Ambiental ou Direito do Ambiente, como

preferem os doutrinadores modernos, não foi diferente – alguns doutrinadores chamam ainda de Direito Ecológico. As normas sobre o Meio Ambiente surgiram justamente da necessidade de se regulamentar a conduta do homem sobre a utilização dos recursos que a natureza dispõe. Por sua vez a busca pelo desenvolvimento econômico enfrenta exigências, acordos e convenções internacionais, colocando o desafio do desenvolvimento sustentável, e lembrando que as gerações futuras, também necessitam de recursos para viver. Portanto, incorporar o marco ecológico nas decisões econômicas, políticas e judiciais é uma necessidade biológica.

1.5 Conceitos de Direito Ambiental (DA)

Na definição de Hely Lopes Meirelles (1998, p.477) “Direito Ambiental é aquele “destinado ao estudo dos princípios e regras tendentes a impedir a destruição ou a degradação dos elementos da Natureza”.

Para Toshio Mukay (2007, p.10), (...) é um conjunto de normas e institutos jurídicos pertencentes a vários ramos do direito reunidos por sua função instrumental para a disciplina do comportamento humano em relação ao seu meio ambiente.

Paulo de Bessa Antunes (2006, p.9) o conceitua como “um direito que tem por finalidade regular a apropriação econômica dos bens ambientais, de forma que ela se faça levando em consideração a sustentabilidade dos recursos, o desenvolvimento econômico e social, assegurando aos interessados a participação nas diretrizes a serem adotadas, bem como padrões adequados de saúde e renda.

Para Édis Milaré (2009, p. 815), “é um complexo de princípios e normas coercitivas reguladoras das atividades humanas que, direta ou indiretamente possam afetar a sanidade do ambiente em sua dimensão global visando a sua sustentabilidade para as presentes e futuras gerações”.

O Direito Ambiental é um Direito sistematizador, que faz a articulação da legislação, da doutrina e da jurisprudência concernentes aos elementos que integram o ambiente (Machado, 2011, p. 58).

Barros (2009, p. 33) o define como o “ramo do direito público que rege o comportamento do homem com o meio ambiente”.

Envolve institutos jurídicos de vários ramos do Direito e que, para adquirir autonomia, se relaciona com outras áreas do saber humano como a biologia, a física, a engenharia, o ser-

viço social, dentre outros, além de utilizar institutos de vários ramos do Direito, como penal, civil, administrativo e internacional, dentre outros, possuindo, portanto, um conteúdo multidisciplinar, o que será abordado em capítulo específico deste trabalho (Idem).

Como possui um conjunto de princípios e normas específicos, é considerado um ramo autônomo do Direito, o que será abordado no item 1.5.

Um discurso sobre a importância do Direito Ambiental como fundamental na proteção à vida, é adotado por Viana, Silva & Diniz (2001, p. 55):

“Afirmar que os seres humanos constituem o centro e a razão de ser do processo de desenvolvimento significa advogar um novo estilo de desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável no acesso e no uso dos recursos naturais e na preservação da Biodiversidade. [...] tendo por norte uma nova ética do desenvolvimento”.

A missão do Direito Ambiental é conservar a vitalidade, a diversidade e a capacidade de suporte do planeta Terra, para usufruto das presentes e futuras gerações (Milaré, 2009)

Tendo em vista o acima exposto, é possível afirmar que o Direito Ambiental estuda as relações jurídicas ambientais, observando a natureza constitucional, difusa e transindividual dos direitos ambientais, buscando sua proteção e efetividade, visando conciliar produtividade e proteção ambiental. Nesse sentido o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente ecologicamente equilibrado encontram respaldo no Direito Ambiental, pois a proteção é efetivada através das leis.

1.6 Princípios Fundamentais do Direito Ambiental (DA)

Segundo Machado (2011, p.61) "princípio é o alicerce ou fundamento do Direito. Significa "aquilo que se toma primeiro" (*primum capere*), designando início, começo, ponto-de-partida (Milaré, 2000, p. 95). Antunes (2006, p. 23) afirma que os princípios se constituem no “eixo central ao redor do qual os demais elementos constitutivos da ordem jurídica brasileira gravitam”. Amado (2011, p. 39) leciona:

“Os princípios são normas jurídicas que fundamentam o sistema jurídico, com maior carga de abstração, generalizada e indeterminação que as regras, não regulando situações fáticas diretamente, carecendo de intermediação para a aplicação concreta. Devem ser pesados

com outros princípios em cada caso concreto, a luz da ponderação casual (Princípio da Proporcionalidade)”.

Assim, todos os ramos do Direito são regidos por princípios. Conforme assinala Cristiane Derani (1997, p. 155), os princípios ambientais "... são construções teóricas que visam a melhor orientar a formação do Direito Ambiental, procurando denotar-lhe uma certa lógica de desenvolvimento, uma base comum presente nos instrumentos normativos”. Logo, com base nos princípios, o legislador teria uma direção de conceitos básicos da política ambiental a ser implementada, fornecendo uma sistemática unificadora e procurando buscar a sua harmonização.

Alguns princípios expostos por Machado (2011) têm apoio em declarações internacionais. Segundo o doutrinador, alguns serão constitutivos do próprio Direito Ambiental e outros princípios serão instrumentais, destinando-se estes a viabilizar os princípios constitutivos. É importante destacar que a doutrina não é uníssona quanto à identificação dos princípios de Direito Ambiental, bem como quanto ao seu conteúdo jurídico (AMADO, 2011). Paulo Affonso Leme Machado (2011, p. 61), traz a informação de que o Decreto 5.098/2004, art. 2º, estabeleceu uma relação mínima dos princípios do Direito Ambiental: I – princípio da informação; II – princípio da participação; III – princípio da prevenção, IV – princípio da precaução; V – princípio da reparação; VI – princípio do poluidor-pagador.

Colaciona-se abaixo os princípios de Direito Ambiental elencados na obra Direito Ambiental Brasileiro de Paulo Affonso Leme Machado e, além disso, citamos mais um princípio elencado por outros doutrinadores, o qual possui estrita ligação com o objeto deste trabalho, sendo ele o princípio da educação ambiental.

1.6.1 Princípio do Direito ao Meio Ambiente Equilibrado

Segundo Machado (2011), a principal característica deste princípio é a de que o desequilíbrio ecológico não é indiferente ao Direito, pois o Direito Ambiental realiza-se somente numa sociedade equilibrada ecologicamente. O bem estar do homem e a equidade só podem ser alcançados se lhe for garantido o direito fundamental de viver em um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

É importante ressaltar que o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é reconhecido pela doutrina nacional, como um direito fundamental, mesmo não estando inserido no Capítulo dos Direitos Individuais (artigo 5º), nem dos Direitos Sociais (artigo

6º). Este entendimento se deve ao fato de que o meio ambiente saudável proporciona uma melhor qualidade de vida, requisito básico e indispensável para a existência digna do ser humano. Portanto, ao se assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, está sendo protegido, também, o direito individual à vida e à dignidade humana (Milaré, 2009, p. 819). Garante-se, assim, a promoção dos demais direitos civis e econômico-sociais como, por exemplo, o direito à saúde. Por este motivo, o entendimento doutrinário pátrio é de que o direito ao meio ambiente sadio é ao mesmo tempo um direito individual e social.

A doutrina internacional também reconhece esse direito como sendo fundamental. Ele inclusive está previsto na Constituição de Portugal, de 1976, modificada em 1997 (art. 66º - 1). Outros países com Argentina, Peru, Turquia, Suíça, França, Moçambique, Cabo Verde, Romênia, dentro outros.

1.6.2 Princípio do Direito à Sadia Qualidade de vida

Segundo Machado (2011, p. 65), foi concebido na Declaração de Estocolmo de 1972, em seu princípio 1, o qual apregoa que o homem tem direito fundamenta a “...adequadas condições de vida em um meio ambiente de qualidade...”.

Foi proclamado como Princípio 1 na Declaração do Rio de Janeiro de 1992: “Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza”.

Foi reafirmado pela Carta da Terra de 1997 e, consagrado no artigo 225 da Constituição Federal. O jurista afirma que este é o primeiro princípio de Direito Ambiental e a saúde e a qualidade de vida dos homens não existe somente pelo fato dos mesmos não possuírem doenças, mas também devido ao estado dos elementos da natureza (Machado, 2005).

Na seara do Direito Internacional, várias Constituições trazem o direito a um ambiente sadio, conforme ensina Machado. Podem ser citados países como África do Sul, Angola, Argentina, Azerbaijão, Bélgica, Bulgária, Equador, Finlândia, França, Portugal, Paraguai, Venezuela, Tailândia e outros mais (Machado, 2011, p. 66).

1.6.3 Princípio do Acesso Equitativo aos Recursos Naturais

Machado (2011, p. 66-67): “os bens que integram o meio ambiente planetário, como a água, o ar e o solo, devem satisfazer as necessidades comuns de todos os habitantes da Terra, posto que o meio ambiente é “bem de uso comum do povo”.

Foi consagrado no Princípio 1 da Declaração do Rio de Janeiro de 1992: “os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza”.

E apareceu no Princípio 5 da Declaração de Estocolmo de 1972: “Os recursos não renováveis da terra devem empregar-se de forma que se evite o perigo de seu futuro esgotamento e se assegure que toda a humanidade compartilhe dos benefícios de sua utilização”

1.6.4 Princípio Poluidor-Pagador

Igualmente insculpido no artigo 4º, inciso VII da Lei 6.938/81, não significa, segundo Fiorillo (2001) que quem paga pode poluir.

Segundo Machado (2011), o Princípio Poluidor-Pagador obriga o poluidor a pagar a poluição que pode ser causada ou que já foi causada. A fundamentação adotada é que os usuários têm o direito a um ambiente limpo, enquanto que os poluidores não possuem o direito de efetuar descargas de resíduos. Dessa forma, o poluidor deve pagar, na proporção das descargas que efetua (Granziera, 2003).

Para Derani (1997, p. 158), "Pela aplicação deste princípio, impõe-se ao "sujeito econômico" (produtor, consumidor, transportador), que nesta relação pode causar um problema ambiental, arcar com os custos da diminuição ou afastamento do dano", e, reforça a autora, "... arca o causador da poluição com os custos necessários à diminuição, eliminação ou neutralização deste dano."

Ocorre que no processo produtivo, são produzidas, além do produto final, as chamadas externalidades negativas, as quais se constituem nos custos sociais da atividade produtiva. Dessa forma, essas externalidades devem ser internalizadas nos custos da produção para se evitar a “privatização dos lucros e socialização das perdas” (Derani, 1997, apud Milaré, 2009).

Ou seja, o poluidor ou causador do dano ambiental, inclusive os que tenham contribuído indiretamente para a prática do dano, devem ser responsabilizados na medida do dano causado.

Celso Antonio Pacheco Fiorillo (2011) ensina que é possível identificar neste princípio o caráter preventivo, posto que busca evitar a ocorrência dos danos ambientais e também o caráter repressivo, posto que, ocorrido o dano, visa a sua reparação. Salienta ainda, o renomado jurista, que o princípio do poluidor-pagador obedece a responsabilidade civil objetiva, ou seja, a responsabilidade sem culpa, não havendo necessidade de se demonstrar a incidência do trinômio dano, culpa e nexo de causalidade para a imposição do poluidor ou predador da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados. Presentes o dano e o nexo de causalidade que o liga ao poluidor/predador incide a responsabilização.

Fernando Alves Correia (1989, p. 80) entende que este princípio indica "... que o poluidor é obrigado a corrigir ou recuperar o ambiente, suportando os encargos daí resultantes, não lhe sendo permitido continuar a ação poluente. Além disso, aponta para a assunção, pelos agentes, das conseqüências, para terceiros, de sua ação, direta ou indireta, sobre os recursos naturais (Art. 3º, h, da Lei nº 11/87)".

O referido princípio na Recomendação da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) C(72) 128 de 26 de maio de 1972, intitulada "Guiding Principles Concerning International Economic Aspects of Environmental Policies"; apareceu na Recomendação do Conselho n.º 75/436, de 3 de Março de 1975, relativa a imputação dos custos e a intervenção dos poderes públicos em matéria de ambiente; em 1989, conquistou status constitucional através do Ato Único Europeu, que instituiu a política comunitária do ambiente e definiu, ao nível do Tratado da Comunidade Econômica Européia, os objetivos e princípios fundamentais da nova política (Aragão, 1997).

1.6.5 Princípio do Usuário-Pagador

Este princípio aparece na Lei 6.938/81, art. 4º, inciso VII, a qual aduz que a Política Nacional do Meio Ambiente visará "à imposição, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos" e "à imposição ao poluidor e ao predador" da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados.

Segundo Milaré (2009) é originário de práticas adotadas na União Européia.

O princípio Usuário-Pagador obriga o usuário do recurso ambiental a arcar com os custos que tornem possível a utilização dos recursos e também a arcar com os custos advindos de sua própria utilização. O fundamento deste princípio é o de que os recursos ambientais existem para o benefício de todos, pois são bem de uso comum do povo (art. 225 da C.F.)

Assim, todos os usuários sujeitam-se à aplicação dos instrumentos econômicos estabelecidos para regular seu uso. É o pagamento pelo uso privativo de bem público, em detrimento dos demais interesses (Granziera, 2003).

Para Paulo Affonso Leme Machado, o princípio Usuário-Pagador contém o princípio Poluidor-Pagador. Todavia, outros doutrinadores como Édis Milaré considera que se trata de dois princípios distintos, posição adotada pela autora deste trabalho.

Da mesma forma que o princípio do Poluidor-Pagador, este princípio é originário de práticas adotadas na atual União Européia (Milaré, 2009).

1.6.6 Princípio da Precaução

Segundo Paulo Affonso Leme Machado (2011), o Princípio da Precaução determina que havendo incertezas científicas quanto aos possíveis danos ao meio ambiente causados por uma atividade, deve-se adotar uma posição de cautela, não exercendo tal atividade. Funciona como uma espécie de princípio “*in dubio pro ambiente*” (Canotilho & Leite, 2007). Paulo de Bessa Antunes (2006), o qual se refere ao Princípio da Precaução também com a denominação de Princípio da Prudência ou Cautela, ensina que este princípio deve ser usado em situações em que o meio ambiente venha a sofrer impactos causados por novos produtos ou tecnologias os quais não possuem certeza científica quanto a danos sobre o meio.

No mesmo sentido, Édis Milaré (2009, p 824) ensina:

“A invocação do Princípio da Precaução é uma decisão a ser tomada quando a informação científica é insuficiente, inconclusiva ou incerta e haja indicações de que os possíveis efeitos sobre o ambiente, a saúde das pessoas ou dos animais ou a proteção vegetal possam ser potencialmente perigosos e incompatíveis com o nível de proteção escolhido”.

Não está expressamente previsto na Carta Magna Brasileira, porém encontra-se implicitamente insculpido no *caput* do artigo 225 (Amado, 2011). O artigo 37 da Constituição Fe-

deral exige que toda e qualquer política pública e empreendimento deve passar por uma análise prévia de discussão de viabilidade ambiental. Já o artigo 225, § 1º, inciso, V aduz que para assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é preciso: “controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente”.

Esse Princípio nasceu na Alemanha, na década de 70 (Machado, 2011). Foi adotado em 1987, na Segunda Conferência Internacional sobre a Proteção do Mar do Norte (Canotilho & Leite, 2007). Apareceu na Declaração do Rio (1992), na Convenção da Diversidade Biológica (1992), na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (1992), dentre outras.

Segundo Machado (2011), o referido Princípio antecede a prevenção, pois não visa evitar o dano ambiental e sim evitar os riscos ambientais.

1.6.7 Princípio da Prevenção

De acordo com Celso Antônio Pacheco Fiorillo (2011, p. 117), trata-se de um dos princípios mais importantes que norteiam o Direito Ambiental, pois a prevenção é preceito fundamental, pois os danos são irreversíveis e irreparáveis. Paulo de Bessa Antunes (2006, p. 39) afirma que o Princípio da Prevenção é muito próximo do Princípio da Precaução, porém não se confunde com ele, pois “aplica-se a impactos ambientais já conhecidos e dos quais se possa, com segurança, estabelecer um conjunto de nexos de causalidade que seja suficiente para a identificação de impactos futuros mais prováveis”.

O princípio da prevenção está ligado aos conceitos de afastamento de perigo e segurança das gerações futuras, como também da sustentabilidade ambiental das atividades humanas. Como bem define Cristiane Derani (1997, p. 166), o Princípio da Prevenção Ambiental.

O licenciamento ambiental e os Estudos de Impacto Ambiental são realizados com base nesse princípio (Antunes, 2006), assim como as sanções administrativas, a fiscalização, as licenças e autorizações (Fiorillo, 2011).

Milaré (2009) ensina que este princípio se aplica quando o perigo é certo e quando existem elementos suficientes para afirmar que uma determinada atividade ou empreendimento é efetivamente perigoso. Portanto, este princípio se aplica àquelas atividades cujo risco é certo, porém, evitável.

O referido princípio foi abraçado pela atual Constituição Federal, no *caput* do artigo 225, que impõem ao Poder Público e a coletividade o dever de proteger e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Aparece ainda, de acordo com Machado (2011), na legislação infraconstitucional como Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81), Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97), Política Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007), Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) e Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei 12.334/2010).

Na seara do Direito Internacional, Paulo Affonso Leme Machado (2011, p. 97-100) cita algumas convenções, declarações e sentenças de tribunais internacionais onde o dever jurídico de se evitar a consumação de danos ambientais vem sendo abordado: Convenção da Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito (1989); Convenção da Diversidade Biológica; Tratado de Maastricht sobre a União Européia; O Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do MERCOSUL; Convenção sobre o Direito Relativo à Utilização dos Cursos de Água Internacionais para fins diversos dos de Navegação, de 1997 e Declaração do Rio de Janeiro de 1992.

1.6.8 Princípio da Reparação

Este princípio aparece na Constituição Federal, art. 225, § 3º, o qual determina que: “as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores pessoas físicas e jurídicas a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”.

Aparece ainda, no artigo 4º, inciso VII da PNMA (Lei 6.938/81) o qual aduz que: “A Política Nacional do Meio Ambiente visará à imposição ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos”.

O referido princípio impõe ao causador do dano a obrigação de repará-lo, independentemente de culpa, sendo necessária apenas a comprovação do nexo de causalidade (responsabilidade civil objetiva).

Laville, 1998 apud Machado (2011, p. 101) cita algumas convenções onde aparece a responsabilidade civil objetiva: Convenção de Bamako (1991), que impõem a responsabilidade objetiva e ilimitada em relação aos rejeitos perigosos; Convenção de Paris (1960) e Con-

venção de Viena (1963) que dispõe sobre a responsabilidade no domínio da energia nuclear, prevendo responsabilidade imputada automaticamente ao explorador; Convenção de Bruxelas (1969) que dispõe sobre a responsabilidade civil por danos devidos à poluição por hidrocarbonetos, impondo-se a responsabilidade ao proprietário do navio.

1.6.9 Princípio da Informação

De acordo com Machado (2006), todos possuem direito à informação sobre atos lesivos ao meio ambiente e sobre as formas para exercer sua proteção. O renomado jurista ensina que o Princípio da Informação está previsto, de forma genérica, em diversos dispositivos constitucionais, tais como artigo 5º, inciso XIV o qual dispõe que é assegurado a todos o acesso a informação (...) e inciso XXXIII o qual dispõe que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral (...); no artigo 220 que dispõe sobre a liberdade de informar e no artigo 221 que dispõe sobre o conteúdo do que será informado.

O artigo 225, § 1º, inciso VI também o traz: “incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Este princípio foi adotado expressamente como instrumento de efetivação e realização da participação ambiental pela Política Nacional do Meio Ambiente, no artigo 9º, VII que prevê o sistema nacional de informação sobre o meio ambiente no artigo 10, § 1º, o qual enuncia que os pedidos de licenciamento, sua renovação e concessão serão publicados no jornal oficial do Estado e em periódico local ou regional de grande circulação. O referido princípio foi previsto, ainda, no artigo 6º, inciso X da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010).

Machado (2006) leciona que: “há o direito à informação da população e o dever da publicidade por parte dos agentes públicos (...). A educação ambiental é imprescindível. Está unguida, vinculada à informação. A população tem o direito de se informar e participar. É a tônica do século 21”.

1.6.10 Princípio da Participação

O princípio da participação é um dos postulados fundamentais do direito ambiental; um dos principais instrumentos na luta por ambiente ecologicamente equilibrado, pois reflete a participação da sociedade civil na defesa ativa do meio ambiente. É um conceito ligado diretamente à cidadania ambiental e ao Estado Democrático de Direito, em que o povo atua ativamente na política estatal.

A democracia participativa foi bastante difundida no Brasil especialmente após a Constituição de 1988. É um regime baseado no princípio da soberania e no princípio da participação popular, através de um processo de descentralização administrativa e de promoção de cidadania via informação, educação e participação (Machado, 2011). A justiça ambiental, por sua vez, é a responsabilidade de todos na conservação do bem ambiental e a garantia de seu caráter coletivo, conforme anota Carvalho (2004).

O Princípio da Participação encontra-se também expressamente mencionado no “caput” do art. 225 de nossa Constituição Federal que dispõe “é dever do Poder Público e da coletividade proteger o ambiente para as presentes e futuras gerações e no Princípio 10 da Declaração do Rio de Janeiro de 1992⁴. O Princípio da Participação aparece ainda na Lei 6.938/81 que estabelece como um dos princípios da Política Nacional do Meio Ambiente a educação ambiental em todos os níveis do ensino com o objetivo de capacitar a comunidade para participação ativa na defesa do meio ambiente e na Política .

1.6.11 Princípio obrigatoriedade da intervenção do Poder Público

Insculpido no caput do artigo 225 da Constituição Federal que aduz que o Poder Público tem o dever irrenunciável de promover a proteção do meio ambiente, posto que bem difuso.

Machado (2011, p. 113) ensina que a Declaração de Estocolmo de 1972 enuncia:

⁴ Declaração do Rio Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Princípio 10: A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos.

“Deve ser confiada às instituições nacionais competentes a tarefa de planificar, administrar e controlar a utilização dos recursos ambientais dos Estados, com o fim de melhorar a qualidade do meio ambiente”

Segundo o renomado mestre, a Declaração do Rio de Janeiro enuncia, em seus 27 e princípios, pelo menos vinte vezes o termo Estado, pronunciando que os mesmos devem promulgar leis eficazes sobre o meio ambiente.

Barros (2008) elenca dentre o rol de princípios o “Princípio da Tutela Estatal e Coletiva” que traduz a incumbência trazida pelo artigo 225 da Constituição Federal dada ao Poder Público e a Coletividade de proteger o meio ambiente. Nesse sentido, no que tange ao Poder Público, a tutela estatal é exercida, segundo o doutrinador, através dos poderes de polícia e disciplinar, sendo auto-executável, ou seja, não necessitando a Administração Pública de autorização judicial prévia para implementá-los. Ressalta o jurista que a tutela estatal deve sempre obedecer aos Princípios do Contraditório, da Ampla Defesa, da Motivação, do Recurso, dentre outros.

1.6.12 Princípio da Educação Ambiental

Wellington Pacheco Barros (2008) traz o Princípio da Educação Ambiental no rol dos princípios de Direito Ambiental. Outros doutrinadores não o trazem como um princípio apartado. Para Fiorillo (2011), a educação ambiental decorre do Princípio da Participação. Machado (2011) aduz que o princípio da Informação visa formar a consciência ambiental, que a informação, a participação e a educação ambiental caminham juntas, todavia não traz esta última como um princípio. Todavia, o referido autor, em seu livro “Estudos de Direito Ambiental”, de 1994, faz alusão a este princípio.

Neste trabalho segue-se a doutrina de Barros (2008), o qual traz a educação ambiental como princípio de Direito Ambiental, com status constitucional, posto que o artigo 225, § 1º, inciso VI da Constituição Federal enuncia que para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o Poder Público tem a obrigação de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Interpretando o dispositivo constitucional, Bernardina Ferreira Furtado Abrão ensina:

A educação ambiental é essencial ao pleno desenvolvimento humano e é pressuposto básico ao reconhecimento dos direitos, dos deveres e das responsabilidades, em todos os setores (...). Ela deve estar presente em todos os espaços que educam os cidadãos e prepara o homem para o exercício da cidadania (Abrão, 2011, p. 1.197-1.198).

Na seara internacional esse princípio apareceu no Princípio 19 da Declaração de Estocolmo (1972), o qual afirmou a necessidade de ministrar a educação ambiental aos jovens e adultos, inclusive os menos favorecidos, com vistas a desenvolver as bases necessárias para esclarecer a opinião pública e dar aos indivíduos, empresas e coletividades o sentido de suas responsabilidades quanto à proteção e melhoria do meio ambiente em toda a sua dimensão humana.

CAPÍTULO II

O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA PARA A EFETIVIDADE DO DIREITO AMBIENTAL

2 O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A EFETIVIDADE DO DIREITO AMBIENTAL

Hoje, tomamos consciência de que o sentido das nossas vidas não está separado do sentido do próprio planeta, [...] a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação (Gadotti 2005, p. 19).

2.1 A Educação Ambiental na legislação brasileira.

O *caput* do artigo 225 da Constituição Federal dispõe que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Assim, no item que trata dos princípios de Direito Ambiental, este artigo foi debatido e apresentado como o portador do Princípio da Participação, o qual remete ao exercício da cidadania ambiental, posto que confere também a toda sociedade, além do Poder Público, o dever de participar ativamente na defesa do meio ambiente. Foi colacionado também, no mesmo item, o ensinamento de Paulo Affonso Leme Machado que leciona que a democracia participativa baseia-se na descentralização administrativa e na promoção da cidadania através da informação, da educação e da participação. Assim, o papel da sociedade na promoção da defesa do meio ambiente está apregoado pela Constituição e, os cidadãos só estarão instrumentalizados para exercer esse papel se forem devidamente informados e conscientizados, o que perpassa pelo processo da educação ambiental.

Aliás, além do *caput* da Carta Magna, o artigo 225, §1º, inciso, é explícito ao trazer a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente, como incumbência do Poder Público. Assim, como bem ensina Machado (2006), o Poder Público tem o dever de informar e a população tem o direito de ser informada e de participar. Comentando o dispositivo constitucional Milaré (2009, p. 172) diz ser “a educação ambiental como incumbência precípua do Poder Público na promoção do exercício da cidadania”.

O artigo 205 da C.F. traz a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, aduzindo que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Fiorillo (2011) bem observa que a informação e a educação ambiental são mecanismos para a efetivação da participação popular, portanto instrumentalizam para o exercício da cidadania ambiental.

Desse modo o preceito constitucional acima faz da tutela ao Meio Ambiente um instrumento de realização da cidadania e da dignidade humana. Ressaltando que ao Poder Público, são atribuídos deveres para dar efetividade à norma.

Nesse entendimento Abrão (2011, p. 1197) afirma:

“a educação prepara o homem para o exercício da cidadania; é essencial ao pleno desenvolvimento humano e é pressuposto básico ao reconhecimento dos direitos, dos deveres e das responsabilidades, em todos os setores, perante qualquer ordem social estabelecida”.

Cabe salientar que mesmo anterior à Constituição Federal, a legislação esparsa já fazia menção à Educação Ambiental.

A Lei 4.771/65 já prescrevia que os livros escolares de leitura deveriam conter textos de leitura de educação florestal. A Lei nº 5.197/67 dispunha sobre a necessidade de nas escolas livros educativos e aulas sobre proteção da fauna. A Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81), atentava para a importância da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, com o objetivo de capacitá-la para uma participação ativa na defesa do meio ambiente (Canotilho & Leite, 2007).

Com a promulgação da Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999 (Política Nacional da Educação Ambiental) o Brasil destacou-se como o primeiro país da América Latina a ter uma política nacional especificamente voltada para a Educação Ambiental.

A referida lei definiu a educação ambiental como os processos pelos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, sendo que a disciplina deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades de processo educativo, em caráter formal e não formal.

Assim, conforme anota Fiorillo (2011), a Política Nacional da Educação Ambiental veio reforçar a necessidade de participação da coletividade na defesa e melhoria da qualidade

do meio ambiente, através da construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas à preservação desse bem pela implementação da educação ambiental.

Para se garantir a participação e, conseqüentemente, a efetividade das normas ambientais, faz-se necessária a disseminação da informação e o estímulo ao desenvolvimento do sentimento de pertencimento no homem, o que se dará através da educação ambiental e será amplamente abordado no próximo item.

2.2 A educação ambiental como ferramenta para a efetividade da norma

De acordo com Loureiro (2002) a Educação Ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. Dessa forma, contribui para construção e implementação de um novo paradigma sendo estratégica na formação e contemplação da conscientização das relações sociais e de produção que situam a inserção humana na natureza de maneira harmoniosa e saudável.

Na Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, organizada pela UNESCO, realizada na cidade de Tbilisi, em outubro de 1977, foi declarado que "a educação ambiental deve abranger pessoas de todas as idades e de todos os níveis sociais, no âmbito do ensino formal ou não". Todos os meios de comunicação têm a responsabilidade de cooperar através de seus recursos a serviço dessa missão educativa. Nesta mesma Conferência, declarou-se que:

“A Educação Ambiental deve constituir-se de um ensino geral permanente, reagindo às mudanças que se produzem num mundo em rápida evolução”. Essa educação deve possibilitar a compreensão do indivíduo dos principais problemas do mundo atual, proporcionando-lhe uma capacitação com o objetivo de ações cotidianas visando à melhoria da qualidade de vida e a proteção do meio ambiente, consolidando os compromissos com "valores éticos". "A educação ambiental deve ser direcionada a um processo ativo no sentido de resolver os problemas dentro de um contexto de realidades específicas, estimulando a iniciativa, o senso de responsabilidade e o esforço para construir um futuro melhor” (Educação ambiental, 1997, p. 18-19).

A Declaração e as Recomendações da Conferência Intergovernamental de Tbilisi, ofereceram os princípios e os objetivos fundamentais e orientadores da EA:

- a) Considerar a totalidade do ambiente, educação contínua formal e informal, numa perspectiva interdisciplinar;
- b) Examinar o ambiente a partir do regional considerando o global;
- c) Considerar as situações atuais e futuras do ambiente considerando a perspectiva histórica;
- d) Cooperação local, nacional e internacional para resolver problemas ambientais; os planos de desenvolvimento e crescimento devem se ater ao ponto de vista ambiental;
- e) Participação dos alunos de todas as idades, através de suas próprias experiências de aprendizagem, ajudando-os a descobrirem os sintomas e as causas dos problemas ambientais;
- f) Métodos alternativos para transmitir e receber conhecimentos sobre o ambiente, ressaltando a complexidade dos problemas ambientais.

Em julho de 2000, foi regulamentada a lei 9.795 de 27 de abril de 1999 cujo artigo 1º do capítulo I ⁵ “Da Educação Ambiental” faz saber:

“Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

Neste sentido, tendo como horizonte os objetivos e princípios delineados na Conferência de Tbilisi, o Serviço Universitário Mundial, juntamente com o ICAE (*The International Council for Adult Education*) e o CEAAL, organizaram no Fórum Global 92, no Rio de Janeiro, a Jornada Internacional de Educação Ambiental. Nesta Jornada, foram definidos os princípios da educação para sociedades sustentáveis e responsabilidade global:

- 1. a educação é um direito de todos, sendo todos aprendizes e educadores;
- 2. a EA, tanto em seus modos formal, não formal e informal, deve ter como base o pensamento crítico e inovador;

⁵ Pode ser vista na íntegra no *site* do Ministério da Educação em: <http://www.mec.gov.br/sef/Ftp/LEI979599.doc>.

3. é individual e coletiva, não é neutra, mas ideológica, devendo envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o homem, a natureza e o universo de forma interdisciplinar;
4. deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, tratando as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico;
5. deve facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão;
6. deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais;
7. deve ser planejada, estimulando e potencializando o poder das diversas populações;
8. deve valorizar as diferentes formas de conhecimento, sem patentear ou monopolizar;
9. deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições; requerer a democratização dos meios de comunicação de massa, comprometidos com os interesses de toda a sociedade;
10. deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações;
11. deve desenvolver uma consciência ética sobre toda as formas de vida deste planeta.

A educação ambiental faz surgir o sentimento de pertencimento, de que forma que instrumentaliza os cidadãos para agirem, o faz se sentirem parte do meio, faz o homem sentir a necessidade de atuar em defesa do meio ambiente. Politiza, inflama, estimula, conscientiza. Através da Educação Ambiental se leva informação. A informação educa. O homem passa a ter consciência de seus direitos e deveres para com o meio ambiente. Através da educação podem-se difundir as leis ambientais, sua importância e os instrumentos de defesa ambiental que podem ser utilizados pela coletividade.

Assim, a educação ambiental é um dos meios mais eficientes para solucionar os problemas causados pela humanização, através da ação da população a qual poderá fiscalizar o meio natural e a exigir da aplicabilidade e efetividade da legislação ambiental (Letti, 2002 apud Baldin, Rodrigues & Haritsch, 2009).

Nesse sentido pode-se afirmar que o exercício da cidadania está diretamente atrelado ao Direito Ambiental, na medida em que possui a função de atuar como instrumento de auxílio na resolução de conflitos ambientais. A cidadania ambiental é construída através da Edu-

cação Ambiental. Tanto assim, que no final do ano 2009, a Conferência Mundial de Copenhague endereçou responsabilidades sobre importância da Educação Ambiental para a formação de uma consciência ecológica e uma organização da convivência humana no planeta numa agenda planetária ameaçada de caos. Assim, a conscientização antecede a participação.

Dai a importância da aplicação do princípio da informação através da difusão de conhecimento – incluindo-se as leis e os meios de defesa do meio ambiente passíveis de serem utilizados pelos cidadãos - por meio da educação ambiental, pois assim será possível buscar um processo de conscientização coletiva e não somente ações isoladas, o que poderá refletir em efetivação da tutela jurídica ambiental, através do princípio da participação.

Nesse sentido, Farias & Carvalho (2007) salientam que a Educação Ambiental, ao enfatizar a dimensão política e, portanto, jurídica da questão ambiental, contribui para aprofundar a reflexão não só quanto às atuais relações entre sociedade e ambiente, mas também sobre os instrumentos de que dispomos para a garantia e a defesa dos direitos ambientais. Os principais instrumentos jurídicos que podem ser utilizados pela sociedade na defesa do meio ambiente são descritos a seguir.

A Ação Civil Pública é prevista pela Lei 7.347/85 e já era prevista anteriormente na Lei 6.938/8 (Política Nacional do Meio Ambiente). Machado (2011) ensina que é denominada “civil” porque tramita perante o juízo cível e não criminal e “pública” porque defende bens que compõem o patrimônio social e público, assim como os interesses difusos e coletivos. Ela visa defender o meio ambiente, o consumidor, os bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Segundo Fiorillo (2011), antes do advento do Código de Defesa do Consumidor, essa lei limitava-se a defender direitos difusos e coletivos relacionados a bens indivisíveis. Com o advento do Código de Defesa do Consumidor, o campo de incidência da Ação Civil Pública foi aumentado, pois ela passou a tutelar outros bens difusos e interesses individuais homogêneos, além de passar a permitir indenização por danos patrimoniais e morais aos bens protegidos.

A Ação Civil Pública é considerada um instrumento de defesa do meio ambiente que pode ser utilizada pelo cidadão porque o rol de legitimados para propor a ação inclui associações que estejam constituídas há pelo menos um ano e inclui dentre suas finalidades a proteção do meio ambiente⁶. Nesse sentido, Ada Pellegrini Grinover, 1986 citada por Milaré

⁶ Lei 7.347/85, art. 5º: “Tem legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: I – o Ministério Público; II – a Defensoria Pública; III – a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; IV – a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; V – associação que, concomitantemente: a) esteja

(2009), manifesta-se contrariamente à denominação “Ação Civil Pública”, pois, segundo a jurista, nem a titularidade da ação é deferida exclusivamente a órgãos públicos, nem é objeto do processo a tutela de interesse público – posto que os interesses transindividuais de que cuida a lei não são interesses público no sentido individual da palavra, mas antes interesses privados, de dimensão coletiva. Dessa forma, a autora prefere a denominação “Ação Coletiva”, pois pode ser intentada por formações sociais e para proteger interesses de dimensão coletiva.

A Ação Popular pode ser intentada por qualquer cidadão (MACHADO, 2011). A origem deste remédio jurídico está na direito romano ou no direito português, mas no Brasil, foi consagrada na Constituição de 1934 (FERRAZ FILHO, 2011). A Constituição Federal de 1988 manteve o remédio, “pelos préstimos que lhe devem ser reconhecidos na preservação do patrimônio público” (Idem, p. 49). Assim enuncia o dispositivo constitucional:

“LXXVII: qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise à anular ato lesivo ao patrimônio ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência”.

A ação visa à proteção de bens de natureza pública (patrimônio público) e difusa (meio ambiente) e o pressuposto de sua proposição é haver ato lesivo a esses bens (Fiorillo, 2011)

Paulo Affonso Leme Machado salienta que a única dificuldade para a ação ser totalmente popular é a necessidade do cidadão que pretende ajuizá-la ter que contratar advogado.

O mandado de segurança coletivo está previsto na Carta Magna, no artigo 5º, inciso LXX, o qual aduz que “o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por: a) partido político com representação no Congresso Nacional; b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados”.

Esse remédio jurídico pode ser utilizado para combater um ato abusivo e ilegal de uma autoridade administrativa que repercuta em direitos difusos, dentre eles o meio ambiente (Milaré, 2011). A legitimidade para impetrá-lo, arrolada pelas alíneas “a” e “b” do artigo supracitado, traz as instituições que a lei considera como representantes de interesses coletivos. Canotilho e Leite (2011) bem observam que, apesar de não estar presente como legitimado ativo,

constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil; b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico”.

o Ministério Público é parte legítima para ajuizar o mandado de segurança coletivo, pois se trata de ação coletiva que envolve interesse social, um dos objetos de defesa daquela instituição.

Barros (2009, p. 416) ensina que “o Mandado de Segurança Coletivo, ao lado do Mandado de Segurança Individual, é uma das maiores garantias das maiores garantias criadas pelo direito para proteger o grupo de cidadãos da prepotência do Estado e por consequência uma forma de controle de atos administrativos abusivos”.

Importante se faz colacionar a lição de Fiorillo (2011) que leciona a expressão *mandado de segurança* não traduz a idéia apenas de proteção a direitos coletivos *stricto sensu*, pois os valores ambientais traduzem-se no próprio direito à vida com qualidade.

O Mandado de Injunção, segundo Milaré (2009) foi criado para tornar os direitos dos cidadãos previstos na Carta Magna plenos de fruição, especialmente os direitos fundamentais e sociais, previstos no artigo 5º. “Tem por finalidade fazer com que o legislador infraconstitucional apresse a regulamentação de direitos e liberdades constitucionais previstos em preceito não auto-executável, não bastante em si, ou que não conta com todos os elementos necessários à sua aplicação” (Ferraz Filho, 2011).

O referido remédio jurídico encontra-se disposto no artigo 5º, inciso LXXI do diploma constitucional: “conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma reguladora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”.

Importante frisar que os dispositivos legais mais amplamente usados pela população são a Ação Civil Pública e a Ação Popular. O mandado de injunção, conforme bem assinala Barros (2009) não teve ainda a devida repercussão e ainda precisa ser regulamentado.

Como descrito acima, são vários os remédios jurídicos disponíveis para que o cidadão faça valer a efetividade da norma no que tange a proteção do meio ambiente. Todavia, isso exige de cada indivíduo, estar informado e conhecer os instrumentos que viabilizam a sua participação ativa nesse processo. Assim, há a necessidade de promover a divulgação da legislação, estimular a sensibilização do homem quanto às questões ambientais, gerando a responsabilização coletiva para preservação, conservação do meio, para a fiscalização e exigência da aplicação da norma ambiental. Para tanto, faz-se necessária a presença da educação ambiental, seja ela formal ou informal, na busca dessa efetivação.

A educação ambiental formal é aquela desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, em todos os níveis e modalidades de ensino, devendo

ser ensinada de forma transversal e não como disciplina autônoma, conforme artigos 9º e 10º da Política Nacional da Educação Ambiental (Lei 9.795/99)⁷.

Já a educação ambiental não-formal⁸ é um processo integrado e amplo, cujo objetivo é a capacitação dos indivíduos para a ampla compreensão das diferentes repercussões ambientais das atividades humanas, tornando-os aptos a agir ativamente na defesa da qualidade ambiental (Antunes, 2006).

Assim, a legislação determina a obrigatoriedade da educação ambiental a ser realizada como prática educativa integrada, contínua e permanente, integrando as disciplinas de modo transversal. Isso significa que deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior (graduação e pós-graduação); não pode ser interrompida, deve ser oferecida de forma continuada; não deve ser oferecida como uma disciplina em apartado devendo permear todas as disciplinas ofertadas, de forma sistêmica, integrada ao processo educacional como um todo.

A adoção da educação ambiental como tema transversal implica em uma visão holística das disciplinas, o que exige a necessidade de práticas pedagógicas que unam as diversas áreas do saber, transcendendo a noção de disciplina de cada matéria.

Nesse sentido, faz-se necessária, segundo Araújo et. al. (2007) apud Christmann & Araújo (2009), a adoção de uma ação ecopedagógica para o ensino jurídico, que contemple os objetivos da Educação Ambiental, tendo em vista que os currículos pedagógicos dos cursos, estão, em geral, estruturados em conformidade com as doutrinas de uma civilização baseada no liberalismo e no individualismo. “Como o pensar ecológico exige uma visão coletiva, ho-

⁷ Lei 9.795/99, art. 9º: Entende-se por Educação Ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando: I – educação básica: a) educação infantil; b) ensino fundamental e c) ensino médio; II – educação superior; III – educação especial; IV – educação profissional; V – educação de jovens e adultos; art. 10: Art. 10. A Educação Ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. § 1º A Educação Ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino. § 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da Educação Ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica. § 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

⁸ Lei 9.795/99, art. 13: Art. 13: Entendem-se por Educação Ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará: I – a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente; II – a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à Educação Ambiental não-formal; III – a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de Educação Ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais; IV – a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação; V – a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação; VI – a sensibilização ambiental dos agricultores; VII – o ecoturismo.

lística e transdisciplinar, urge rever os pressupostos pedagógicos da prática educacional, reolocando-a em outros termos, ou seja, unir ecologia e pedagogia” (Idem, p. 426), direito e educação ambiental.

Assim, como se vê, Educação Ambiental e Direito Ambiental caminham juntos, sendo aquela um instrumento para a efetividade deste. No próximo capítulo será abordado o currículo do ensino jurídico considerando a complexidade, a multi, a inter e a transdisciplinaridade.

CAPÍTULO III

COMPLEXIDADE, MULTI, INTER, TRANSDISCIPLINARIDADE E CURRÍCULO NO ENSINO JURÍDICO

3. COMPLEXIDADE, MULTI, INTER, TRANSDISCIPLINARIDADE E CURRÍCULO NO ENSINO JURÍDICO

O Direito regula condutas possíveis, mas complexas as quais fogem àquelas imaginadas pelo “Deus legislador”, ele jamais será capaz de cumprir seu fim se não se abrir para uma leitura plural de seu objeto, que busque em outras áreas do saber, como a história, a psicologia, a sociologia etc., compreender melhor a natureza dos fenômenos humanos. Para isso, o Direito não basta a si mesmo (Francischetto & Costa, 2009, p.9).

3.1 Por uma Compreensão Integrada

Conforme já descrito anteriormente, o Direito Ambiental possui um caráter multidisciplinar, guardando íntima relação com outras áreas do saber. A multidisciplinaridade caracteriza uma situação na qual, embora não exista coordenação entre diversas disciplinas, cada uma delas participa desde a perspectiva do seu próprio quadro teórico-metodológico ao estudo e tratamento de um dado fenômeno (Velasco, 2002). Propõe-se a estudar um objeto, de uma única disciplina, através de outras disciplinas, o que enriquece o objeto estudado, mas não resulta necessariamente em interação. Os limites disciplinares são mantidos e não se supõe, necessariamente, a integração conceitual ou metodológica das disciplinas no âmbito de um novo campo do conhecimento, sendo mantida a lógica da justaposição ou adição de disciplinas (Carvalho, 2004). Assim, pode-se afirmar que o Direito Ambiental possui conteúdo multidisciplinar já que busca reger o comportamento humano com o meio ambiente que o rodeia (Barros, 2009)

Além disso, esse novo ramo da esfera jurídica caracteriza-se como interdisciplinar, por se utilizar de institutos de outros ramos do Direito, como penal, civil, administrativo e internacional (Barros, 2009). A interdisciplinaridade significa que as disciplinas em questão, apesar de partirem cada uma do seu quadro referencial teórico-metodológico, estão em situação de mútua coordenação e cooperação e estão engajadas num processo de construção de referenciais conceituais e metodológicos consensuais (Velasco, 2002). Não pretende a unificação das disciplinas, mas sim estabelecer conexões entre elas, promovendo a troca entre conheci-

mentos disciplinares e o diálogo dos saberes disciplinares com os saberes não científicos (Carvalho, 2004).

A transdisciplinaridade propicia a re-acomodação e a unificação dos conhecimentos disciplinares, com relativa desapareição, de cada "disciplina" envolvida no estudo e tratamento do fenômeno considerado. Além de sugerir a idéia de movimento e da quebra de barreiras, a transdisciplinaridade permite pensar o cruzamento de especialidades, o trabalho de interfaces, a superação das fronteiras, a migração de um conceito de um campo de saber para outro, além da própria unificação do conhecimento. (Velasco, 2002; Carvalho, 2004). Leff, 2001 citado por Leite e Ayala (2000, p. 123) define a transdisciplinaridade como “um processo de intercâmbio entre diversos campos e ramos do conhecimento científico, nos quais uns transferem métodos, conceitos, termos e inclusive corpos teóricos inteiros para outros, que são incorporados e assimilados pela disciplina importadora, induzindo um processo contraditório de avanço/retrocesso do conhecimento, característico do desenvolvimento das ciências”. Assim, o Direito Ambiental possui caráter interdisciplinar. Nesse sentido afirma Machado (2011, p. 58):

“O Direito Ambiental é um Direito sistematizador, que faz a articulação da legislação, da doutrina e da jurisprudência concernentes aos elementos que integram o ambiente. Procura evitar o isolamento dos temas ambientais e sua abordagem antagônica”.

Nesse sentido, segundo Leite e Ayala (2000, p. 124):

“O Direito Ambiental, prioriza o desenvolvimento de função de mediação, definida pelo princípio democrático, que privilegia seu poder de dialogicidade, de estabelecimento de vínculo de comunicação dialógica e aberta, que relacione homem e natureza, de forma essencialmente interativa e dinâmica, de modo que a abertura comunicacional, proporcionada pelo discurso ecológico, atue diretamente na orientação de qualquer conduta e atividade de intervenção sobre o ambiente. Nesses contornos, a proposta de transdisciplinaridade proporciona a revisão da tendência paralisante que a imposição de leituras dogmáticas de disciplinas afins ou mesmo o Direito, freqüentemente,

realizam sobre a questão ambiental, ao mesmo tempo em que oportuniza o desenvolvimento da essencialidade do princípio democrático, ao constituir discurso de interação/ integração, dialógico e ontologicamente aberto”.

A discussão sobre a interdisciplinaridade no Ensino Jurídico, também, busca referência em coletâneas elaboradas por Comissões de Ciência e Ensino Jurídico e pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Dentre elas a Comissão de Ensino Jurídico-2001/2004. OAB Ensino Jurídico. Formação Jurídica e Inserção Profissional (Machado, 2003, p. 17):

“O saber é o maior recurso que um advogado pode dispor para enfrentar um mundo cada vez mais complexo. Já se foram os tempos em que o conhecimento consistia em compreender unidades isoladas... [...] Novos desafios se impõem pelo fenômeno da globalização... [...] a ponto de se constatar, hoje... [...] um leque apreciável de posições que se entrelaçam com os diversos e sempre crescentes campos do Direito.”

Assim, o conhecimento hoje, inclusive na área jurídica, é pautado no paradigma da complexidade, o qual, segundo Morin (2001) é aquele capaz de reconhecer que o mundo é formado por constituintes heterogêneos inseparavelmente associados. Nesse sentido, segundo o autor, quando se fala em complexidade, se faz referência a uma forma de pensamento que supera a tradicional fragmentação do conhecimento e das ciências.

Percebe-se, quanto à complexidade e à interdisciplinaridade, tão necessárias de serem compreendidas e aplicadas num processo educacional, o Direito Ambiental, dadas as suas peculiaridades, apresenta-se como um eixo de ligação com todos os ramos do Direito. Garcia (2006, p. 37) citando Morin diz:

“O sistema educativo fragmenta a realidade, simplifica o complexo, separa o que é inseparável, ignora a multiplicidade e a diversidade (...) as disciplinas como estão estruturadas só servem para isolar os objetos do seu meio e isolar partes de um todo. Eliminar a desordem e as contradições existentes, para dar uma falsa sensação de arrumação”.

As idéias de Morin, no que tange à complexidade, apontadas na sua Obra “*Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*”, explicam a característica de transdisciplinaridade marcante no Direito Ambiental:

“O ser humano é a um só tempo, físico, biológico, psíquico, cultural, social, histórico. Esta unidade complexa na natureza humana é totalmente desintegrada na educação por meio das disciplinas, tendo-se tornado impossível aprender o que significa ser humano. [...] Os problemas fundamentais da humanidade e os problemas globais estão ausentes das ciências disciplinares; o enfraquecimento da percepção global conduz ao enfraquecimento da responsabilidade.” (Morin, 2000 apud Moran 2007).

Iocohama (2011), dissertando sobre a ligação do Direito Ambiental com outros ramos do Direito e com outras áreas do saber apresenta as seguintes afirmativas:

1. Quando se fala de “meio ambiente de trabalho”, por exemplo, esta se falando de Direito Ambiental do Trabalho, porque se analisa a parte física do local de trabalho, a saúde do trabalhador, a harmonia de cores, o ambiente biológico, o ambiente jurídico.
2. Quando se vai licenciar um empreendimento de grande ou excepcional porte, ou ainda com potencial poluidor, é feita solicitação dos estudos de impacto ambiental e seus respectivos relatórios de impacto ambiental (EIA/RIMA). A depender da localização, ainda é solicitado o estudo de impacto de vizinhança (EIV), que está previsto no Estatuto das Cidades. Para realizar esses estudos há uma equipe de profissionais de diversas áreas – há transversalidade – que sem o conhecimento mínimo do direito ambiental muitas vezes não apresentam bons resultados, havendo a necessidade de complementação dos estudos ou elaboração de um novo estudo.
3. No curso de Direito, é necessário repassar para o corpo discente o conhecimento interdisciplinar referente aos diversos ramos no tocante à questão ambiental, como o Direito Administrativo, o Direito Constitucional Ambiental, o Direito Penal Ambiental, o Direito Tributário. Quando se refere à compensação ambiental e imposto de renda ecológico, no âmbito do Direito Imobiliário tem-se a necessidade de maiores esclarecimentos sobre as áreas de proteção ambiental e zoneamento ecológico econômico – ZEE.

4. No Direito Internacional Público certamente, precisa-se de conhecimentos dos grandes espaços ambientais internacionais, das obrigações no direito internacional do meio ambiente (fontes das obrigações internacionais, conteúdo dessas obrigações, deveres e responsabilidades), das externalidades e compensações atinentes aos danos ambientais entre países.

5. Para um conhecimento mínimo na graduação em Direito, a disciplina Direito Ambiental deveria ser oferecida em três períodos – Direito Ambiental I, II e III; períodos esses justificados pela gama de assuntos que perpassa por todos os ramos do Direito acrescidos das suas normas e das questões ambientais – sistema nacional de unidade de conservação, sistema nacional de recursos hídricos, poluição, proteção a fauna e a flora, espaços verdes, mudanças climáticas, ciclos biogeoquímicos, resíduos sólidos, energia nuclear, florestas, sistema dunar, sistema lagunar, mercado de carbono entre outros.

6. As Faculdades de Direito deveriam interagir com as demais faculdades correlatas, principalmente as Faculdades de Ciências Biológicas, Nutrição, Agronomia, Veterinária, Engenharia Florestal / Sanitária / Ambiental / Civil, Arquitetura, Belas Artes, Geografia, Geologia e Oceanografia. Essa interação é no sentido de estimular os alunos da transversalidade nos conteúdos, desenvolvimento de trabalhos, produção científica, realização de fóruns de debates, etc.

Tendo em vista o acima exposto, percebe-se que o ensino do Direito Ambiental se nutre de outros saberes e precisa interagir com outras ciências, devendo “metabolizar conquistas e aceitar as transformações que se impõem na cadeia de evolução do mundo” (MILARÉ, 2009, p. 105). Portanto há a necessidade de se promover, no ensino jurídico-ambiental uma formação consciente voltada para as questões que envolvem o Meio Ambiente. Sobre isso anota Moacyr (2005, p.19-20): “a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação”. Daí a complexidade do Direito Ambiental.

Assim, a formação do profissional do Direito deve contemplar a necessidade de desconstrução do modelo predominante do ensino jurídico que fragmenta as disciplinas, priorizando a construção do conhecimento de maneira holística levando em conta as diversas cone-

xões entre as disciplinas e a relação do homem com a natureza como integrante da mesma, afastando a idéia de que ele é superior ou externo à natureza.

“O Direito Ambiental não ignora o que cada matéria tem de específico, mas busca interligar estes temas com a argamassa da identidade, dos instrumentos jurídicos de prevenção e de reparação, de informação, de monitoramento e de participação” (Machado, 2011, p. 58-59).

3.2 Evolução e Tendências do Currículo no Ensino Jurídico Brasileiro

De acordo com Martinez (2005), a evolução do Ensino Jurídico no Brasil pode ser dividida em três fases, com base em três momentos políticos: os modelos de Estado Liberal, Social e Neoliberal. A primeira fase destaca-se pelo desenvolvimento do paradigma liberal no Brasil Império. A segunda fase inicia-se na República Nova e termina na era dos Governos Autoritários. A terceira fase começa com a promulgação democrática da Constituição Federal de 1988, com o advento da Portaria 1.886/94 do MEC e o choque destas perante a adoção da tendência neoliberal dos governos da década de 90 e início do século XXI.

Na época do Brasil Império foram criadas as faculdades de Direito através da Lei de 11 de agosto de 1827. Os primeiros cursos foram criados em Olinda e São Paulo com o objetivo de formar bacharéis em Direito para suprir as necessidades do Império (Castro, 2000); antes disso os estudantes brasileiros estudavam Direito em Coimbra. Com a Revolução Francesa e os ideais do liberalismo vividos na época, esses estudantes puderam acompanhar essas transformações e trazê-las ao Brasil influenciando os currículos das primeiras faculdades aqui criadas adotando a tendência liberal (Leão & Barreto, 2009) caracterizada pelo “normativismo positivista”. Nessa fase surgiram projetos de elaboração de um Código Civil Brasileiro nos moldes do Código de Napoleão (Martinez, 2005). Durante esse período o ensino do direito era controlado pelo governo central que determinava o currículo, a metodologia, os compêndios adotados, a nomeação de diretor etc. (Rodrigues, 1995 apud Iocohama, 2011). É importante destacar que a regulamentação dos primeiros cursos de Direito obedecia aos Estatutos de Visconde de Cachoeira cuja importância reside no fato de preverem a necessidade de conjugar o ensino teórico com o ensino prático. Foram editados ainda, os Estatutos dos cursos de Ciências Jurídicas e Sociais do Império em 1831 vigorando até 1854 os quais dispensavam qualquer fundamentação doutrinária para os cursos de Direito. Ressalte-se ainda, a edição do De-

creto 1.386 de 1854 que regulamentava os cursos de Direito e vigorou até a reforma do ensino livre em 1879. Neste ano, foi promulgado o Decreto nº 7.247 que estabeleceu a reforma do ensino primário, secundário e superior, todavia, o ensino livre no Brasil não se consolidou como liberdade de ensinar e sim como embrião do sistema brasileiro de ensino particular pois, caracterizou-se pela possibilidade de se organizar cursos alternativos aos oficiais (Iocohama, 2011).

Martinez (2005) explica que na fase da recém proclamada república, as transformações econômicas e demandas sociais geraram pressões da sociedade civil sobre o Estado induzindo a uma reforma educacional do ensino jurídico. Com aprovação do Decreto nº 1232-h, de 02 de janeiro de 1891 o curso de Direito passou a ser separado em três categorias: ciências jurídicas, ciências sociais e notariado; além disso, passou a ser permitido aos poderes dos estados federados fundarem faculdades superiores nos moldes das federais com fiscalização do Conselho de Instrução Superior caracterizando a descentralização educacional (Venâncio filho, 2004 apud Iocohama, 2011).

Segundo Martinez (2005) neste período, os dois cursos de Direito existentes deixaram de ser monopólio e a criação de novas faculdades passou a ser permitida, sendo a primeira a Faculdade de Direito da Bahia em 1891. Assim, neste mesmo ano, os cursos de Direito em nosso país foram emancipados, libertando-se da influência portuguesa (Machado, 2003). Assim, iniciou-se o período da reforma do “ensino livre” caracterizado pela crença de que a educação era a força inovadora da sociedade a ser expandida; a liberdade para a expansão do ensino deveria imperar e sua única regulação seria o próprio mercado. Houve a massificação do ensino jurídico devido à expansão indiscriminada dos cursos de Direito para os padrões da época, com a utilização do termo “fábrica de bacharéis”. Essa fase caracterizou-se por cursos de Direito com baixa estruturação metodológica e direcionamento privatista das grades curriculares (Martinez, 2005). Em 1895 foi promulgada a Lei 314 que reorganizou as faculdades de Direito, estabelecendo o período de cinco anos para integralizar os cursos, mais rigorosa em relação ao Decreto supracitado a qual suprimiu o curso de Notariado e uniu os cursos de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais (Venâncio Filho, 2004 apud Iocohama 2011). Em 1901 com o Decreto nº 3903 o currículo do curso de Direito sofreu nova alteração; Houve outra alteração com o Decreto nº 8.662 de 1911; nova reforma ocorreu em 1915 com a promulgação do Decreto 11530 que criou o instituto de ensino jurídico no rio de Janeiro (Iocohama, 2011).

Entre 1930 e 1945 a sociedade civil brasileira sofreu várias transformações e modificações políticas e, ao mesmo tempo, o ensino jurídico brasileiro ficou estagnado. Foram propostas diversas reformas educacionais sendo a “Reforma Francisco Campos” de 1931, através do Decreto 19.851, a mais importante da época, pois institucionalizou a “universidade” no Brasil, propondo a atualização curricular, buscando a inovação dos ideais educacionais da República Velha (Martinez, 2005). Esse movimento ficou conhecido como “Escola Nova”, representando uma disputa pelo poder acadêmico, na qual a força do tradicional (liberalismo) prevaleceu sobre a tentativa de inovação pedagógica, embora tenham sido criados novos estatutos jurídicos como Código de Processo Civil, Código Penal, Código de Processo Penal e uma Nova Lei de Introdução ao Código Civil (idem). Cabe salientar a edição do Decreto nº 19.852 de 1931 que dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro (Venâncio Filho, 2004 apud Iocohama, 2011). Na década de 30 duas importantes leis foram editadas tratando do doutorado e do bacharelado em Direito – Lei nº 114 de 1935 e Lei nº 176 de 1936 - as quais junto com o Decreto 19851 de 1931 foram as que vigoraram com pequenas modificações até a reforma decorrente da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 4.024 de 1961 (BASTOS, 2000 apud Iocohama, 2011).

Em 1962, com o intuito de solucionar o descompasso social do ensino jurídico foi proposto o currículo mínimo para os cursos de Direito, através do Parecer do Conselho Federal de Educação - CFE nº 215, que não deu certo. Com o golpe militar de 1964 houve o redirecionamento na estrutura dos cursos de Direito com o intuito de formar técnicos para dar suporte ao “milagre brasileiro” o que priorizou o número de vagas e não a educação de qualidade. Em 1972 houve uma nova modificação curricular através do Parecer CFE nº 162 visando reduzir a “dilatada extensão” do currículo mínimo, sem êxito. Essas reformas pedagógicas infrutíferas refletiram nas duas décadas seguintes com a reprodução dos ideais liberais da fase imperial (Martinez, 2005). Houve também a edição da Resolução nº 3 do Ministério da Educação e Cultura – MEC que estabeleceu um currículo para o curso de Direito com disciplinas formativas (Economia, Sociologia, Introdução ao Estudo do Direito), disciplinas profissionalizantes (com a possibilidade de disciplinas optativas) e com a prática forense como obrigatória (Bastos, 2000 apud Iocohama, 2011).

Martinez (2005) explica que com a promulgação da Constituição Federal de 1988 abriu-se um horizonte democrático para que ocorressem relevantes transformações no ensino jurídico brasileiro. Vários direitos e garantias foram trazidos no bojo da chamada “Constituição Cidadã” influenciando inovações nos cursos de Direito, pois a conjuntura passou a de-

mandar profissionais com qualificação além da fornecida pelo ensino jurídico tradicional clamando por operadores do Direito aptos a solucionar a complexidade dos conflitos que afloraram no período pós-autoritarismo.

É importante destacar que de 1827 para 1980 o número de cursos de Direito no Brasil cresceu de 2 para 130; chegou a 153 em 1989; a 235 em 1995; a 362 em 1999 e a 442 em 2000 (Machado, 2003). Segundo notícia publicada no Jornal do Brasil o país possui hoje 1.174 cursos de Direito em todos os estados o que corresponde a um aumento de 612% em relação aos 165 credenciados em 1991 (Carneiro, 2011).

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Ophir Cavalcante, atribui a essa proliferação de cursos os altos índices de reprovação nos exames obrigatórios da OAB para o exercício da profissão e nos concursos públicos que exigem bacharelado em Direito (idem). Para acompanhar a qualidade dos cursos de Direito o Conselho Nacional de Educação firmou uma parceria entre o Ministério da Educação – MEC e a OAB sendo que em 1992 iniciaram-se avaliações sobre as condições dos cursos de Direito no Brasil. Desde então os cursos de Direito têm passado por avaliações anuais e, paulatinamente, vários deles são notificados com prazo concedido para se adequarem às exigências mínimas estabelecidas pelo MEC.

Em 1994 foi promulgada a Portaria nº 1.886, do Ministério da Educação, fixando as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso jurídico e, aduzindo em seu artigo 3º, que a articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, deve-se atender às necessidades de formação fundamental, sociopolítica, técnico-jurídica e prática do bacharel em Direito⁹. Ela trouxe grandes mudanças para o ensino jurídico sendo as principais: ampliação da carga horária formativa do aluno para 3.300 horas (no mínimo em 5 e no máximo em 8 anos para término do curso); conexão do ensino jurídico nas atividades de ensino extensão; intercâmbio internacional e consultas bibliográficas e jurisprudenciais; acervo bibliográfico com o mínimo de 10.000 volumes de obras jurídicas e de referência às matérias do curso; coordenação entre o currículo mínimo e o pleno em cada curso ; conteúdo mínimo com disciplinas categorizadas em fundamentais e profissionalizantes; monografia final para conclusão de curso a ser defendida perante banca examinadora com tema e orientador escolhidos pelo aluno e estágio de prática jurídica num total mínimo de 300 horas de atividades práticas simuladas e

⁹ Portaria 1.886/94, do Ministério da Educação, de 30 de dezembro de 1994, art. 3º: “O curso jurídico desenvolverá atividades de ensino, pesquisa e extensão interligadas e obrigatórias, segundo programação e distribuição aprovadas pela própria Instituição de Ensino Superior, de forma a atender às necessidades de formação fundamental, sócio-política, técnico-jurídica e prática do bacharel em direito”.

reais; incentivo às áreas de especialização após o cumprimento do conteúdo mínimo curricular regimental; definição das atividades do estágio de prática jurídica coordenada com estágio profissional de advocacia (Iocohama, 2011; Bastos, 1996). Ela procurou superar o tecnicismo atribuído à Resolução CFE nº 03/72, e absorver novos parâmetros capacitativos do aluno de Direito, que refletissem as novas exigências sociais e as esperanças acumuladas nos debates acadêmicos e encontros da OAB. Além disso, a referida Portaria, também, deixa visível a relevância do conhecimento interdisciplinar e da formação prática, coordenada entre os estudos práticos internos e as exigências da OAB, abrindo, inclusive, o curso de Direito para novas conexões institucionais de intercâmbio, mas, principalmente, admitindo a necessária formação especializada em uma ou mais áreas de especialização, permitindo aos cursos seguirem suas vocações, as demandas sociais e do mercado de trabalho (Bastos, 1996).

A Portaria 1.886/94 do MEC trouxe como conteúdo mínimo curricular, além do estágio obrigatório, a seguintes disciplinas:

1. Disciplinas Fundamentais;
2. Introdução ao Direito;
3. Filosofia (geral e jurídica; ética geral e profissional);
4. Sociologia (geral e jurídica);
5. Economia
6. Ciência Política (com Teoria do Estado)
7. Disciplinas Profissionalizantes
8. Direito Constitucional
9. Direito Civil
10. Direito Administrativo
11. Direito Tributário
12. Direito Penal
13. Direito Processual Civil
14. Direito Processual Penal
15. Direito do Trabalho
16. Direito Comercial
17. Direito Internacional
18. Atividades Complementares
19. Especialização
20. Atividades extensivas

21. Estágio de Prática Forense
22. Monografia de conclusão de curso

Bastos (1995) ressalta que a introdução da especialização no currículo jurídico através da referida Portaria é um grande avanço na definição da vocação de cada escola e um excelente instrumento de reforço formativo tão importante quanto a retomada da base humanística no processo de formação jurídica. Assim, segundo o autor, as especializações curriculares incentivarão a abertura de novos núcleos de disciplinas especializadas voltadas para questões do desenvolvimento (Direito da Concorrência, Direito do Consumidor, Direito Ambiental), dos Direitos Humanos e Sociais ou mesmos dos novos instrumentos processuais constitucionais (Direitos Difusos e Coletivos e a novíssima possibilidade disciplinar: Direito Constitucional Processual). Além disso, a exigência da criação de núcleos de prática jurídica obriga a escola a desenvolver um programa de atividades comunitárias de entrosamento com juizados especiais, defensorias e promotorias públicas.

O autor ressalta ainda, que deve haver um entrosamento entre as atividades práticas e de pesquisa que são intimamente associadas como “práxis” jurídica, observando essa “especial dimensão do conhecimento do Direito: ao mesmo tempo uma reflexão intelectual (prospectiva) e construção prática (quotidiana e jurisprudencial)” (Bastos, 1995, P. 21).

Embora a portaria faça menção a importância da interdisciplinaridade, vale ainda ressaltar que não menciona a disciplina Direito Ambiental como componente curricular. Nesse sentido, Quanto à obrigatoriedade da inserção da disciplina Direito Ambiental no currículo dos cursos jurídicos, Paulo Affonso Leme Machado lembra que o Direito Ambiental passou a constar da lista de disciplinas exigidas no Exame Nacional de Cursos para avaliação dos cursos de Graduação em Direito, através da Portaria 3.816, de 24/12/2002, artigo 4º, alínea “q”, do Ministério da Educação¹⁰. Outra questão relevante para a inclusão da disciplina Direito Ambiental são os concursos públicos, os quais estão requisitando cada vez mais conhecimentos na área do Direito Ambiental.

¹⁰ Portaria 3.816, de 24 de dezembro de 2002 do Ministério da Educação, artigo 4º: “Os conteúdos para o Exame Nacional dos Cursos de Direito de 2003 serão: a) Introdução ao Direito; b) Direito Internacional; c) Sociologia Jurídica; d) Filosofia do Direito; e) Teoria do Estado; f) Direito Constitucional; g) Direito Administrativo; h) Direito Tributário; i) Direito Civil; j) Direito Comercial; k) Direito do Consumidor; l) Direito Penal; m) Direito do Trabalho; n) Direito Processual Civil; o) Direito Processual Penal; p) Direito Processual do Trabalho; q) Temas Transversais: Direitos Humanos e Direito Ambiental”

A referida portaria, em seu artigo 1º, inciso, I, alínea “a”¹¹, coloca como um dos objetivos do Exame Nacional de Cursos, avaliar os cursos de graduação em Direito com o intuito de promover a melhoria da qualidade e o contínuo aperfeiçoamento do ensino oferecido, por meio da verificação de competências, habilidades e domínio de conhecimentos necessários para o exercício da cidadania e das diversas profissões da área do Direito.

Comentando a Portaria 1.886/94, Abikair (2000), afirma, corroborando com o que já foi debatido anteriormente, que a formação do profissional do Direito passa, necessariamente, pela questão da cidadania, que é função primordial da educação em todos os seus graus de ensino, conforme apregoa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira¹². Além disso, o autor chama a atenção para a proposta pedagógica trazida pela Portaria, pautada na interdisciplinaridade. Nesse sentido, a inserção do Direito Ambiental no ensino jurídico se coaduna com o que apregoam a Portaria 1.886/94 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Na Carta de Belo Horizonte, documento originário do VIII de Ensino Jurídico ocorrido na cidade de Belo Horizonte, no período de 03 a 05 de novembro de 2004, que discutiu o tema “O ensino do Direito em tempo de mudança”, são apontados importantes avanços trazidos pela portaria, tais como: currículo que atende às necessidades regionais, a interdisciplinaridade, a questão do projeto político-pedagógico, a cultura de uma avaliação interna e externa dos cursos de direito, a imprescindibilidade do acervo bibliográfico, a obrigatoriedade do estágio, a necessidade de uma monografia final e a previsão de atividades complementares (Pereira, 2006, p. 136).

Além disso, a Resolução 9/2004 do Conselho Nacional de Educação institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências. De acordo com o artigo 2º da Resolução¹³, o curso de Direito deve focar pela ordem: organiza-

¹¹ Portaria 3.816, de 24 de dezembro de 2002, Art. 1º: “O Exame Nacional de Cursos, como parte integrante do sistema de avaliação da educação superior, no que se refere aos cursos de Direito, terá por objetivos: I. Contribuir para: a) a avaliação dos cursos de graduação em Direito, com o intuito de promover a melhoria da qualidade e o contínuo aperfeiçoamento do ensino oferecido, por meio da verificação de competências, habilidades e domínio de conhecimentos necessários para o exercício da cidadania e das diversas profissões da área do Direito”;

¹² Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Art. 2º: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

¹³ Resolução 9, de 29 de setembro de 2004 do Conselho Nacional de Educação, Art. 2º: “A organização do Curso de Graduação em Direito, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais se expressa através do seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o trabalho de curso como componente curricular obrigatório do curso, o regime acadêmico de oferta, a duração do curso, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico”.

ção de curso; projeto pedagógico; perfil desejado do formando; competências e habilidades; conteúdos curriculares; estágio curricular supervisionado; atividades complementares; sistema de avaliação; trabalho e curso; regime acadêmico e duração do curso. Afora isso, a resolução aduz que os cursos devem trabalhar conteúdos e atividades que atendam três eixos de formação interligados, sendo eles:

“Art 5º- O curso de graduação em Direito deverá contemplar, em seu Projeto Pedagógico e em sua Organização Curricular, conteúdos e atividades que atendam aos seguintes eixos interligados de formação:

I - Eixo de Formação Fundamental, tendo por objetivo integrar o estudante no campo, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber, abrangendo dentre outros, estudos que envolvam conteúdos essenciais sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia.

II - Eixo de Formação Profissional, abrangendo, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se necessariamente, dentre outros condizentes com o projeto pedagógico, conteúdos essenciais sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual; e

III - Eixo de Formação Prática, objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, especialmente nas atividades relacionadas com o Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Curso e Atividades Complementares”.

Essa resolução, segundo Fagúndez (2006) significou um enorme retrocesso para o ensino jurídico, pois traz uma série de equívocos, como, por exemplo, não fixou a carga horária do curso de Direito; deu mais importância às matérias do que às disciplinas, nesse sentido, por exemplo, o Direito Ambiental poderia ser oferecido não como disciplina específica, mas como uma matéria lecionada dentro de outra disciplina; e repetiu a Portaria 1.886/94 e introduziu que nada contribuiriam para a melhoria do ensino jurídico no país. Segundo o autor o di-

ploma legal “omite o que não poderia omitir e introduz o que não poderia introduzir”, retirou, por exemplo, a disciplina “Introdução ao Estudo do Direito”, considerada uma disciplina fundamental por “introduzir o acadêmico na floresta do Direito” (Idem, p. 73). Todavia, da leitura dos incisos I e II do artigo 5º da Resolução 9/2004, infere-se que o Direito Ambiental deve ser inserido na grade curricular dos cursos de Direito para atender a correlação estabelecida pela resolução com as outras do direito assim como para garantir a formação do operador do direito engajado com as mudanças sociais globais, dentre as quais se encontram as questões ambientais.

Pereira (2006) comenta que com a edição da Resolução 9/2004 do Conselho Nacional de Educação, não houve propriamente a revogação da Portaria 1.866/1994 do MEC. Houve na verdade a derrogação de partes dos dispositivos contidos nesta última.

A Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil) também instaurou novas bases para o ensino jurídico no Brasil. O artigo 54, inciso XV¹⁴ permite a OAB colaborar para o aperfeiçoamento dos cursos jurídicos e na apreciação prévia de projetos de criação de cursos de Direito por instituições universitárias e no seu subsequente reconhecimento ou credenciamento.

Em 1996 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394). A referida Lei estabeleceu algumas medidas referentes à eliminação da exigência de currículos mínimos, observância de diretrizes gerais para os currículos de cursos e programas de educação superior e, ampliação da duração mínima do ano letivo regular de 180 para 200 dias. Com isso procurou estabelecer uma proposta de reestruturação do sistema de ensino superior no país com maior ênfase na centralização em prol de maior autonomia para que as instituições pudessem inovar atendendo às demandas regionais e nacionais. Em seguida foi aprovado o Parecer nº 776/97 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação o qual dispôs sobre a orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. As quais, em síntese deveriam contemplar elementos de fundamentação essencial em cada área do conhecimento, campo do saber ou profissão visando promover no estudante a capacidade desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente. Além disso, deveriam pautar-se pela tendência de redução da duração da formação no nível de graduação e promo-

¹⁴ Lei nº 8.906/94, inciso XV: “Compete ao Conselho Federal: colaborar com o aperfeiçoamento dos cursos jurídicos, e opinar, previamente, nos pedidos apresentados aos órgãos competentes para criação, reconhecimento ou credenciamento desses cursos”.

ver formas de aprendizagem que contribuam para reduzir a evasão (Nunes; Maranhão & Silva, 2003).

Tendo em vista a legislação citada que regulamenta o ensino jurídico, é possível afirmar que a presença do Direito Ambiental na grade curricular dos cursos se coaduna com o que é apregoado por essas normas. Nesse sentido, na busca da democratização e efetividade do ensino de Direito Ambiental e a formação para a cidadania ambiental numa visão ambientalmente progressista e socialmente libertária, foi criada a Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil - APRODAB – visando a implementação do ensino obrigatório de Direito Ambiental como disciplina autônoma nos cursos de graduação de todas as Faculdades de Direito do país e velar pela sua qualidade (Guimarães & Tomazello, 2003). Todavia há que se levar em conta que essa não é uma missão fácil, pois, sabe-se que o ensino jurídico no país tem enfrentado problemas devido ao alastramento de faculdades de Direito que não possuem qualidade e a menor condição de formas profissionais preparados. Prova disso é a ementa da medida cautelar publicada em 02 de junho de 2011 no Diário Oficial da União, que determinou a redução de vagas em 136 cursos de Direito em instituições de educação superior que apresentaram Conceito Preliminar de Curso (CPC) inferior a 3,0. Ocorre que a Lei nº 10.861/2004, dispõe que os resultados de avaliações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, incluindo os processos de credenciamento e credenciamento de instituições de ensino superior, bem como os de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de seus cursos; dispõe ainda que o CPC inferior a 3,0 pode comprometer de maneira irreversível a formação dos estudantes, e que o prejuízo que se apresenta é irreparável no futuro. Assim, a medida cautelar determinou a redução das vagas para ingresso de novos alunos nesses 136 cursos de Direito do país. Isso mostra que existem sérios problemas de qualidade do ensino jurídico no Brasil e para o presidente da OAB, a proliferação de faculdades de Direito pelo país, sem qualidade, formando profissionais despreparados e incapazes de passar no exame da ordem, constitui verdadeiro “estelionato educacional”. Se o ensino jurídico não tem atendido ao mínimo necessário para formação de operadores do Direito quiçá atendem aos imperativos demandados pela sociedade.

3.3 O Direito Ambiental no currículo do Ensino Jurídico

Como se verifica nos conceitos apresentados, uma das características mais marcantes do Direito Ambiental, do ponto de vista metodológico é a sua intrínseca e simultânea situação de disciplina inter, multi e transdisciplinar.

Nota-se que a importância e a necessidade do ensino do Direito Ambiental nas universidades são, ainda, pouco estudadas.

Almeida (2011) argumenta, a partir da inserção ambiental em todos os segmentos profissionais, a necessidade de incluir nos cursos jurídicos a disciplina Direito Ambiental e seus instrumentos, surgindo um importante papel para o profissional do direito na razão do cumprimento de funções mitigadoras, como vistas a garantir a equidade jurídica frente às complexidades de interesses existentes em uma sociedade de consumo e globalização.

Nesse sentido, Akiau (2007) aduz que a complexidade da questão ambiental e o crescimento das restrições e instrumentos legais para o enfrentamento dos problemas ambientais, passaram a requerer conteúdos curriculares não convencionais nos cursos de Direito, dentro de um projeto pedagógico que preveja a relação interdisciplinar e a sua função social. Assim, segundo o mesmo autor, o Direito Ambiental, Direitos de Terceira Geração ou de Solidariedade e Direitos Difusos e Coletivos, passaram a ter grande importância na formação do advogado (Akiau, 2007).

Almeida, discorrendo sobre a pertinência da introdução da disciplina “Direito Ambiental” nos currículos dos cursos jurídicos afirma:

(...) A disciplina Direito Ambiental deveria ser introduzida na grade curricular obrigatória não apenas dos cursos de Direito, como também, nos diversos cursos das áreas de Ciências Exatas, Ciências Naturais e Ciências Humanas, porque embora seja uma disciplina de extenso conteúdo, abrange situações que estão presentes em todas as áreas. A temática ambiental hoje está emergente em todo o mundo e a transversalidade dos assuntos abordados abre uma gama de oportunidades e discussões, oferecendo uma visão globalizada para que a atuação do hoje no profissional de direito e das demais ciências ocorra de forma consciente, tendo em vista que muitas das ações degradadoras existentes mundo ocorrem por falta de entendimento e compromisso com o meio ambiente. (Almeida, 2011, p. 3)

Uma parcela minoritária da doutrina ainda não reconhece autonomia ao Direito Ambiental (Coelho, 2004 apud Queiroz, 2006). No entanto, partindo do pressuposto que para adquirir autonomia uma disciplina requer princípios e métodos próprios, não há como negar essa característica ao Direito Ambiental.

O Direito Ambiental, apesar de ser uma ciência jurídica nova, conta com princípios específicos que o diferenciam dos demais ramos do direito, como já descrito anteriormente neste trabalho. Nesse sentido, fazendo um questionamento sobre o reconhecimento dessa esfera do Direito, Vladimir Passos de Freitas (2000, p. 26), na obra: “A Constituição Federal e a Efetividade das Normas Ambientais” assim se manifesta:

“O Direito Ambiental, apesar da evolução que o assunto vem experimentando nos últimos anos, não é totalmente aceito. Reluta-se em receber um ramo novo do Direito que se distingue de todos os demais. É que mesmo sendo autônomo, é dependente dos tradicionais ramos do Direito. (...) Mas é impossível também entendê-lo como mera fração parte de qualquer das outras vertentes. É preciso, pois, encará-lo como algo atual, dotado de características e peculiaridades novas e incomuns. (...) o direito a um meio ambiente sadio é um direito humano fundamental: todos os seres humanos têm direito a um ambiente adequado para a vida, desenvolvimento e bem-estar” (Freitas, 2000, p 26).

Para melhor compreensão da autonomia do Direito Ambiental, necessário se faz uma incursão na concepção daquilo que se chama Ensino Jurídico Brasileiro. Ele é predominantemente norteador pelo modelo positivista (Francischetto & Costa, 2009)¹⁵.

“No ensino jurídico brasileiro não é preciso se empenhar muito esforço para se concluir pela predominância do modelo positivista. Certamente que a primazia deste paradigma importará numa série de consequências para o processo de ensino como um todo, já que apresenta uma visão totalmente mecanicista e formalista do Direito. Pode-se dizer

¹⁵ **Deontologia** (do grego *δέον*, translit. *deon* "dever, obrigação" + *λόγος*, *logos*, "ciência"), na filosofia moral contemporânea, é uma das teorias normativas segundo as quais as escolhas são moralmente necessárias, proibidas ou permitidas. Portanto inclui-se entre as teorias morais que orientam nossas escolhas sobre o que deve ser feito. 1. Denomina-se **Deontologia Jurídica** a ciência que cuida dos deveres e dos direitos dos operadores do direito, bem como de seus fundamentos éticos e legais. Etimologicamente, Deontologia significa *ciência dos deveres*. Assim, **Deontologia Jurídica** é essa ciência plicada àqueles que exercem alguma profissão jurídica, em especial os advogados, magistrados e promotores de justiça

que a causa primeira que conferiu ao positivismo tamanho sucesso em sua empreitada foi, certamente, a possibilidade de se conferir cientificidade ao direito. A busca pelo status de “ciência” fez com que o direito se isolasse em um campo fechado de regras, imune a qualquer influência exógena dando conta de responder, por si só, suas próprias inconsistências. Dentre os autores que mais se destacam na propagação do positivismo jurídico podemos citar Kelsen, Hart e Austin. Embora haja peculiaridades que diferem cada um destes autores, todos, de uma maneira ou de outra, concebem o direito como um conjunto fechado de regras e negam normatividade aos princípios” (Francischetto & Costa 2009, p.3).

Assim, aquelas autoras argumentam que a formação do profissional do Direito, não pode apontar para uma única direção, antes deve estar estreitamente ligada às necessidades impostas pela realidade social. Noal (2001) apud Costa e Francischetto (2009), aduz que ao trabalhar os conteúdos de forma fragmentada e isolada de um contexto sistêmico, perde a capacidade de pensar os problemas concretos se afastando cada vez mais da realidade que está em processo constante de mutação.

Ora, se o fim perseguido pelo Direito é promover paz social, não pode de modo algum seguir indiferente às demandas sociais, exaltando-se por pertencer a um campo essencial e estritamente deontológico.

Nesse sentido, Nader (2003), ensina que:

“o estudo das disciplinas dogmáticas deve ser pluridimensional. Além dos aspectos normativos, devem merecer atenção os aspectos filosóficos, sociológicos e históricos dos institutos jurídicos. O ensino jurídico dever ser, assim, eminentemente crítico e não se ater apenas ao estudo da *lege lata*, avançando sempre que oportuno ao plano de *lege ferenda*. (...) As disciplinas dogmáticas devem corresponder aos ramos tradicionais do Direito, além daqueles que se especializaram com a sedimentação de novos princípios e conceitos” (Nader, 2003, p. 98).

Já foi descrito anteriormente, sobre a importância da Educação Ambiental para instrumentalizar os atores sociais para o exercício da cidadania ambiental. Foi dito também, que o Direito Ambiental e a Educação Ambiental caminham juntos. Assim, o Direito Ambiental é fundamental para preparar o operador da área do Direito para auxiliar na resolução dos conflitos.

tos ambientais. O oferecimento da Disciplina Direito Ambiental em cursos jurídicos permite que o aluno possa realizar pesquisas com temas ambientais, trabalhos de extensão junto às comunidades, o que os fará interagir com as mesmas, sensibilizando-os para as questões ambientais, alargando o campo de visão para além da fragmentação do direito, internalizando o paradigma da complexidade, passando a ter uma visão holística do Direito.

Não mais é admitido um “direito passivo mero reprodutor de decisões tomadas em outras esferas”. Um conjunto de normas, oriundas não necessariamente do Estado, mas do ativismo de organizações e cidadãos conscientes e da coragem de juízes e reguladores, precisa surgir. O objetivo é animador: a sobrevivência da espécie, segundo Calixto Salomão Filho (2010).

O ambiente universitário constitui-se em um das mais importantes instituições sociais, posto que compartilha o saber, dissemina valores políticos, ideológicos, culturais, morais, éticos, além, de como se infere do próprio nome, difundir a universalidade de conhecimentos. A universidade, mais do que transmitir conhecimentos, deve formar cidadãos. Nesse sentido, o Direito Ambiental figura no rol de disciplinas que deve ser oferecido pelos cursos jurídicos, principalmente porque um de seus objetivos é promover a formação de profissionais capacitados para atuar na defesa do meio ambiente, exercendo sua cidadania ambiental.

Vale salientar que há dificuldades em se romper o círculo vicioso que envolve o ensino jurídico. Nesse sentido, Nader (2003, p. 75) aduz que as “recentes ramificações da árvore jurídica, os prodígios da ciência, (...) as modificações sociais do início do século, induzem o repensar das instituições jurídica e o das condições gerais do ensino de Direito”. Quanto ao ensino jurídico, no tocante ao currículo, metodologia e formação, o autor assim se expressa:

“Uma das maiores deformações dos cursos jurídicos não está propriamente em seus currículos, mas na metodologia do ensino, no equivocado enfoque das matérias. [...] Definido o currículo dos cursos, sobreleva-se de importância a figura do professor universitário, pois caberá a ele, juntamente com os acadêmicos, a execução do grande plano de se projetar o futuro jurista. [...] significado algum terá se aos professores faltarem a operatividade e a boa formação”(Nader, 2003, p.98).

Francischetto & Costa (2009, p.4) acreditam que possível saída para a inclusão do Direito Ambiental no currículo jurídico possa estar na democratização do seu ambiente universitário, na apresentação de respostas complexas e plurais que possam ser criticamente debatidas

por todos os envolvidos no processo de aprendizagem, na superação, embora lenta, mas gradativa, da idéia de que o direito se resume à lei e que ao profissional do direito cabe exercitar seu silogismo aristotélico e sua tarefa subsuntiva. Evidentemente, o direito é muito mais do que isso e não se pode compreendê-lo através de uma visão unidimensional, e sim plural, que trabalhe construtivamente os princípios e as regras constitutivos do Direito vigente.

Entretanto, observa-se que os estudantes de Direito têm uma “visão tecnicista, fruto da corrida constatada nesses cursos para formar especialistas, oferecendo ao discente sempre uma visão parcial do Direito, como se o fenômeno jurídico pudesse ser reduzido ao direito posto”. Conforme o professor Goffredo da Silva Telles Junior (2004, p. 20), pode-se dizer que “um especialista será capaz de *explicar* um fenômeno, mas jamais de *compreendê-lo*, vez que a *compreensão* encontra-se num nível mais profundo, só alcançado por visão universal, do todo”. Outros autores ainda argumentam que:

(...) a recusa à interdisciplinaridade, igualmente, verificada nos cursos jurídicos, acabou nos oferecendo uma visão totalmente reducionista do conceito de Direito, limitando direito à lei. Na verdade, já seria um grande avanço se alunos e professores conseguissem estabelecer conexões entre as próprias disciplinas jurídicas, o que não ocorre. Ao contrário, o que se percebe é uma imensa dificuldade em estabelecer diálogos elementares, como, por exemplo, entre direito constitucional e demais disciplinas. (Francischetto & Costa, p.18)

(...) mas, para que os cursos de Direito sejam capazes de formar tais profissionais, mister uma urgente reorientação, que inclua na formação dos agentes do Direito, competências outras, que não só o simples conhecimento do ordenamento jurídico vigente e de suas técnicas processuais. mas de uma ordem axiológica de princípios gerais do direito enquanto construções sociais, que se manifestam diversamente em cada época e lugar, princípios forjados historicamente, já que cada sociedade. Cremos, contudo, que a inserção de disciplinas como filosofia, ciência política e sociologia nas grades dos cursos “(Santos, 2002 apud Francischetto & Costa p.18).

Quanto à interdisciplinaridade, Grau (2004) admite que tais disciplinas não se curvaram à “áurea formalista dos cursos de direito, o que infelizmente tem se percebido”.

“Aguardamos, agora, que nossos concursos públicos passem um profundo redirecionamento, incluindo em seus editais conteúdos que valorizem a interdisciplinaridade, que possibilitem o aluno a pensar criticamente, a problematizar as questões e não, como ocorre, decorar textos legislativos, doutrinas e posições de nossos tribunais de forma mecânica e passiva, como se isso demonstrasse aptidão para ocupar um cargo público. Constrói e inventa sua própria cultura” (Grau, 2004, p. 40).

Analisando a motivação do professor, sua identificação com o meio ambiente numa visão humanista da Educação e do Direito, para pensar a questão pedagógica interdisciplinar do ensino de Direito Ambiental, numa concepção de que, mais que o ensino de legislação, deve-se tratar o ensino do Direito como relações políticas, econômicas e socioambientais para a vida e emancipação do ser humano; esta dissertação alicerça-se, ainda, no discurso de Paulo Freire, em “Pedagogia da Autonomia” (2004, p.76-77) quando argumenta:

“O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono; meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também, o de quem intervém como sujeito de ocorrências”.

CAPÍTULO IV

AS OPINIÕES APRESENTADAS: O QUE É DITO SOBRE A FORMAÇÃO EM DIREITO AMBIENTAL OFERECIDA NAS FACULDADES DE DIREITO DE SALVADOR

4. AS OPINIÕES APRESENTADAS: O QUE É DITO SOBRE A FORMAÇÃO EM DIREITO AMBIENTAL OFERECIDA NAS FACULDADES DE DIREITO DE SALVADOR

A educação não se torna política, ela é política. E como tal, não pode assumir uma postura neutra, passiva, acrítica, antes deve lutar por Uma educação emancipatória, comprometida com a ética, com a liberdade e com o respeito pelos educadores e educandos (Freire, 1996, p.110-112).

4.1 Participantes das entrevistas

Foram entrevistados professores de reconhecida competência, bem como coordenadores de cursos, de quinze instituições de ensino jurídico superior em Salvador, sendo duas instituições públicas e treze privadas, no período compreendido entre setembro de 2009 e maio de 2010. Esse número corresponde a 52% das instituições de ensino jurídico superior, existentes na referida cidade, posto que, segundo a Comissão de Ensino Jurídico da OAB, a cidade conta com 25 faculdades de direito, sendo duas públicas e as demais particulares. Ressalte-se que por razões de falha tecnológica, na hora da transcrição das entrevistas, e dada a relevância que cada uma significa para o êxito desse trabalho, algumas precisaram ser refeitas, o que ocorreu depois do prazo acima mencionado. Assim, foram entrevistados os seguintes professores/coordenadores, representando suas respectivas faculdades/instituições onde atuam:

1) Prof^ª. Aidê Batista Neves

UNIJORGE – Centro Universitário Jorge Amado

UNIFACS – Universidade Salvador

ESAD – Escola Superior de Advocacia da OAB /BA

IDA – Instituto de Direito Ambiental e Sustentabilidade

2) Prof^ª. Cristina Seixas Graça

FRBA – Faculdade Ruy Barbosa de Administração e de Direito

Faculdade Baiana de Direito

ESAD – Escola Superior de Advocacia / OAB-Ba

MINISTÉRIO PÚBLICO – Promotoria Estadual de Meio Ambiente

3) Coordenador Prof. Fernando Leal

Faculdade Baiana de Direito

4) Prof^a. Kamila Assis de Abreu

F2J - Faculdade 2 de Julho

UNIRB - Unidade de Ensino Superior da Bahia

5) Prof. Alírio Fernando Barbosa de Souza

UCSAL – Universidade Católica do Salvador

6) Coordenadora Prof^a. Renata Torres

FCS - Faculdade Cidade do Salvador

7) Coordenador Prof. Fernando Santana

UFBA – Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia

Procuradoria do Estado

8) Prof^a. Milena Brito Filizola

FTC – Faculdade Tecnologia e Ciências

9) Prof^a. Roberta Casali Bahia Dami

IESUS – Instituto de Educação Superior Unyahna de Salvador

OAB/BA - Comissão de Meio Ambiente

Superintendência de Meio Ambiente do Município de Salvador

10) Coordenador Prof. Antônio Jorge Ferreira Melo

FIB – Centro Universitário da Bahia – Grupo Estácio de Sá

11) Coordenador Prof. Ricardo Ciriaco

FTE - Faculdade de Tecnologia Empresarial

12) Prof. Dr. Júlio Rocha

UNEB – Faculdade de Direito da Universidade da Bahia

ESAD / OAB

IDA – Instituto de Direito Ambiental e Sustentabilidade

IBAMA/BA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente da Bahia.

INGÁ – Instituto Nacional de Gestão das Águas

13) Prof^{ra}. Jussara Maria Salgado Lôbo

UCSAL – Universidade Católica do Salvador

PGE - Procuradoria Geral do Estado da Bahia

4.2 O que é dito sobre a formação em Direito Ambiental oferecida em faculdades de Direito de Salvador.

Os depoimentos, antecedidos da qualificação de cada entrevistado, são a seguir transcritos, *ipsis literis*, resguardando-se de preservar expressões informais, coloquiais, com o intuito de melhor fidedignidade da fala. Estes depoimentos estão gravados em CD, no apêndice, excetuando o da última entrevistada, que preferiu não gravar a sua entrevista, sendo devidamente respeitada na sua opção. As respostas correspondentes encontram-se a seguir.

Entrevistado 1: Prof^{ra}. Aidê Batista Neves - Bióloga e advogada, com Especialização em Gerenciamento Ambiental e Mestrado em Planejamento Ambiental. É ambientalista e professora de Direito Ambiental há 10 (dez) anos. Também é professora de Direito Ambiental (disciplina obrigatória) no Curso de Biologia da UCSAL.

[...] O Direito Ambiental é uma disciplina optativa na maioria das faculdades, sendo obrigatória na UNIJORGE e optativa na UNIFACS em que o curso é anual; sendo 01 (uma) aula, por semana. No próximo ano (2010) o curso de Direito da UNIJORGE será com ênfase em Direito Ambiental.

A carga horária será de 40hs na UNIFACS e 80hs na UNIJORGE.

No curso de Direito da Católica a disciplina é ministrada como Direito Agrário e Ambiental.

[...] *Tornei-me ambientalista, fui aluna do Dr. Júlio Rocha no 1º curso de Direito Ambiental da Bahia, há 10 (dez) anos atrás, e aí fiquei fascinada, apaixonada pelo Direito Ambiental. Saí de onde trabalhava, que era na administradora Sérgio Sampaio, por ser especialista em Direito Imobiliário, já tinha quase três anos lá, pedi demissão e só trabalho com Direito Ambiental, a partir daí.*

[...] *Dou aula de Direito Ambiental na Escola Superior de Advocacia da OAB; já dei aula na Escola da Magistratura, para os magistrados da Bahia, ano retrasado. Dou aula na UNIJORGE, na FACS, já fui professora da FIB e estou da Católica também. Fui convidada para outras, mas não tenho tempo.*

[...] *Sou diretora geral do IDA - Instituto de Direito Ambiental e Sustentabilidade, uma instituição que criamos há uns três anos atrás, eu, Júlio e Cristina Seixas, pra trabalhar na área de Direito Ambiental. Temos hoje a sede que fica na Rua Conde de Ipanema nº 60, no Rio Vermelho. Nosso objetivo é promover cursos. Vamos logo fazer parceria com universidade. Já temos a proposta de parceria com a UNIJORGE. Devemos lançar cursos de mestrado; por exemplo: Direito Ambiental é uma das nossas metas. Queremos organizar também um Congresso de Direito Ambiental no próximo ano, possivelmente em março. Tínhamos organizado um seminário de Direito Ambiental que seria no dia 12 de dezembro com Paulo Affonso Leme Machado, inclusive falei com ele várias vezes, nosso amigo, muito querido. Mas suspendemos porque os alunos estão viajando de férias; época de festa; ficamos com medo de não ter quantidade suficiente, então transferimos para fevereiro quando começarem as aulas. Será o dia inteiro com Paulo Afonso Leme Machado. Ele vai lançar edição nova de seus livros e vai lançar o novo, que é Direito Internacional das Águas.*

[...] *Eu também trabalho com ONGs. Há 05 (cinco) anos, trabalho na Fundação Terra Mirim, com Direito Ambiental Comunitário. Estamos com projetos que são elaborados pela Fundação Terra Mirim, e a parte de Direito Ambiental, eu que trabalho com eles, preparando líderes comunitários para atuarem nas áreas. Preparamos líderes em Simões Filho, agora na semana passada, encerramos um curso com líderes de Dias D'Ávila e Camaçari. Os líderes comunitários estão já hoje, com diploma de Direito Ambiental Comunitário, preparados na parte ambiental pra protegerem o meio*

ambiente nas suas comunidades. Logo vão fazer a Agenda 21 nos seus bairros, nas suas ruas, nas suas cidades. Já estão com tudo organizado para isso. Fizemos a plenária semana passada, lá na Fundação Terra Mirim. Trabalho geralmente aos sábados o dia inteiro e algumas no domingos também.

[...] Não sinto nenhuma dificuldade para trabalhar com Direito Ambiental, faço isso com muito amor, muito carinho, assim porque sou ambientalista, acredito no que faço e sou professora desde os dezessete anos, quando passei no vestibular de Biologia. Como passei em segundo lugar, saiu meu retrato no jornal e tal; aí naquela época que tinha classificação, fui contratada pelo Estado para dar aula à noite, logo aos 17 anos peguei 2º grau nas escolas públicas e dei Biologia para alunos que eram mais velhos que eu, a maioria. Comecei desde então, e ensino porque gosto. Eu sou professora porque amo o que faço.

[...] O acesso às obras referentes a Direito Ambiental não é muito fácil. Os livros geralmente a gente encontra mais nos congressos. Então, todo congresso faço questão de ir, especialmente para comprar livros novos. As editoras atualmente estão mandando, desde o ano passado edições novas de alguns autores mais conhecidos de livros didáticos e assim está ficando mais fácil.

[...] Quanto à metodologia, temos disponibilidade de data show, que é muito importante, difícil nas outras faculdades, a gente não tem em quantidade suficiente esses equipamentos, computador e projetor, aqui – na UNIFACS - é um diferencial importante porque a gente tem disponível em todas as aulas. Temos também acesso a TV, DVD, textos, aqui também tira xerox, o que em outras faculdades é muito difícil. Seminário a gente começou a fazer agora; tivemos Júlio como palestrante e levamos Maria Auxiliadora Minahim que falou sobre patrimônio genético.

[...] Em algumas faculdades os alunos são muito interessados e dão grande valor ao Direito Ambiental, especialmente por que nas provas todas estão caindo; todos os concursos e a OAB que agora colocou, inclusive, na prova dissertativa, em Direito Administrativo caiu poluição sonora, então agora eles estão valorizando mais. Mesmo na faculdade em que a disciplina não é obrigatória tem bastante aluno; aqui mesmo (na

UNIFACS) tem quatro turmas, eles são interessados, fazem tudo direitinho, sem nenhum problema.

[...] A relevância ao Direito Ambiental no currículo deve ser dada em todas as faculdades, vez que a Escola da Magistratura precisou promover um curso de atualização em Direito Ambiental para os juízes da Bahia inteira, capital e interior porque eles, a maioria não deu na faculdade. Então é urgente que seja colocado. Tem faculdade, por exemplo, que tirou do currículo como disciplina obrigatória e pior, colocou como optativa e tele presencial. Então a gente fica preocupada, né, porque é importante esse contato com o professor diretamente.

Não estou defendendo isso porque sou professora, mas eu acho que é importante. Outras disciplinas deixaram e só Direito Ambiental e outras disciplinas que considero da mesma importância como Consumidor, Idoso e Criança e adolescente colocaram como tele presencial e acho isso preocupante.

O maior desafio para ensino de Direito Ambiental, com certeza é valorizar a disciplina cada vez mais, aumentar a carga horária porque é importante que está caindo nos concursos e porque significa que a gente precisa proteger o planeta, a vida no planeta, e isso só vai ser feito se todos entenderem e conhecerem a legislação ambiental brasileira e até internacional, com o Direito Ambiental Internacional.

[...] Muitas pessoas do mundo jurídico ainda acham que o Direito Ambiental não é uma disciplina, é um ramo ligado ao Direito Administrativo, infelizmente muita gente pensa. Se a gente disser que é autônomo fica difícil porque todos os ramos do direito são voltados para Constitucional.

Então existem autores, hoje, que dizem que não existe nenhum ramo do direito autônomo. Todos estão interligados, especialmente com Constitucional, e Ambiental não é diferente.

[...] O Direito Ambiental é dotado de caráter interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar com certeza. A gente precisa de todos os ramos do direito e mais o conhecimento em todas as áreas ambientais como Biologia, Geografia, por isso fiz duas disciplinas como aluna ouvinte no mestrado da UFBA em Geografia, Gestão Ambien-

tal e Território, pois eu queria ter uma visão de território que eu não tinha, e esse é meu jeito de querer aprender mais, acho importante.

Para trabalhar com a inter, trans e multidisciplinaridade, como bióloga não tive dificuldade, mas entendo que é preciso estudar mais. Quando fui Coordenadora Geral da Comissão de Meio Ambiente da OAB coloquei como membros dessa Comissão pessoas de todas as áreas, estudantes de Administração, Engenharia Ambiental, Geografia, Zoologia, inclusive da Companhia de Polícia de Proteção Ambiental, pois precisava de conhecimento em todas as áreas; principalmente para o estudo de impacto ambiental de vários empreendimentos, e eles foram muito importantes como membros colaboradores. A interdisciplinaridade foi bem fomentada, inclusive quando demos aula na Escola da OAB, alguns membros colaboradores deram aula comigo; o capitão Dil-ton, por exemplo, foi incentivado, já fez mestrado e doutorado em Direito Ambiental, e hoje dá aula de Direito Ambiental.

[...] Direito Ambiental como está sendo contemplado, eu não sei se está formando consciência crítica e participativa; meu objetivo é esse, especialmente porque sou ambientalista e bióloga e eu tenho certeza que falo mais como ambientalista e bióloga do que como advogada, e não é por acaso, faço isso de propósito mesmo. Então se os alunos estão absorvendo isso e entendendo que eles como cidadãos têm obrigação de proteger o meio ambiente para as próximas gerações como dever de solidariedade que está implícito na Constituição Federal. Eu não sei exatamente se estou conseguindo, mas estou tentando fazer isso, é um dos meus objetivos como pessoa.

Ainda é muito pequeno o número de advogados atuando na área e conhecemos poucos professores, hoje, de Direito Ambiental em Salvador. Por isso alguns ficam sobrecarregados. Como Ambientalista fico preocupada em dizer não, e não contribuir para mais pessoas conhecerem a legislação ambiental e se conscientizarem da sua obrigação como cidadão. Então muitas vezes assumimos além do que podemos e ficamos cansados, como os projetos dos quais participamos aos sábados o dia todo e domingo, mas depois a gente fica gratificada com resultado.

No ano passado, ministramos aula num curso para procuradores do Estado e juízes, que quando estudaram não tiveram a disciplina e, hoje, precisam do conhecimento para lidar com essas questões.

[...] *Infelizmente, muitas faculdades ainda não incluem a disciplina Direito Ambiental por que com certeza os coordenadores não dão, ainda, o devido valor à disciplina. A maioria não teve a disciplina quando fez a graduação de direito, e assim acredita que Direito Ambiental não é tão importante, mas quando virem as provas dos concursos e da OAB irão entender que deve ser obrigatório. Os escritórios de advocacia precisam muito de advogados nessa área e não tem. No curso de Direito Ambiental da OAB/ESAD tinha muitos advogados, até com certa idade, que estavam fazendo a disciplina pela primeira vez na vida; os escritórios precisam, e estavam lá por isso. Assim, é preciso que seja obrigatório e com carga horária maior, para que seja dada toda a legislação pertinente. A legislação brasileira é extensa, muitas leis estão sendo revogadas, como o código de pesca, a lei do defeso, a lei de parcelamento do solo já tem projeto tramitando no Congresso e deve ser revogada logo. “É importante que se tenha o Direito Ambiental nos currículos, sim, e urgentemente.”*

Entrevistado 2: Prof^a. Cristina Seixas Graça - Bacharel em Direito com especialidade em Direito Ambiental pela PUC, Direito Processual Civil pela UFBA e mestre em Gerenciamento Ambiental e Produção Limpa pela Escola de Engenharia Politécnica da UFBA, um curso profissionalizante na área industrial, na área da visão da produção limpa. É também Promotora de Justiça do Ministério Público Estadual do Meio Ambiente.

[...] *Ministro aula de Direito Ambiental, na graduação, desde 1999 quando passei no concurso para professor substituto da UFBA no curso de Direito. De lá para cá tenho atuado sem interrupção.*

Pelo MEC, hoje, a disciplina é obrigatória. Mas diante de muitas faculdades terem iniciado (o curso de Direito) há pouco tempo, algumas aderiram (incluíram) no 8º ou 9º semestre. Na Jorge Amado, por exemplo, era no 9º e 10º períodos; já na Ruy Barbosa é no 8º e na Faculdade Baiana é no 5º, varia muito de uma faculdade para outra. Não sei qual é o critério que as faculdades escolhem.

Já ensinei na UFBA, UNIFACS, Jorge Amado, e agora Ruy Barbosa e Baiana, e em todas essas faculdades, cada uma é num semestre diferente. Na Jorge Amado, quando ensinava lá, essas matérias eram bastante focadas nas áreas dos transindividuais, atualmente já não sei como está. A carga horária varia de 36 a 72 hs.

[...] O que me levou a ser professora da disciplina, primeiro porque sou apaixonada pelo Direito Ambiental, trabalho com a área de Direito Ambiental. Sou Promotora de Meio Ambiente, vivo e sempre vivi, desde que me entendo como gente, nessa visão de que o Direito Ambiental é uma área do direito que tem efetividade se ela for bem implementada e acho que passar o que conheço na academia para os graduandos é uma forma de despertar a consciência ambiental, e não poderia ensinar outra disciplina que não fosse Direito Ambiental. No Direito Ambiental você precisa ter uma visão clara de que vai tratar de direito constitucional, civil, penal, tributário, administrativo. É uma gama de outros conhecimentos que estarão sendo utilizados para aplicação do direito ambiental, e fora as normas próprias.

[...] Sinto bastante dificuldade para trabalhar com Direito Ambiental. Primeiro pela falta de conhecimento e de consciência ambiental muito forte das pessoas. O Direito Ambiental como ele é bastante incisivo na questão do direito de propriedade e restringe outros direitos, e trabalhar na visão de uma situação de bens que são inapropriáveis, que são bens de todos e por não termos uma sociedade com essa visão da massa, nesse ponto ainda há uma falta de consciência ambiental que dificulta a aplicação da lei. Outra é a questão técnica, o direito ainda não sabe conviver com as outras áreas das ciências e como o Direito Ambiental depende das outras áreas técnicas, muitas vezes não temos a formação de uma equipe técnica e as dificuldades são grandes, pois o Direito Ambiental não existe sozinho. Por exemplo, como vou provar que houve um dano ambiental se não há um laudo técnico dizendo que aquilo aconteceu de uma forma tal e que gerou prejuízo para o ambiente? Portanto preciso de outras ciências. Como posso valorar um dano para buscar responsabilidade do poluidor? Como posso executar alguém para reparar um dano se não sei quanto custa aquilo? Outra grande dificuldade para trabalhar com Direito Ambiental é o próprio poder público que não se estruturou ainda, para uma política de desenvolvimento sustentável. No ensino também há dificuldade porque muitas vezes não valorizam o Direito Ambiental como ele deve ser valorizado, no sentido de que você trabalhar 36 hs somente, com uma disciplina que tem um conteúdo muito amplo e muito mais técnico, e também o conhecimento que os próprios alunos têm de toda discussão principiológica do Direito Constitucional, você precisa ter uma base do direito e a depender do semestre que você pega, a turma não está preparada para compreender. Na verdade vo-

cê tem de fazer uma antecipação da base de outros direitos para que ele compreenda Direito Ambiental. Então, isso às vezes dificulta, mas não é um empecilho tão grande porque na minha experiência mesmo sem terem essa base, a gente passa e eles chegam lá, dá tudo certo. Fora a carga horária tem a questão da base; os princípios precisam ser bem focados para que os alunos entendam o direito ambiental. A dificuldade não é acadêmica e sim técnica; é você trazer a experiência profissional para área acadêmica. O aluno não está preparado, tem esse foco da evolução da dialética do direito, mas no final do curso você vê como eles crescem; eles começam com uma visão do senso comum e no final do curso estão com uma visão muito ampliada para a questão da proteção ambiental e para a aplicação da lei. Chegam sem dar importância, com a visão do direito do bichinho, da florzinha, do verdinho, mas quando compreendem o direito ambiental passam a valorizar. Tenho descoberto uma coisa interessante, muitos alunos passam a ter vontade de fazer o trabalho de conclusão de curso na relação com o Direito Ambiental. Já tive umas cinquenta a sessenta orientações de conclusão de curso em Direito Ambiental. Os anos todos que passei nessas faculdades orientei muitos. No ano passado na Ruy Barbosa foram umas oito, só num semestre. Nesses dez anos de ensino já orientei muitas monografias, artigos sobre direito ambiental. Pode ser encontrado na biblioteca das faculdades Jorge Amado, FACS, Ruy Barbosa, e Federal a relação desses trabalhos.

[...] Temos hoje uma profusão de autores de Direito Ambiental. Algumas faculdades têm uma boa biblioteca, outras mais restritas, mas não há problemas quanto a doutrinas.

[...] Quanto à metodologia, tenho muito conteúdo normativo, mas trabalho muito para que eles entendam princípios e exemplos. Levo muitos casos práticos. Casos que estão na mídia para eles trabalharem com o Código aberto, para que aprendam a fazer essa movimentação da legislação. Minha metodologia é incentivar o aluno a compreender os fatos que estão acontecendo com o direito positivo. A matéria enfoca muitos casos da vida prática, da mídia. Faço slides e exponho, levo muitos textos para eles lerem e comentarem na sala de aula. Na medida do possível a gente faz uma aula dinâmica, com uma metodologia de ampliação da consciência do jurista. Minhas provas são sempre problemas para serem resolvidos usando a lei. Sempre digo para os alunos,

não precisa decorar, mas compreender e saber onde encontrar aquilo que precisa para resolver o problema. Quero formar cidadão e profissional consciente da aplicação da lei. Nem sempre a resposta está no direito positivado, e tem que se buscar a solução através de princípios. É preciso encontrar a solução para o problema e assim se dar bem. Tenho a grata satisfação de dizer a vocês que em torno de 80% a 90% da classe sai compreendendo bem aquilo que nos propomos a ensinar e que eles precisam aprender.

[...] Quanto à relevância do direito Ambiental, nenhum advogado de empresa, que vai seguir carreira jurídica pode deixar de ter a visão de que o Direito Ambiental está imbricado nas relações da vida. É do processo produtivo atuar com os comandos e controles do Direito Ambiental.

[...] Nos conteúdos procuro enfocar os quatro aspectos do meio ambiente. Trago todas as legislações que tratam da proteção do meio ambiente natural, do meio ambiente urbano, do meio ambiente do trabalho e do meio ambiente cultural. É um super resumo em que é dado; é a base para que, havendo interesse, possam fazer uma especialização.

[...] O maior desafio é ampliar a carga horária. Os grandes doutrinadores consideram uma disciplina autônoma não só no Brasil, e sim em nível internacional.

[...] A transdisciplinaridade facilita demais o trabalho do professor de Direito Ambiental. No entanto, o professor precisa ter uma visão multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar. O direito não tem a visão do todo. É fundamental entender que ele não pode ficar fechado.

Vai depender muito do professor. O Direito Ambiental permite duas visões: a do desenvolvimento sustentável e a visão do direito ao meio ambiente como direito antropocêntrico e não como direito biocêntrico. Então vai depender da filosofia que o professor advogue. Se ele for antropocentrista ele vai dizer que o Direito Ambiental existe para servir ao homem, para satisfazer às suas necessidades e pode ser usado da melhor forma para facilitar para o homem. Se for ecocêntrico ou biocêntrico talvez crie uma consciência mais ampla no aluno. No meu ponto de vista, não saberia dizer qual

é a melhor, mas busco fazer com que a minha matéria faça do aluno além de um aluno direito, mas também um cidadão ambientalista. Existe professor que é advogado de empresa poluidora, por exemplo, e não entende determinadas questões como eu entendo; ele vai ensinar aquilo que acha que é certo e não o que eu acho.

[...] Hoje não tem mais como uma faculdade deixar de contemplar a disciplina Direito Ambiental no seu currículo. Pelo que sei é uma imposição do MEC. Aquelas que não estão disponibilizando é por que são faculdades que tem uma linha acadêmica voltada para as matérias mais comuns, mais regulares do direito, ou não tem uma visão dos transindividuais dos novos direitos ou porque talvez não tenham conseguido professor, pois há uma defasagem muito grande. São poucos os professores de Direito Ambiental na Bahia. Tanto que os cursos de mestrado e pós-graduação em direito ambiental aqui são raríssimos. Nessa área é muito restrito o nº de advogados. Os magistrados, eu acho que é um grande problema, eles vão ter que se atualizar bastante nessas novas áreas. Às vezes a gente encontra dificuldades no judiciário, aproveitando a oportunidade para falar isso, há muitos juízes e promotores hoje, que foram meus alunos de Direito Ambiental e isso já muda um pouco na 1ª instância, o que vejo é dificuldade com relação aos Juízes mais antigos, uma maioria que aí está, e não tiveram essa formação e também o Tribunal. Mas os novos tempos vão exigir essas mudanças. A gente pode ter uma visão clara do STJ que deu um salto de qualidade no julgamento das questões ambientais hoje, porque houve um aporte do conhecimento através do Ministro Hermann Benjamin. Houve uma migração do conhecimento e uma interferência, na 2ª Turma do STJ que ele compõe, ele contaminou todo mundo. Temos hoje uma visão maravilhosa do STJ e isso vai mudando; daí a importância que o Direito Ambiental tem nessa visão da vida, porque é garantir o direito fundamental.

Entrevistado 3: Coordenador Prof. Fernando Leal - No início da entrevista em conversa informal, ainda antes da gravação, o entrevistado pronunciou uma frase que, por considerá-la oportuna, a entrevistadora fez questão de transcrevê-la: “Estudar Direito Ambiental é não fechar os olhos para o mundo”.

Dada à sua condição de coordenador de área, e não especificamente professor da disciplina, preferiu não seguir o roteiro da entrevista, mas abordar questões relacionadas ao tema, de modo aleatório; o que foi plenamente respeitado.

[...] *Prefiro não responder à pergunta: O que leva uma faculdade a não contemplar a disciplina direito ambiental no seu currículo? Acho um equívoco, uma questão de atualizar a matriz curricular, uma questão importante no mundo nosso atual e que merece sim uma discussão, e o direito cada vez mais vem se ocupando dela. Então nada mais justo do que quando uma instituição, menor, inseri-la como optativa ou eletiva para que o aluno na graduação tenha um acesso e um contato inicial com o Direito Ambiental.*

Quando perguntado sobre a influência da falta de profissionais na área, assim respondeu:

[] *Há um ciclo vicioso. As faculdades, em boa parte acabam não contemplando, então o mercado não exige formação de uma maior quantidade de profissionais do direito com especialização no Direito Ambiental, e enquanto essa cadeia não for quebrada, e acho que no final das contas as faculdades é que têm maior condição de exigir isso, porque é a concepção pedagógica que insere o direito ambiental na grade, e a partir do momento que houver na grade, seja obrigatória, optativa ou eletiva, haverá essa demanda por profissionais com especialização na área. Então mais pessoas, mais profissionais do direito vão se interessar também em pesquisar a fundo e seguir o caminho da docência.*

Quanto à presença de questões relativas ao Direito Ambiental em provas de concursos, inclusive da OAB, falou:

[...] *O poder Público tem o controle disso, faz a gestão em todas as esferas, federal estadual e municipal, tem os órgãos de gestão ambiental, temos aí o IBAMA e o Estado lida e deve lidar cada vez mais com a questão. Já é globalizada e o Estado tem que intervir cada vez mais na regulação do homem com o Meio Ambiente, não só na questão de políticas públicas, mas também por meio de inovação legislativa, de discussão se as leis atuais são pertinentes ou não; se são suficientes; se precisam de um aperfeiçoamento aqui ou ali de determinados dispositivos. A questão do Desenvolvimento Sustentável também é importante; a Transposição do São Francisco foi um pouco mais acalorada agora um pouco menos, por outras questões, mas é algo que sempre esta-*

rá e que deve sempre ser analisada à luz do Direito por que esses aspectos são inegáveis. Para que existam mais profissionais, e docentes na área de Direito Ambiental é preciso que também haja um estímulo das instituições no sentido de inserir e dar importância a essa disciplina para que se crie a demanda e o profissional busque esse aprofundamento teórico e até prático para lecionar bem nas instituições. Acho que a partir daí, esse ciclo pode ser quebrado e o Direito Ambiental passar a ser encarado como uma disciplina comum na maioria das faculdades na matriz obrigatória.

Perguntado quanto à existência de escritórios de advocacia com profissionais atuando na área, na cidade do Salvador, respondeu:

[...] Certamente há na parte de consultoria. Agora em termos de números, de dados estatísticos sugiro seja feita uma pesquisa na OAB. Certamente há vários pareceres. O Direito Ambiental tem uma esfera penal, então escritórios de advocacia criminal também têm esse viés mais para o lado penal ambiental na defesa das empresas, de eventuais pessoas físicas, porém não sei precisar quantos são, se é um volume considerável, mas a OAB é uma entidade de classe com perspectiva de ter esses dados consolidados e deve ter muitas informações importantes a transmitir. “Falar do Meio Ambiente é falar do próprio homem, que deve estar integrado; faz parte”.

Entrevistado 4: Prof^a. Kamila Assis de Abreu - Graduada em Direito, Professora de Direito Ambiental das faculdades 2 de Julho e UNIRB, Coordenadora do curso de Pós-graduação em Direito e Política Ambiental, Mestre em Direito Econômico e privado pela UFBA com ênfase em Direito Ambiental, que foi o tema escolhido para sua dissertação. É também Advogada e Consultora Ambiental.

[...] Sou professora de Direito Ambiental há quatro anos, desde que cheguei do Espírito Santo. Na Faculdade 2 de Julho ensino Direito Ambiental ocupando o lugar de uma disciplina optativa, com carga horária de 36h, e sou também professora de Direito Ambiental da UNIRB.

[...] *Nessa faculdade não há essa questão de optativa ou obrigatória, mas na verdade existe ênfase do curso, e nessa ênfase a disciplina é obrigatória, com a carga horária de 60 h.*

Indagada sobre como funciona essa ênfase, respondeu:

[...] *Lá, tem ênfase em direito privado e direito público. E quem faz direito público tem a disciplina Direito Ambiental. A inserção na grade curricular se deu desde 2005.*

[...] *O que me levou a ser professora de Direito Ambiental, acredito ter sido a falta de profissionais especializados nessa área. Outra coisa é que nessa faculdade existem algumas atividades acadêmicas que acabam facilitando a área do Direito Ambiental como grupo de pesquisa nessa área, formado pelos alunos que no final escrevem artigo que é publicado, sobre Direito Ambiental. Esse grupo também envolve a área de Meio Ambiente de uma maneira geral. Também o curso de Pós-graduação que tive a oportunidade de coordenar junto com a Prof^a. Cássia, Coordenadora do curso de Direito dessa Faculdade, uma Especialização em Direito e Política Ambiental. Eu vejo que aqui nessa faculdade, diferentemente de outras, já há um caminho mais aberto pra área de Direito Ambiental, pois além da graduação, existe a pós e também o grupo de estudos.*

Além de ensinar na área ambiental também sou advogada e consultora ambiental com escritório fora daqui.

[...] *Sinto dificuldade de trabalhar na área exatamente por falta de profissionais para compartilhar entendimentos; falta de seminários, congressos nessa área, então isso acaba dificultando. Em relação às obras, cresceu muito de uns dois anos pra cá, muitos livros surgiram, então o acesso a obras tem se tornado mais fácil, mas ainda assim, comparado a outras áreas do direito, não posso dizer que é abundante. Há dois anos eu colocaria como escasso, hoje posso dizer que é satisfatório.*

[...] *Em relação à metodologia, como já falei da formação de grupos de estudos, a publicação de artigos que os alunos são incentivados a publicar nessa área. Acontece que como sou a única professora da faculdade nessa área os alunos não se envolvem*

tanto, dificulta o debate com outros professores, o que não acontece com o Direito Civil, por exemplo, em que também sou professora, e isso dificulta o trabalho.

[...] Considero o Direito Ambiental sem dúvida, essencial, muito relevante para o currículo do curso de direito, considerando que o Direito Ambiental hoje, já faz parte do exame da Ordem; já faz parte de concursos. A área na advocacia em Direito Ambiental também é uma área muito especial nesse momento porque é uma área que traz o conhecimento mais rápido para o profissional que não tem tantos concorrentes assim. Então acho muito relevante, porque se o aluno não estudar na graduação quando sai não tem como atuar.

[...] importante da disciplina. Fora isso o estudo de impactos ambientais, responsabilidade civil e responsabilidade penal formam o conteúdo mais importante. Seria analisar o pré-dano, como evitar o dano e o pós-dano; como responsabilizar o agente quando o dano ambiental acontece. Acho que seria esse o conteúdo mais pertinente. Em relação ao desafio, acho que há falta ainda de interesse dos alunos. Os alunos não conseguem enxergar a importância, ainda do Direito Ambiental. Não é vista como uma disciplina especial. Para os alunos não é vista dessa forma e isso acaba dificultando o ensino e há falta de profissionais na área que também dificulta. Há falta de capacitação. Quem dá aula em Direito Ambiental é difícil se capacitar porque não tem curso de atualização; não tem congresso, nada disso. Na verdade existe, mas muito pouco.

[...] A questão da interdisciplinaridade. Sem dúvida nenhuma porque o Direito Ambiental tem de ser visto junto com o Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Penal e Direito Internacional. Então são muitos ramos que o aluno acaba vislumbrando no Direito Ambiental, e se o professor não souber trazer essa forma múltipla de outras disciplinas acaba complicando. Se o professor só focar em Direito Ambiental sem falar desses outros ramos acaba dificultando o aprendizado. Quanto à transdisciplinaridade, os professores de outras disciplinas por não terem conhecimento em direito ambiental não tocam nesse assunto, ao contrário do que ocorre com o professor de Direito Ambiental que acaba tocando nas outras áreas. Até

mesmo porque o professor de Direito Penal, por exemplo, que lá está, provavelmente, não sabe Direito Ambiental em razão de não ter estudado no seu tempo de faculdade.

[...] A maneira como o Direito Ambiental está sendo contemplado, devido à carga horária ser tão pequena, 36hs, acredito que não dá para contribuir com uma formação crítica e participativa na resolução de problemas ambientais. O fundamental seria que todas as instituições tivessem um grupo extracurricular para debater, para discutir, tal, infelizmente isso quase não existe. Simplesmente na carga horária curricular isso não dá para ser feito porque a carga horária é muito pequena. Teria de buscar condições da disciplina Direito Ambiental ser complementada em outro horário. Já quem participa voluntariamente do grupo de estudos, aproveita, consegue ter esse vi-são consciente e crítica.

[...] O que leva uma faculdade a não contemplar a disciplina Direito Ambiental, sem dúvida nenhuma acredito seja a falta de profissional. Hoje, seria o maior empecilho, e outras disciplinas são vistas de forma mais clássicas; Direito Civil, Direito Constitucional, Direito do Trabalho tem mais espaço na grade curricular para essas disciplinas que são denominadas clássicas, básicas no currículo. Acaba não sobrando espaço para as novas disciplinas. E como o Direito Ambiental é algo novo, surge aquela insegurança, um risco, aquele medo de investir naquela área. Medo de ter que dar mais carga horária, pois vai que invista em Direito Ambiental e quando saia daqui não tenha campo de trabalho.

Entrevistado 5: Prof. Alírio Fernando Barbosa de Souza – Bacharel em Direito, advogado e professor de Direito Civil da UCSAL.

Por não ser professor da disciplina, preferiu não seguir a ordem das perguntas; no entanto, se mostrou disponível para participar da entrevista abordando apenas alguns aspectos.

[...] Iniciando, não sou professor de Direito Ambiental, mas o Direito Ambiental, hoje, está ligado diretamente à qualidade de vida. A preocupação não é apenas em faculdades de Direito, mas é uma preocupação universal, inclusive com a poluição que, atualmente, graças ao homem, pela emissão de carbono e que está provocando o aquecimento global que se não for contido vai resultar na própria destruição da terra.

No caso da Bahia, essa preocupação com o ensino de Direito Ambiental talvez seja recente, mas o CRA - Centro de Recursos Ambientais já se preocupa com isso há algum tempo. Inclusive até o fato de se criarem os distritos industriais já é um reflexo disso. Hoje, por exemplo, a Timbras não ficaria ali em Arembepe, onde ela está instalada, se ela viesse a se instalar hoje na Bahia. Certamente que iria lá para onde está o Pólo Petroquímico que o local específico para isso, longe da população. Aqui em Salvador já houve fábricas poluentes; que causavam terríveis problemas para a população. A fábrica de chocolate Chadler, na cidade baixa, por exemplo, poluiu aquele ambiente e foi retirada. Fábricas poluentes não ficam no meio urbano. E por aí se vai. Busca-se um Meio Ambiente saudável para o ser humano e o Direito Ambiental está ajudando a regulamentar as normas de uso do meio ambiente que não é mais algo assim absoluto, mas é um bem público.

Sobre a existência de profissionais atuando nessa área, assim falou:

[...] Os cursos de Direito atualmente têm professores específicos para Direito Ambiental. Aqui na Faculdade tem essa disciplina. Não sou eu o professor, mas tem. Acho necessário que haja uma informação genérica sobre Meio Ambiente para todo mundo, toda a população. E existiam profissionais específicos para trabalharem na área de Meio Ambiente. Isso ocorre com a Engenharia etc.; carreiras mais ligadas a planejamento de atividades industriais e outras atividades que possam vir a criar problemas para o Meio Ambiente, genericamente né, porque não é só a fábrica com sua chaminé, mas até o uso da eletricidade ou de equipamentos elétricos; o descarte de material usado por produtos industriais; elementos pilhas, computadores e tal; material radioativo. É uma gama de problemas que tem de ser enfrentada de forma científica talvez.

Indagado sobre a ausência da disciplina Direito Ambiental em cursos de Direito, e o reflexo disso na vida profissional de operadores do Direito como juízes e promotores, frente às questões que surgem, disse:

[...] A preocupação com o Direito Ambiental é nova, mas não é tão recente e os profissionais que estão lá nas cadeiras de juízes e promotores eles têm informações sobre isso. Até porque a reciclagem profissional é uma necessidade. As pessoas saem da fa-

culdade e devem continuar estudando, senão ficarão desatualizadas. E quem está em profissões como juízes, promotores etc, são informados. Os concursos exigem informação. O Direito Ambiental é novo porque ele se desprende do direito em geral. A necessidade faz com que surjam novos ramos do Direito privado e do direito público e o Direito Ambiental é um desses ramos novos que surgiu para regulamentar a ação do ser humano sobre o Meio Ambiente.

Entrevistado 6: Coordenadora Profª. Renata Torres – Bacharel em Direito, professora e coordenadora do curso de Direito da Faculdade Cidade do Salvador. Assim como o entrevistado anterior, não seguiu a ordem das perguntas; passou a responder de acordo com sua atuação como coordenadora.

[...] Em termos metodológicos buscamos trabalhar em sala de aula não os conteúdos conceituais, mas também os procedimentais e os atitudinais, que pela metodologia é o que o professor deve trabalhar em sala de aula. Como penso em levar isso para o Direito Ambiental? Primeiramente, sensibilizar o aluno para a questão do Meio Ambiente, e aí estamos trabalhando os conteúdos atitudinais; a postura do aluno frente a isso, a questão da ética que envolve o problema do Meio Ambiente, da responsabilidade social. Tanto que a nossa disciplina aqui é chamada Direito Ambiental e Responsabilidade Social. Então a gente entende que o aluno primeiro tem que ter essa noção da conduta dele ser socialmente responsável. Noção de pré-conhecimento da sociedade; da importância do Meio Ambiente para o planeta. Então, primeiro é sensibilizar o aluno para essas questões mais globais e quando o assunto for ministrado, trazer para a realidade, sobretudo de Salvador. Por exemplo, o que está acontecendo em Salvador hoje, em termos de Meio Ambiente? O que está sendo autorizado? Os conselhos formados por segmentos da sociedade para acompanhar as questões ambientais; tem que trazer as questões para a realidade. Devem ser estudados os princípios do Direito Ambiental, a legislação de uma forma ampla, mas acredito que precisamos trazer para a questão do Brasil e principalmente de Salvador, a exemplo do desmatamento da Paralela, aqueles condomínios todos. E é flagrante o desrespeito inclusive às leis ambientais. Mas existe uma especulação imobiliária envolvida, então é estudar, é problematizar isso. A carga horária do curso é de 40hs, considero ainda pequena, acredito que deveria ser maior, mas mesmo pequena, temos o objetivo de

torná-la prática, de trazer essas discussões. A disciplina será ministrada a partir do quinto semestre, já que o curso é novo.

[...] Quanto à relevância do Direito Ambiental é fundamental por duas razões, primeiro porque aqui temos uma preocupação com a formação humana do estudante e Direito Ambiental está dentro dos direitos humanos. Como temos essa perspectiva de uma formação humana, formação integral, considerando todas as dimensões do ser humano não tem como hoje, você falar de formação mais humana de um desenvolvimento integral, até seguindo o que a UNESCO propõe de todos aqueles aprendizados: aprender a ser, aprender a conhecer e o Direito Ambiental está no aprender a ser mesmo. Então tendo em vista o nosso foco de perfil do egresso que a gente quer formar, eu acho relevante estudar Direito Ambiental, esse é um ponto. O segundo ponto a gente também busca formar um profissional atento às novas demandas do século vinte e um, e a gente tem de pensar que o profissional que está estudando precisa estar preparado pra 2015, 2020, 2025 que é o mercado de trabalho no qual ele vai estar inserido. As demandas de Direito Ambiental são demandas do presente e também demandas do futuro. Então ele tem que estar antenado com isso. E, ainda tem a terceira razão. Direito Ambiental hoje, faz parte da prova da OAB. O aluno é cobrado no exame da Ordem e concursos, por isso Direito Ambiental é relevante sob todos os aspectos.

[...] No tocante aos conteúdos abordados, aqui a gente trata primeiro da história, da evolução e como é um curso de direito, falamos muito dos princípios e da legislação, mas buscamos dar ênfase aos princípios e à própria evolução da compreensão do homem acerca da importância do |Direito Ambiental.

[...] O maior desafio para o ensino do Direito Ambiental, sinceramente, ainda é sensibilizar os alunos, porque a gente não veio de uma cultura de respeito ao Meio Ambiente. Não é incomum, por exemplo, ver uma pessoa beber um refrigerante e jogar a lata na rua; eu vejo isso com frequência. Acho que o ser humano deveria ser educado desde criancinha. Na escola deveria brincar vendo a importância da água, da terra, do sol. E que faz parte do desenvolvimento dele também. A gente não tem essa noção de responsabilidade, e isso é o mais difícil. Como um problema de cultura o aluno va-

loriza mais Direito Civil, Constitucional, a carga horária também não ajuda. Agora eles vão ter de valorizar a disciplina, pois é cobrado na OAB e nos concursos.

[...] Pela própria demanda e urgência, diante da necessidade, o direito Ambiental ganha autonomia; até porque ele tem princípios próprios e um dos requisitos para você conferir autonomia a um saber, pelo menos na área do direito, é ele ter princípios próprios, conceitos próprios e existem todos os requisitos necessários para classificar o Direito Ambiental como disciplina autônoma.

[...] O caráter inter, trans e multidisciplinar do Direito Ambiental facilita o trabalho do professor. Ele é interdisciplinar porque você tem de relacionar o Direito Ambiental com tudo. Não só com as disciplinas de direito, mas com a vida. Isso facilita porque o professor tem de trazer pra próximo do aluno as questões de direito ambiental dele, da cidade dele e Direito Ambiental não é só a questão ligada à natureza é o ambiente em que estamos inseridos. O transdisciplinar é naquela perspectiva do ser; trabalha muito a questão da prática. Vai além da disciplina e exige uma conduta condizente com aquilo que se está estudando. Não adianta você ficar estudando princípios de Direito Ambiental, sair da faculdade e jogar papel na rua. Então a disciplina tem esse caráter transdisciplinar, porque o aluno tem de aprender a ser. Ir além da disciplina e ser aquilo que ele está estudando, para que aquilo mude na vida dele. Por isso que eu disse que na metodologia é importante, primeiro, sensibilizar o aluno; dar razão para se estudar o Direito Ambiental. Não é só porque cai na OAB e nos concursos, mas por ser uma questão de sobrevivência. Ou abraçamos essa causa ou nossos filhos e netos irão sofrer muito.

[...] A nossa perspectiva busca uma formação consciente, crítica e participativa na busca de soluções para os problemas ambientais, pois do contrário não faz sentido algum ter direito Ambiental. É preciso problematizar, dar uma índole crítica, senão ele realmente não vai funcionar.

Quando perguntado sobre o que leva uma faculdade a não contemplar a disciplina na sua matriz curricular, respondeu:

[...] *Hoje, existe uma necessidade de enxugamento de matriz por deficiência financeira das instituições. Então Direito Ambiental não é disciplina obrigatória e sim facultativa; não está dentro das diretrizes como disciplina obrigatória, e como há essa necessidade de enxugamento para ficar dentro da carga horária mínima estabelecida pelo MEC, eles dão preferência para as disciplinas obrigatórias e para aquelas mais visadas pelos alunos, Não temos como desconsiderar que a instituição é hoje uma empresa e ela tem que estar atenta aos interesses mercadológicos. Então por uma questão financeira as instituições procuram priorizar as obrigatórias enxugando a matriz curricular.*

[...] *Na nossa instituição, em razão do nosso perfil, ela é obrigatória.*

A instituição que não contempla Direito Ambiental está desatualizada, pois é uma demanda pós-moderna, atual e precisa está presente na matriz de qualquer instituição de ensino.

Para você ter uma idéia, além da disciplina Direito Ambiental a gente tem aqui uma disciplina chamada Meio Ambiente e Sociedade que já trata da questão do Meio Ambiente sendo ministrada no quarto semestre. É dada de uma maneira muito interessante. É a parte de sensibilização do aluno; fala dos problemas ambientais; é como se fosse o Direito Ambiental I e II. Inclusive temos aqui uma disciplina chamada Trabalho Interdisciplinar onde são feitos trabalhos envolvendo questões ambientais.

Entrevistado7: Coordenador Prof. Fernando Santana - Bacharel em Direito, Coordenador do curso de Direito da UFBA, Professor de Direito Penal da Faculdade de Direito da UFBA e Procurador do Estado.

[...] *Na verdade eu não sou Prof. de Direito Ambiental e sim de Direito Penal, sendo que dentro da matéria Direito Penal temos uma disciplina chamada Direito Penal Especial dentro da qual são examinadas legislações especiais dentre elas a chamada Legislação Ambiental Especial. Porque a partir da Constituição Federal de 1988 houve uma clara sinalização no sentido de que o legislador brasileiro além de disciplinar o Meio Ambiente do ponto de vista substancial, do ponto de vista das relações ambientais, e das relações da sociedade com a preservação do Meio Ambiente, também deveria o legislador punir os chamados crimes ambientais. A partir daí começou*

a se falar de um Direito Penal Ambiental que é interventivo também nessa ordem social que é a do Meio Ambiente à semelhança da intervenção que os outros ramos do direito fazem também. Isso se deu a partir da CF/88 com a criação da Lei de Crimes Ambientais de 1998 a qual descreve os chamados crimes ambientais, como cumprimento da ordem do legislador constituinte; eu tenho ministrado ela não só aqui na faculdade de Direito, na graduação, como em alguns cursos de pós-graduação lato sensu aqui da Fundação Faculdade de Direito e também em seminários, simpósios fora da Faculdade de Direito, para os quais tenho sido convidado para falar sobre os chamados crimes ambientais.

[...] Na condição de Procurador do Estado a gente também exerce uma atividade que é relacionada à preservação do Meio Ambiente na medida em que o Estado tem atividade concorrente com o Município e a União na preservação do Meio Ambiente; e os conflitos ambientais chegam também na órbita da administração estadual e a procuradoria muitas vezes é convocada para solucionar e dirimir conflitos nessa área do Meio Ambiente. Lá na Procuradoria do Estado foi feito um curso de Direito Ambiental Global incluindo todos os aspectos do Direito Ambiental e mais o Direito Penal Ambiental; um curso de treinamento e reciclagem para os Procuradores do Estado.

[...] Se sinto dificuldade para trabalhar com o Direito Ambiental? Na verdade eu não tenho trabalhado profissionalmente com o Direito Ambiental na área alheia ao Direito Penal Ambiental; não é da minha prática profissional. O meu trabalho em Direito Ambiental inclusive em relação a algumas grandes empresas que se envolvem em problemas ambientais é apenas em relação à criminalidade contra o Meio Ambiente. É, portanto, um trabalho específico, muito pontual; é uma atuação em processos de natureza criminal.

[...] Interessante essa pergunta sobre o acesso a obras relacionadas à disciplina. Abundante eu não diria até porque é uma disciplina muito nova, de preocupação no Direito Brasileiro. A ênfase dela quem deu foi a Constituição de 1988; eu também não diria que é uma matéria escassa; diria que é satisfatória. Temos hoje uma razoável bibliografia tanto para tratar do Direito Ambiental do ponto de vista da legislação

principal, como também material a respeito do chamado Direito Penal Ambiental, que é uma espécie também de especialização dentro do Direito Penal.

[...] Como coordenador do curso de Direito eu acho que é relevantíssimo o estudo de Direito Ambiental no ensino jurídico. Creio mesmo que ela deva ser uma matéria obrigatória em todos os currículos, na medida em que hoje o problema ambiental não é um problema brasileiro, é um problema universal de proteção global, de proteção da vida humana. A gente quando pensa em Direito Ambiental pensa em proteger a natureza, a flora, a fauna. Na verdade não é proteger a natureza a flora, a fauna, é proteger a vida. Essa visão segmentada de proteger o Meio Ambiente como se fosse proteger os animais, os vegetais, os rios é uma visão muito segmentada porque a partir desse proteção o que se está visando é proteger em termos globais, gerais a pessoa, a vida humana no planeta.

[...] O Direito Ambiental sem dúvida alguma é dotado de caráter inter, multi e transdisciplinar porque no Direito Ambiental você vai trabalhar com conceitos que são do Direito Civil, Administrativo, Constitucional, Penal. Aliás, não há nada no mundo jurídico que seja um compartimento isolado; estanque. Isso não existe. É uma fantasia imaginar que um determinado conhecimento jurídico esteja segmentado; seja ele dono de si mesmo sem ele fazer parte de um fenômeno jurídico global.

[...] É evidente que além da formação jurídica do estudante de direito para ele enfrentar os embates nas questões ambientais do ponto de vista profissional, o estudo do Direito Ambiental tem um efeito multiplicador na medida em que, sem dúvida nenhuma, isso forma uma consciência a respeito da proteção do Meio Ambiente. E eventualmente esses profissionais da área jurídica que vão trabalhar em conflitos ambientais, nessas matérias relativas à proteção ao Meio Ambiente, com isso eles também estão se comprometendo na busca de soluções. Quantas e quantas vezes o advogado num processo em que se debate uma questão ambiental, ele não ajuda, não intervém no sentido de alcançar uma solução de consenso com a administração, celebrando, por exemplo, um TAC (termo de ajustamento de conduta). Um termo de acordo pelo qual se reconhece a existência do problema ambiental e se viabiliza a reparação do dano ambiental. O advogado pode contribuir muito para isso. O estudo do Direito Ambiental é

que está propiciando isso aos advogados que hoje saem da faculdade. Eles saberem Direito Ambiental ajuda, inclusive, a formar uma consciência crítica e participativa no sentido de eles também serem um elemento de solução dos problemas ambientais quando ele viabiliza, por exemplo, um TAC de uma empresa com o Ministério Público, com a Administração Pública, por exemplo, Federal Estadual ou Municipal, para recompor muitas vezes, o dano ambiental.

[...] Acho que hoje, nas universidades federais, de modo geral, você não encontrará faculdade que não contemple Direito Ambiental na sua grade curricular. A não ser nessas entidades privadas que existem muitas por aí, que não têm compromisso nem mesmo com o ensino profissionalizante quanto mais com o Direito Ambiental.

Indagado quanto à atuação de advogados especialistas atuando na área, respondeu:

[...] Hoje, aqui em Salvador, já existem núcleos de Direito Ambiental atuando dentro de alguns grandes escritórios de advocacia. Advogados que só atuam na área de Direito Ambiental. Outros estados, a exemplo de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro nem se fala, mas isso é um assunto que está hoje tomando espaço na vida profissional muito grande, porque todos os grandes empreendimentos hoje, empresários eles dependem de respeitar a legislação ambiental. Os conflitos surgem por aí, então você tem que ter uma visão profissional dessa matéria para prestar assessoria a essas empresas. O campo de atuação vem crescendo sem nenhuma dúvida.

[...] A agressão ao Meio Ambiente não é um fenômeno tão antigo. O homem vivia sempre em paz com a natureza, com a vida, mas, na medida em que nós passamos a ter o grande desenvolvimento econômico, industrial, o próprio desenvolvimento agrícola, por curioso que pareça, também é agressor do Meio Ambiente. O desmatamento para soja, para plantações de cana; o nível de emissão de CO2 começou a preocupar o mundo. Tais questões começam a surgir com o tempo e o direito só intervém quando o conflito surge.

Entrevistado 8: Prof^a. Milena Brito Felizola - Advogada e Consultora Ambiental, Pós-graduada em Direito Civil e Mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela

UESC - Universidade Santa Cruz em Ilhéus. Atua como professora de Direito Ambiental na FTC há quatro meses.

[...] É a primeira vez que leciono nessa disciplina. Carga horária é de 32 h.

[...] Motivo que me levou a ensinar Direito Ambiental foi preferência. Houve seleção para essa vaga e o meu perfil estava voltado para lecionar essa disciplina.

[...] Além de ensinar atuo na área de consultoria e advocacia ambiental.

[...] Sinto dificuldade para ensinar Direito Ambiental sim. Na verdade sinto um desafio porque o Direito Ambiental tem muitos conceitos de Biologia, Geologia é uma disciplina na verdade transdisciplinar, então para você tornar o Direito Ambiental interessante. Torná-lo chato para os alunos de Direito é muito fácil. Então você tem que torná-lo agradável, explicar os conceitos correlatos. Por exemplo, o que é uma mata ciliar? Você tem que destrinchar esses conhecimentos e torná-los acessíveis ao aluno de Direito sem se tornar enfadonho. Para mim esse é o grande desafio, tornar o assunto interessante e conseguir conquistar o aluno da importância da preservação do Meio Ambiente sem ser chato.

[...] Quanto ao acesso a obras, a faculdade não dispõe de muitos livros e os poucos que existem estão desatualizados. Na verdade me valho de apostilas, data show.

[...] Quanto à metodologia, como já disse uso data show. Há uma coisa interessante aqui na faculdade; são feitas duas provas e dois trabalhos obrigatórios, no semestre. No primeiro trabalho em vez de dar todo conteúdo da unidade de conservação, peguei as áreas de unidades de conservação daqui de Salvador, as mais acessíveis e que eles não corriam tanto risco, de estarem indo lá, por serem perigosas, dividi pelos alunos e eles tiveram que ir nessas áreas e responder algumas perguntas tais como: identifique tal aspecto da legislação na área que você viu; essa área sofreu algum tipo de invasão? De quantos por cento? Quais são os problemas ambientais daquela unidade de conservação? Que tipo de unidade de conservação é essa? Qual é o domínio dessa área? Qual o público que frequenta? O que você sugere? Então fiz isso no primeiro trabalho e no segundo, que foi sobre Poluição e Educação Ambiental eles usaram a

criatividade, também passando conteúdo com a proteção jurídica para cada tipo de poluição. Preocupe-me na hora de passar um trabalho, porque sei que com a Internet não é difícil o aluno ir ao Google copiar e pronto. Busquei fazer com que o aluno fosse até a área para realizar o trabalho, conversasse com o gestor, fizesse um relatório fotográfico e eles mesmos disseram ter sido muito bom, pois tiveram a oportunidade de voltar a lugares que andaram quando crianças, outros tiveram a oportunidade de conhecer lugares que nem sabiam da existência. Esse foi meu artifício para que o aluno de fato participasse, e surtiu muito efeito.

[...] O Direito Ambiental no currículo do ensino jurídico tem total relevância, muito importante. Eu procuro mostrar nos meus exemplos de sala de aula que, a exemplo da Ilha de Páscoa que é um espaço pequeno, na época não tinha toda essa tecnologia e com a civilização que depredou os recursos e que acabou desaparecendo por causa da questão dos recursos. Cortaram-se todas as árvores e não tinha como construir canoa para ir pescar; não tinha árvore para dar sombra, não tinha árvore para fazer os moais e, por contra da depredação dos recursos acabou se extinguindo. Eu tento mostrar isso aos alunos, da importância do Direito Ambiental que a gente acha isso não vai acontecer comigo, mas que de fato acontece. Tento mostrar que a gente não pode tirar mais do que a capacidade de suporte do Meio Ambiente, nem sair depredando sem repor. Sei que cada um vende seu peixe, mas procuro mostrar que a minha ou é mais importante que as outras disciplinas ou está em patamar de igualdade. Não despreze o Direito Ambiental.

[...] Eu noto que essa coisa de não ter, ainda, tanto campo, distancia um pouco o aluno do Direito Ambiental, porque no estágio, ele vê Direito Penal, Direito do Trabalho, Direito Civil e se ele não gostar ou porque já foi para faculdade com essa determinação de que vai fazer Direito Ambiental ou se interessar porque o professor deu uma aula boa de Direito Ambiental, ele gostou, se interessou e vai correr atrás. É muito difícil aparecerem oportunidades de estágio nessa área. Isso aconteceu comigo, se não fosse assim, se não tivesse corrido atrás, hoje não estaria atuando na área.

[...] Quanto aos conteúdos pertinentes a serem abordados pela disciplina Direito Ambiental, na primeira aula, falo dos conceitos iniciais de Direito Ambiental; o que é

Meio Ambiente. Explico aquela coisa de que Meio Ambiente não é só a natureza, as florestas, os pássaros, mas que tem o Meio Ambiente Cultural, Meio Ambiente Artificial, Meio Ambiente do Trabalho dando uma visão mais ampla do Meio Ambiente, conceitos fundamentais para que entenda o Meio Ambiente, o Desenvolvimento Sustentável. Como que ele surgiu; a parte histórica: Clube de Roma, Conferência de Kyoto, Rio92 entre outras, além da parte de proteção jurídica, unidades de conservação, responsabilidade por dano ambiental, que pode ser nas três esferas civil, administrativa e penal. A parte de Educação Ambiental que é feita geralmente através de trabalho. Tombamento no Ambiente Cultural, Reserva legal, APP, Código Florestal, enfim, é muita coisa, então procuro dar aqueles conceitos, e assuntos que considero indispensáveis, como os princípios, por exemplo.

[...] O maior desafio é conscientizar o aluno da importância de se preservar o Meio Ambiente, saber que você não tem uma relação de dominação sobre o Meio Ambiente, que ele está inserido naquele Meio Ambiente e, portanto precisa preservar os recursos e fazer com que o aluno saia do curso com outra consciência. Além de fazer com que o aluno se interesse pela disciplina, entenda e sinta prazer daqueles nossos encontros, mesmo que não vá atuar nessa área.

[...] O Direito Ambiental possui muita legislação, pode não estar tudo reunido num código só, mas ele é uma área da Direito muito dinâmica. A questão do Código Florestal está com um projeto de Lei em tramitação para mudar. É uma matéria que tem gerado muita preocupação, é muita lei nova, muita mudança e acho difícil ignorar que o Direito Ambiental é importante. Tem sido matéria de tanta discussão, tem tanto legislação aí que não dá para aceitar que com toda a evolução o Direito Ambiental é apenas um apêndice do Direito Administrativo.

[...] O Direito Ambiental é mesmo transdisciplinar na medida em que uma disciplina interfere na outra. Isso dificulta o trabalho do professor porque você tem de apresentar os conceitos iniciais, e pode se tornar enfadonho. A legislação ambiental em si, já é muito conceitual, e para uma pessoa que não se interessa por Biologia, Geografia e tal, ela quer abrir o código e já encontrar tudo mastigado como acontece com outras disciplinas, daí você tem de apresentar esses conceitos de uma forma simples para

que o aluno entenda aquilo e comece a se interessar porque ele nunca vai se interessar pelo que não conhece.

[...] Eu procuro fazer com que o aluno saia com uma consciência crítica, participe, interaja; não só fique na sala de aula vendo aqueles conceitos, mas aquela sementinha que plantei possa gerar algo grande. Mesmo que ele não atue na área, mas que saia pelo menos, com uma consciência diferente com relação ao meio ambiente, adotando outra postura. Inclusive já tive aluno que optou por fazer o trabalho de conclusão de curso na área de Direito Ambiental.

Nessa faculdade a disciplina é ministrada no 7º período.

Indagada sobre a atuação de juízes no julgamento de questões relacionadas a crimes ambientais, assim respondeu:

[...] Na minha dissertação analisei as multas ambientais que eram cobradas e executadas em Varas de Fazenda Pública. Eu inclusive, digo isso, o percentual de multas pagas em comparação aos outros Estados, aqui da Bahia foi analisado o ano de 2003 em que era um pouco mais de 50% (cinquenta por cento), altíssimo em relação a outros Estados que fizeram esse mesmo tipo de pesquisa como da Amazônia Legal, por exemplo, em que o índice de pagamento de multa não chegava a 10% (dez por cento). Mas essas multas que não são pagas na esfera administrativa e são executadas na esfera judicial vão para as Varas de Fazenda Pública e ficam lá sem que seja dada prioridade para elas. Eu tenho um processo, por exemplo, na justiça há sete anos e o único andamento durante todo esse tempo em que está tramitando é “processo autuado”. Eu defendo, inclusive, na minha dissertação que deveriam ser abertas varas de Direito Ambiental e ser dada prioridade a esse tipo de ação, por se tratar de interesse difuso que atinge toda a coletividade. No entanto, os juízes não entendem assim, e deixam lá, parado.

E, finalmente, o que leva uma faculdade a não contemplar a disciplina Direito Ambiental?

[...] Se for uma disciplina optativa, talvez o desinteresse dos alunos repetidas vezes, possa levar a instituição a não ofertar mais a disciplina, o que acho que não justifica, pois entendo que em todas as faculdades deveria ser obrigatória.

Entrevistado 9: Prof^a. Roberta Casali Bahia Dami - Graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia em 1993. Professora de Direito Ambiental há cinco anos; atualmente ministra aula da disciplina na Faculdade Unyhana. É Advogada Especialista em Direito Ambiental e Coordenadora do Núcleo de Direito Ambiental que funciona no Escritório de Advocacia (Zariff) o qual é chamado de “full service” por atender as todas as áreas.

[...] Direito Ambiental É uma disciplina obrigatória, pois o foco do curso é voltado para o Direito Ambiental, nessa faculdade, e foi inserida desde 2004. Carga horária é de 72 horas, extensa, né. Formei-me em 1993, atuei em várias áreas da advocacia e em 1999 fui fazer meu mestrado na Inglaterra na área de Direito Internacional Privado com foco em Ambiental, então desde lá tenho trabalhado exclusivamente com Direito Ambiental. Como trabalho exclusivamente nessa área, só poderia lecionar em Direito Ambiental, mesmo. Não ministro aula em outra instituição porque sou advogada e até setembro deste ano (2009) era assessora jurídica da Superintendência de Meio Ambiente do município e não me sobra tempo para lecionar em mais de uma faculdade, somente na Unyhana, até porque são quatro turnos, duas manhãs e duas noites, a carga horária é muito elevada.

[...] Não sinto dificuldade em trabalhar com Direito Ambiental porque já trabalhei na Secretaria Estadual de Meio Ambiente como Assessora, depois na Secretaria de Meio Ambiente do Município como Assessora Chefe, então já conheço bastante a tramitação das questões ambientais nos órgãos ambientais. E estudo, pesquisa.”

Questionada acerca da dificuldade de trabalhar com a disciplina na faculdade, em relação aos alunos, respondeu:

[...] Os alunos no início do curso demonstram uma nítida resistência ao Direito Ambiental, até porque outros professores de outras disciplinas costumam se referir ao Direito Ambiental como um Direito de menos importância, direito das flores como me disse um aluno. Ao final do curso todos eles ficavam com a impressão de que não tinha nada de flor, e que o Direito Ambiental é um Direito difícil porque é um Direito interdisciplinar. Você precisa saber um pouco de várias matérias pra poder se situar

na área ambiental; e matérias muitas vezes não atinentes ao curso de Direito, como por exemplo, noções de Biologia, Geologia e outras.

[...] Quanto ao acesso a obras, existe muito material na Internet, muitos artigos, existem jurisprudências em sites acessíveis a todos; é escasso em termos de livros, conferências, seminários, congressos que são muitos em São Paulo, Brasília, no sul. Aqui nós temos pouquíssimos advogados especializados em Meio Ambiente. Você vai encontrar profissionais focados em Meio Ambiente é na Promotoria. Temos uma Promotoria especializada na área, acho que com oito promotores, onde tem mais material; eles são treinados porque o Ministério Público custeia cursos para eles em todo lugar do país.

[...] Em termos metodológicos utilizo os métodos tradicionais, doutrinas, jurisprudências, artigos, pesquisas em livros e sempre do meio para o final do curso faço seminário porque nesse momento eles estão forçados a participar e pesquisar. Até o momento em que você faz a prova, os alunos estudam na véspera, e acabou Direito Ambiental. Se você dá um seminário eles pelo menos precisam passar mais de uma semana, ou duas, pesquisando.

Eu pedi, por exemplo, que fizessem uma pesquisa sobre mercado de Carbono com caso prático, e disse pra eles que nosso aterro metropolitano, tinha ganho, e acho que foi o primeiro do Brasil e talvez do mundo a conseguir creditação de MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo). Eles foram até o local, entraram no caminhão, pegaram carona com gari, se empenharam, trouxeram material. Outro foi até Santo Amaro, porque eu pedi uma pesquisa sobre Responsabilidade Civil que é objetiva, solidária, integral, mas eu pedi caso prático com registro fotográfico o que fez os meninos rodarem a cidade toda. Foram, entrevistaram o presidente da Associação da AVICCO, por que existe uma contaminação por chumbo enorme, lá e trouxeram material. Outro pesquisou alternativa de energia indo a outras faculdades na área de engenharia e trouxe material, assim super rico. Outro aluno que era policial foi à COPA (Companhia de Polícia Ambiental) e trouxe uma quantidade enorme de material de polícia que foi apresentado à turma durante o seminário. Na área de ambiental é interessante que a metodologia inclua trabalho de campo. É o caso prático que dá mais noção. Então trabalhamos caso prático de césio, chumbo, energia alternativa, de po-

der de polícia, de lixo, da questão de crédito de carbono. Temos de encontrar o potencial na sala para despertar. Uma aluna que é ligada à área de saúde, também, trouxe muitas informações relativas à área de saúde fazendo um link com o Direito Ambiental da área de saúde. Temos de aproveitar isso em sala, para despertar nos alunos a noção de que o Direito Ambiental é um direito concreto; não um direito de florzinha, de plantinha; porque a todo o momento a gente está aí tendo que defender crime ambiental, denúncia de crime, auto de infração, porque alguém pesca um peixe proibido por estar na lista de extinção. Hoje mesmo tive de fazer outra defesa do Nero; quando recebi uma ligação o cliente já estava na delegacia por causa do Nero. Ele nem sabia que não podia pescar; achou bonito, tirou do mar, e não poderia ter feito isso, incidiu em crime, foi preso. Enfim, são várias outras coisas que a gente vai tentando explicar mostrando caso prático.

[...] Acho que o Direito Ambiental é essencial no currículo de Direito hoje em dia. Afinal de contas, o Direito Ambiental hoje, é um direito emergente; um direito até da moda, digamos assim. E ele não está na moda à toa, e sim por que precisamos ser mais responsáveis com as nossas condutas para que não venha prejudicar as gerações futuras, e isso é consciência ambiental.

[...] Quanto aos conteúdos precisa ser dado a parte de noções gerais de Direito Ambiental, encontrado em qualquer compêndio de Direito Ambiental, conceito, princípios, fundamentos, políticas de meio ambiente federal estadual, municipal; a questão do licenciamento e dos instrumentos de controle, como pode trabalhar legalmente e, nunca perder de vista a questão da responsabilidade civil, penal e administrativa e dos meios processuais: ação civil pública, ação popular, mandado de segurança e, dos bens ambientais. Explicar que Meio Ambiente não é só recurso natural. Meio Ambiente é saúde, é patrimônio histórico. “A carga horária por ser de 72 horas, permite que seja dado o conteúdo, até porque é bem maior do que a carga horária de outras faculdades”.

Indagada sobre possíveis dificuldades apresentadas no julgamento de causas ambientais, assim respondeu:

[...] Ainda não temos, aqui na Bahia, juízes especializados em Direito Ambiental. Muitos sentem dificuldade porque não viram no seu tempo de faculdade, mas a tendência é que tenhamos; isso está claro. Na Justiça Federal há um direcionamento dessas causas para alguns juízes e eles estão pouco a pouco tendo que lidar e estudar. O Direito Ambiental, o cerne dele é Constitucional e Administrativo. Na responsabilidade civil atrela a questão de Direito Civil com o Constitucional e a responsabilidade; Direito Penal com o Constitucional e conseguem lidar por conta das noções de Direito Constitucional, Civil, Penal e Processual que já possuem. Algumas decisões têm sido desastrosas diante dessa necessidade de crescimento, de evolução.

[...] O maior desafio para o ensino do Direito Ambiental é conscientizar o aluno da importância da disciplina; a não vê-la como uma coisa distante e desnecessária, porque não é.

[...] Quanto à autonomia essa questão já está superada. Agora com relação a alguns professores de outras disciplinas, acham que é irrelevante, tem menos importância, digamos assim.

[...] A complexidade do Direito Ambiental facilita o trabalho do professor no sentido de trazer exemplos mais ricos, e dificulta no sentido de transmitir ao aluno a dimensão real do Direito, porque os meninos têm dificuldade. Ontem, por exemplo, fizemos uma maquete; sempre tento trazer algo bem prático. Estava tratando de Área de Preservação Permanente e os grupos levaram maquetes pra gente identificar onde tinham as APPs. Onde que eles podiam construir. Então levamos casas, pessoas, carros, ruas para o Meio Ambiente Natural pra tentar adaptar aquilo ali. Quando falei assim: isso é uma restinga; o que é uma restinga? Um manguezal? Eles não sabem. Como que bota um manguezal num centro urbano sem nenhum link com o mar? Não existe mangue sem mar e sem rio, que é uma confluência da água salgada com a água doce e que forma aquele ecossistema rico. Um topo de um morro, uma montanha; Como a gente vê a diferença? O que é exatamente uma área inclinada? A APP da borda da chapada. Existe uma dificuldade a ponto de eles chegarem a dizer: isso aí não é Direito Ambiental professora, tem que chamar um geólogo, um biólogo, vou lá saber que bicho é esse? Aí precisamos saber se o animal está listado? Que animal é esse? Qual-

quer um de nós não pode ter um jaboti em casa; e muito de nós tem um jaboti em casa; e anda com pena de papagaio pendurada na argola; quando adquirir produto de crime é crime também; a gente não sabe como aquela pena foi parar ali, se arrancada de animal vivo ou não. Então a gente tem muita coisa pra saber; que não pode passar pelo shopping center arrancando as folhas das plantas porque tem legislação específica; de que arrancar folhas de plantas ornamentais é crime. Os meninos precisam saber de vários conceitos. Isso exige muito do professor, e eu tenho uma facilidade maior em ser professora de Direito Ambiental do que uma pessoa que não estivesse exercendo isso no seu dia a dia, que não fosse especialista, porque lido diariamente com os peritos. As minhas petições são todas baseadas em informações não especificamente de direito. Agora mesmo, um grande centro industrial está se instalando num lugar onde tem uma lagoa, e é preciso estudar essa questão toda de área úmida; o que caracteriza? Qual o tipo de vegetação existente ali? Todos esses conceitos precisam ser estudados. Sei quase nada do que deveria saber, mas o que sei da área técnica é fruto de curiosidade e da necessidade de saber; inclusive sobre produto químico, material pesado.

[...] Não posso responder pelas outras instituições, mas pelo menos na Unyhana, o objetivo é justamente, a conscientização e a visão crítica dos alunos, que tento passar. E por isso interrompo a questão exclusivamente didática, digamos aula tradicional, do meio para o final do curso, para envolvê-los, para que saiam da faculdade com um papel a desempenhar.

[...] Uma faculdade que não contempla Direito Ambiental, hoje, está fora da realidade. Se qualquer um de nós abrirmos o jornal ou ligar a televisão no noticiário, é certa uma questão ambiental. Então como é se que retira, ou não insere uma disciplina como Direito Ambiental nos tempos atuais? Acho que a faculdade tem que rever o seu programa.

A consciência ecológica, hoje, tem sido inserida na cabeça das pessoas desde o ensino fundamental.

Entrevistado 10: Coordenador Prof. Antônio Jorge Ferreira Melo - Bacharel em Direito, Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social, Especialista nas áreas de Gestão e Metodologia

do Ensino Superior. Atua como professor de Filosofia Jurídica, Introdução ao Estudo do Direito e Sociologia Jurídica. Coordenador do curso de Direito da FIB.

[...] A disciplina Direito Ambiental tem várias posições dentro da grade. Porque temos aqui, quatro grades simultâneas sendo operacionalizadas. Temos dois currículos de transmissão para uma grade nacionalizada do Grupo Estácio que é o currículo de 2008 e agora o currículo 2010 que está sendo implantado e que é padrão para todas as unidades do Grupo Estácio; seja aqui, no Paraná, ou em São Paulo será a mesma grade. Dois outros currículos havia antes da instituição ser Estácio, ou melhor, ela sempre foi Estácio. Mas por estratégia da própria Empresa não usávamos a denominação Estácio, e tínhamos uma relativa autonomia; porque primeiro começamos como faculdade, depois passamos para centro universitário sendo que já tivemos até reitor. Só que em 2007 quando o grupo Estácio abriu o capital, o Grupo GP que é um grupo paulista assumiu o controle acionário da empresa e mudou algumas estratégias da empresa, e a principal mudança é que eles centralizam tudo lá no Rio de Janeiro, e perdemos aquela autonomia, não apenas nós, mas todas as unidades do grupo, principalmente aqui na Bahia que tínhamos uma autonomia maior. Assim, temos quatro currículos: 2002, 2005, 2008 e 2010. Na grade de 2010 e que é universal para todas as unidades do grupo, o Direito Ambiental é uma disciplina eletiva (facultativa), não tem pré-requisito, podendo ser dada em qualquer período e se desdobra em duas disciplinas: Sustentabilidade e Política Ambiental Global. No currículo de 2008, como Direito Ambiental ela também era eletiva, mas tinha pré-requisito; era dada depois do 4º semestre quando já tivesse dado Direito Constitucional I e II. Antes de 2008, era dada a partir do 3º semestre.

[...] A carga horária é de 44 horas, tanto na grade curricular antiga de Direito Ambiental como na grade atual para as disciplinas Sustentabilidade e Política Ambiental Global, cada uma.

Quanto à dificuldade para trabalhar com Direito Ambiental, respondeu:

[...] Veja só, no curso de Direito não existe ainda, uma conscientização da necessidade de se estudar o Direito Ambiental. Normalmente os alunos procuram a disciplina

como complementação de carga horária porque eles são obrigados a cursar 04 (quatro) disciplinas eletivas; ou no caso de terem cursado uma disciplina que não tenha tido uma mudança curricular, então hoje tivemos uma mudança de grade e estamos oferecendo uma disciplina que tinha 80 horas e agora está com 40 horas. Eles saem procurando disciplina eletiva que complementem essa carga horária. Então vão para Direito Ambiental porque é uma disciplina online em que eles podem fazer a qualquer hora. A disciplina online é disponibilizada dentro de uma plataforma da universidade, eles acessam e têm uma web aula. Então eles vão fazendo a disciplina dentro do cronograma estabelecido pela faculdade, agora o horário que eles estudam é com eles. Eles têm de cumprir tantas horas, assistir as aulas, discussões no Chat, participar de fórum e a prova que é presencial, feita no nosso Pólo EAD e eles precisam estar presentes aqui na Faculdade.

Quanto à procura dos alunos pela disciplina, respondeu:

[...] Sinto que os alunos procuram muito a disciplina não porque se interessam pelo Direito Ambiental, mas procuram-na, principalmente o pessoal do último semestre quando deixaram para cursar as eletivas no final e como já têm monografia e uma carga horária maior, buscam disciplina online porque eles podem fazer qualquer horário e não têm problema de choque. Além de Ambiental existem muitas outras disciplinas online como empresarial. Já temos até, mais não usamos, o Grupo Estácio já tem todas as disciplinas on line, mas aqui na Bahia só estamos utilizando, no momento, o Direito Empresarial e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) que são do currículo mínimo, sendo que eletivas há varias.

[...] Temos aqui, não é do currículo, mas extracurricular, um programa de preparação para o concurso do exame de ordem da OAB. Dentro do exame de ordem o Direito Ambiental aparece como um componente curricular desse curso. Temos uma biblioteca, não é o nosso carro chefe, mas temos obras de Direito Ambiental; até porque na casa temos o curso de Gestão Ambiental.

Sobre a relevância do Direito Ambiental no currículo do Ensino Jurídico, falou:

[...] *Por origem sou ligado muito mais às disciplinas éticas do que às dogmáticas, inclusive trabalho mais com isso, com Filosofia Jurídica, Introdução ao Estudo do Direito, Sociologia Jurídica, mas entendo pela conjuntura de que estamos vivenciando, e tivemos um pequeno exemplo agora essa semana, que passamos sofrendo os efeitos das mudanças climáticas, que já deveria ter, em termos de conscientização dos cursos jurídicos, uma maior importância desse componente curricular, porque existem muitas questões relativas ao uso de solo urbano, a exploração de recursos naturais, à degradação do Meio Ambiente. Porque como o Meio Ambiente é a base de tudo; qualquer ramo jurídico, ele teria implicações diretas ou indiretas com relação ao Meio Ambiente. Então no meu modo de pensar os futuros operadores do Direito, da Justiça eles teriam que ter uma visão da importância dessa especialidade jurídica dentro do contexto mundial. Porque o Direito Ambiental é para mim multidisciplinar, e talvez não tenha dentro do universo jurídico como campo específico e vejo uma certa dificuldade dele se estabelecer porque fica, no meu ponto de vista, uma visão muito reducionista. Para mim o Direito Ambiental seria um campo multidisciplinar, pois tudo está ligado.*

Quanto aos conteúdos pertinentes a serem abordados pela disciplina, respondeu:

[...] *Eles começam estudando a legislação internacional, antes têm uma visão de como surgiu a discussão ambiental e daí o Direito. Então se começa a discutir a questão da constitucionalização do Direito Ambiental, e entra um pouquinho antes, a legislação ambiental porque ele se constitucionaliza a partir das exigências dos tratados internacionais de que o Brasil é signatário.*

O maior desafio para o ensino de Direito Ambiental é o reconhecimento da sua importância sendo bem pragmático, comercial. Porque os alunos têm uma preocupação muito grande com aquelas disciplinas que eles visam assim, que podem ter ganhos mais concretos e mais imediatos.

A respeito da autonomia da disciplina Direito Ambiental, explicitou:

[...] *Eu teria uma posição intermediária quanto à autonomia do Direito Ambiental, não estou nem entre aqueles que vêem o Direito Ambiental como uma disciplina autô-*

noma nem como uma disciplina subordinada. Eu entendo assim, que o Direito Ambiental permeia todas as outras áreas jurídicas. Se você vai estudar Direito Penal tem implicações em Direito Ambiental, Direito Administrativo tem implicações, Direito Constitucional tem, Direito Internacional também. Então, é como falei antes, pra mim ele tem um caráter transdisciplinar ou até multidisciplinar, que é o seu próximo questionamento não é?

Sobre a complexidade do Direito Ambiental dotado de caráter multi, trans e interdisciplinar, disse:

[...] Essa complexidade dificulta mais o trabalho, pois exige mais do professor. O docente tem de ser uma pessoa, quer dizer ele não pode ser um professor de Direito Penal puro e simplesmente; o Direito Ambiental vai exigir dele uma cultura jurídica mais ampla e a capacidade dele saber discutir os temas específicos de Direito Penal e mostrar como isso vai interagir com o Direito Ambiental. Como nossos professores de Direito Penal são na grande maioria criminalistas, no sentido stricto sensu, voltados para os crimes contra a vida, contra a pessoa, para aqueles tipos de delitos mais tradicionais, e o Direito Ambiental se insere mais na esfera do Direito Coletivo então existe uma certa resistência que eu reputo essa dificuldade até de não saber como lidar com a questão. Como nos cursos jurídicos, a grande parte dos professores não tem licenciatura, se instala um problema. Quer dizer, uma boa parte deles foi primeiro ser profissionais de Direito e depois migraram para a educação; eles não têm uma formação específica; os mestre e doutores menos mal, mas até os especialistas já têm uma certa dificuldade”.

Indagado sobre a maneira como o Ensino de Direito Ambiental está sendo contemplado, se contribui para uma formação consciente crítica e participativa na busca de soluções para os problemas ambientais? Assim respondeu:

[...] Acho que ainda não, já há um começo. O fato de nós já termos essa disciplina na grade, ainda como eletiva, já é um processo, um início. A visão que os alunos têm, até pelo menos onde consigo enxergar, é de que os componentes do currículo mínimo são mais importantes do que esses que aparecem como optativas ou eletivas. Mas o fato

de terem essa facilidade de poder fazer uma disciplina on line e a interação que têm em determinado momento com alunos do curso de Gestão Ambiental favorece, vamos dizer assim, o processo de aceitação da necessidade que temos de nos debruçarmos sobre as questões do Meio Ambiente do ponto de vista jurídico. Vejo que é uma questão de tempo. Essa questão vai chegar pra nós, dizem que as coisas acontecem na vida do ser humano pelo amor ou pela dor, e conscientização ambiental vai chegar pela dor. Já estamos sentindo os efeitos disso, do nosso descaso. Lembro-me, há uns 15 anos atrás, quando ouvia falar de maremoto, e tsunamis era questão através da literatura, completamente fora da realidade. Hoje estamos vendo aí o curto espaço de tempo em que os fenômenos estão acontecendo. Então algo de errado está ocorrendo. Até naqueles países, pela localização geográfica por estarem mais sujeitos, percebe-se uma diminuição do espaço de tempo em que esses fenômenos estão acontecendo e a intensidade sempre numa gradação cada vez maior. Olhe o caso do Chile. Eu tinha estado recentemente lá; há dois anos que passei um tempo lá estudando e fui visitar algumas cidades como, por exemplo, Valparaíso e Vina Delmar existiam marcas do último terremoto que eles tinham tido. Agora, esse que houve, não atingiu essa região, atingiu mais o sul. Santiago, Valparaíso e Viña Delmar ficaram mais protegidos, embora tenha sentido os efeitos.

Eu tenho amigos lá, eles me mandaram algumas fotografias e realmente é de uma magnitude que a gente não consegue imaginar só pela notícia que a televisão, que a mídia mostra. E a fragilidade do ser humano. Como não tínhamos consciência dessa importância de uma educação ambiental na própria educação doméstica nós já cometíamos falhas. Então é um problema de matriz que já vem na constituição do próprio ser humano enquanto indivíduo, cidadão. Nós não tínhamos essa visão de sustentabilidade; a idéia de que a água é um recurso inesgotável e você não precisava se preocupar com isso e usava água para lavar carro, molhar jardim, lavar rua; hoje já estamos vendo, principalmente as gerações mais novas, porque já se debate se discute isso no ensino médio, no ensino fundamental já tem uma visão que eu não tive e que estou tendo na maturidade através de estudo, de pesquisa em outras áreas, mas não porque eu tenha sido formado ser humano com essa visão.

[...] Recebi um e-mail que dizia que nós vivemos preocupados em deixar um mundo melhor para nossos filhos, quando a preocupação deveria ser deixar filhos melhores para o mundo, porque aí sim, o mundo mudaria.

Respondendo à última pergunta, sobre o que levaria uma faculdade a não contemplar a disciplina Direito Ambiental no seu currículo, assim se pronunciou:

[...] Hoje, a Educação se transformou num negócio, principalmente na área privada, e nós aqui somos uma empresa, que visa lucro e não tem como negar que o aluno é um cliente, sendo visto em determinados momentos até como uma commodity, porque quando você vai vender uma universidade para outro grupo, ela é avaliada pelo número de alunos que tem na graduação, na pós-graduação, no curso tecnológico ou no stricto sensu. Então como ainda não existe uma conscientização da importância do Direito Ambiental, eles se preocupam muito em relação ao que os alunos estão querendo. E como os alunos estão querendo aqueles ramos dos Direitos tradicionais porque na visão deles são esses que vão dar resultado imediato na sua vida profissional, a universidade também não se preocupa muito em investir nisso. Mas eu sinto que com o passar do tempo isso vai modificar como está sendo modificado pelo próprio Exame de Ordem. Porque quando chega lá nos últimos semestres, apesar de ser uma disciplina eletiva, como no nosso caso e como demais faculdades que também tem um programa específico de preparação para o Exame da Ordem, ele aparece. Aparece também no ENADE. Quando chega perto da avaliação do ENADE nós organizamos uma suplementação de conteúdos para que os alunos possam ver aquelas disciplinas que serão trabalhadas nesses dois exames. Então eu vejo que as universidades terão uma preocupação maior, como em outras disciplinas, por exemplo, Direitos Humanos, que também é eletiva. Tudo aquilo que não está ligado diretamente aos ramos tradicionais e comerciais do Direito eles não têm uma visibilidade tão grande como tem; era assim com Informática; hoje o Direito de Informática já é uma disciplina do currículo mínimo; a necessidade já levou a isso. Um dos grandes questionamentos dos alunos é de que por ser uma disciplina online ela reduziria despesas, o que teoricamente não ocorre, pois os alunos pagam pelos créditos que contratam; não importa se a disciplina é presencial, online ou tele presencial; Há uma tendência, pelo

menos no meu ponto de vista, de no futuro haver um barateamento dessas disciplinas online. E eu vislumbro, talvez que haja até uma certa dificuldade nisso, porque ainda sou do tempo em que aula, não digo nem a questão do cuspe e giz, mas aula era olho no olho, e hoje estou tendo que me acostumar a dar uma aula pra uma câmara, numa sala completamente vazia, com um fundo azul, onde se pode projetar uma série de coisas e você está falando ao mesmo tempo para milhares de pessoas; só que você não está vendo; essa é a aula tele presencial; e você interage com os alunos através do Chat, pois para cada sala, no Brasil inteiro, você tem um monitor ou um tutor na sala e ele vai fazendo esse link entre os alunos e o professor ou o expositor.

Entrevistado 11: Coordenador Professor Ricardo Ciriaco - Graduado em Direito no ano de 1998 e professor desde o ano de 2002. Ministra aula nas disciplinas Direito Ambiental, Direito Administrativo e Direito Trabalhista. Atualmente, também atua como Coordenador de área na FTE.

[...] Direito Ambiental passou a integrar a matriz curricular como uma disciplina obrigatória a partir de 2005, mas mesmo assim, na maioria das faculdades ela ainda é considerada como facultativa ou, ainda inexistente, em razão da falta de profissionais no mercado e tal. A inserção na matriz curricular nessa Faculdade aconteceu desde a concepção do projeto e se mantém até hoje. Então, do curso está saindo a primeira turma agora, e é uma disciplina oferecida mais no final, ou seja, no 10º semestre, como disciplina obrigatória.

[...] A carga horária da disciplina é de 60 horas. Geralmente, a carga horária de Direito Ambiental aqui e nas outras instituições ou são de 60 ou de 72 horas, ou seja, dentro de uma média de 3 a 4 aulas semanais, que é o regular.

[...] Sou professor de Direito Ambiental na UNIME, aqui na FTE sou coordenador. A preferência geralmente para ministrar aula em Direito Ambiental é porque tem alguma afinidade na sua área de investigação, seja no Direito Constitucional ou Administrativo; e aí termina optando pelo Direito Ambiental. O que é interessante no perfil dos professores de Direito Ambiental é que eles não têm muito o

perfil de professores de direito privado, ou seja, de advogados de indústrias ou de cunho empresarial; geralmente estão envolvidos com algum setor público. Seja no Ministério Público, ou alguma área pública como Secretaria, que é muito ligado, nesse caso, ao Direito Administrativo.

[...] Não sinto dificuldade para trabalhar com Direito Ambiental uma vez que é muito próximo do Direito Administrativo.

[...] Quanto ao acesso a obras referentes à disciplina: por ser uma disciplina nova, não é abundante, fica entre o escasso e o satisfatório, mas eu colocaria hoje, já como satisfatório. Já temos uma grande gama de manuais de Direito Ambiental. E fazendo interface com o Direito Administrativo se complementam.

[...] Estratégias adotadas em termos metodológicos para o ensino de Direito Ambiental nessa Faculdade, primeiro utilizamos um instrumento novo, o método MANGÁ para o plano de ensino, onde se baseia no estudo da parte teórica e prática. O método MANGÁ foi desenvolvido na USP, com metodologias de ensino superior, e utiliza-se todo um planejamento com objetivos muito claros de trabalhar todas as competências e habilidades dos alunos, dando sempre um enfoque prático.

Outra interface com relação ao ensino de Direito Ambiental aqui é com relação ao curso de Engenharia Ambiental que tem na Instituição. Então, faz-se sempre uma correlação com os cursos de Engenharia e outros ramos da área ambiental para que os alunos possam ter proximidade e familiaridade com o tema jurídico, mas vendo dentro de uma perspectiva profissionalizante. Ou seja, onde poderá aplicar o Direito Ambiental no dia-a-dia. Em que segmentos? Na indústria? Ou nas atividades de turismo. É sempre voltado para alguma prática. O método MANGÁ é utilizado para elaboração do plano de ensino e formulação das aulas.

[...] A opinião quanto à relevância do Direito Ambiental no currículo do ensino jurídico: é Importantíssimo em razão da atualidade; é um tema atual em que a humanidade precisa discutir o ambiente como um todo e inserir o sujeito não só na sua responsabilidade com o Meio Ambiente, mas também com o patrimônio,

que é outra coisa também que o Direito Ambiental desperta para o aluno; a preservação do patrimônio está inserido dentro do Direito Ambiental; não é só o patrimônio natural, mas o arquitetônico, urbanístico que se insere no contexto lato de Meio Ambiente.

[...] Os conteúdos pertinentes a serem abordados na disciplina Direito Ambiental, acredito que todos os que levam à regulamentação do setor, mas também o ideal e fundamental, é desenvolver as habilidades na disciplina para que o aluno possa saber desde os instrumentos de regulação, aos instrumentos de prevenção, e também a conscientização ambiental. Assim, com relação ao princípio do poluidor-pagador, a questão de dano como ele é irreparável; a demora em que o dano é causado, ou seja, uma vez que o Meio Ambiente é degradado a sociedade, a humanidade já perde com isso, e mesmo que haja uma compensação financeira ela não será suficiente para repor o status quo que o Meio Ambiente perdeu.

[...] Quanto à autonomia do Direito Ambiental acredito que essa etapa já está bastante ultrapassada. O Direito Ambiental já consolidou princípios próprios. Havia certa resistência dos professores de Direito Administrativo e do Direito Urbanístico com relação a essa autonomia do Direito Ambiental, mas isso já está bastante ultrapassado depois da Constituição de 1988, depois da reforma do Código Florestal. A partir do momento em que o Direito adquire autonomia legislativa, uma gama de micro sistemas jurídicos como é o caso do Direito do Consumidor, por exemplo, em que a gente pode comparar com o Direito Ambiental, ele ganha essa autonomia; ele tem uma autonomia própria, reconhecida.

[...] Dentro das instituições de ensino o Direito Ambiental é visto como essencial. Tanto os alunos quanto os professores indicam ou apontam a necessidade de ter Direito Ambiental como um ramo dos Novos Direitos, assim como consumidor, Direito da Criança, da Informática. Então são áreas novas, essenciais a qualquer currículo do curso de Direito. Hoje é visto como essencial e tem que estar presente nem que seja como disciplina optativa, mais para o final do curso e não no início, em razão da necessidade do aluno ter conhecimentos prévios como responsa-

bilidade civil, obrigações, o próprio Direito Administrativo, o Processo Administrativo, para ele já ter essa base quando for estudar o Direito Ambiental.

[...] Sobre a obrigatoriedade da disciplina na grade curricular, disse: “existe autonomia”. Não há na resolução nº 9, que dá as diretrizes curriculares para o curso de Direito, a obrigatoriedade da disciplina Direito Ambiental. Ela não está no eixo das disciplinas obrigatórias, mas a resolução aponta que devem conter disciplinas que atendam aos Novos Direitos, as novas tendências. Então ela orienta nesse sentido, e nessa orientação se insere o Direito Ambiental, mas não consta na diretriz curricular que é a resolução nº 9 de 2004, se eu não estiver enganado, a sua obrigatoriedade. Assim, não estando contemplado nas diretrizes curriculares, algumas faculdades a colocam como facultativa, ou, nem colocam. A análise da diretriz curricular determina quais são as disciplinas do ciclo básico e dos ciclos profissionalizante, e Direito Ambiental não está contemplado. Está contemplado quando a diretriz regulamenta a necessidade de se ter disciplinas que contemplam os novos direitos, mas não diz quais são elas, deixa em aberto. E nesse caso, o Direito Ambiental aqui, (nessa instituição) é inserido como obrigatória.

[...] Quanto à complexidade do Direito Ambiental, dotado de caráter interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar, facilita o trabalho do professor. Toda a estrutura curricular hoje, há uma necessidade de ter um caráter interdisciplinar e transdisciplinar. Porque não pode hoje, ter um curso de Direito com qualidade que seja com um conhecimento compartimentalizado, ou seja, cada disciplina colocada em caixas. Então a partir do momento em que elas se integram dentro de um semestre, elas têm de se comunicarem entre si dentro daquele semestre e também com as outras áreas do conhecimento, que não estão necessariamente contempladas dentro do curso de Direito. Aí você vê os cursos de extensão, o próprio estágio supervisionado, a possibilidade de palestras, eventos transdisciplinares e interdisciplinares. Aqui, nesse semestre, tivemos palestra com engenheiros ambientais falando sobre a questão do pré-sal. Então vieram ambientalistas, engenheiros, juristas. Esse diálogo e a necessidade da abordagem da transdisciplinaridade e da multidisciplinaridade do Direito Ambiental são fundamentais para se compreender tanto a questão dos princípios como também as competências do profis-

sional do Direito. O que ele vai fazer com essas normas instrumentais do Direito Ambiental. Como ele vai trabalhar com essas ferramentas. Como é que ele vai atuar. Então é necessário que ele tenha essa visão multidisciplinar e transdisciplinar para que ele possa compreender melhor a aplicabilidade do que o Direito Ambiental tem a trazer. Assim, essa complexidade exige mais do professor e facilita a compreensão.

[...] O Direito Ambiental da maneira como está sendo contemplado, contribui sim, para uma formação consciente, crítica e participativa na busca de soluções para os problemas ambientais. Acredito que contribui para uma consciência ambiental dos profissionais do Direito. Essa participação nas soluções, ou seja, quando se desenvolve o conceito de cidadania lá no Direito Constitucional engloba a questão da sustentabilidade. A sustentabilidade social, ela é um outro pilar que está dentro de várias disciplinas do ciclo básico do Direito, e vem fechar a questão do desenvolvimento sustentável, da sustentabilidade, da participação do próprio conceito de cidadania com o Direito Ambiental. Então ela fecha vários ciclos e dá uma nova consciência ao estudante de Direito. Ele começa a perceber não só que uma das nuances do direito de cidadania se interfere nos contextos, e os contextos também possuem interface com os conceitos de sustentabilidade, e aí vem a consciência ambiental. Há a necessidade de uma consciência ambiental, senão você não vai entender o desenvolvimento sustentável, não vai conseguir contemplar todo o conceito macro do que é cidadania.

[...] O que leva uma faculdade a não contemplar a disciplina Direito Ambiental na grade curricular do seu curso de Direito é uma escolha muito particular uma vez que a disciplina não é obrigatória. Mas a partir do momento em que a faculdade não contempla o Direito Ambiental ela vai ter uma justificativa ou uma tendência de pegar o seu curso e voltá-lo para um outro segmento, porque todo curso de Direito contempla as carreiras jurídicas, então não há hoje como você contemplar as carreiras jurídicas sem o aluno ter visto o Direito Ambiental, pois fatalmente ele vai precisar dessa disciplina para sua atuação como promotor, juiz, delegado, procurador, ou seja, as profissões jurídicas de um modo geral necessitam do conhecimento de Direito Ambiental, então não vejo, hoje, como não contemplar. Mas, suponhamos que a faculdade opte por não integrar o Direito Ambiental na

sua matriz curricular nem como optativa, é porque ela fez uma opção de foco numa outra área do Direito. Somente empresarial, ou uma visão apenas processualista, talvez; enfim, tem que ver qual o perfil do profissional que aquela instituição quer formar. E aí se identifica a questão da escolha da matriz curricular que está muito vinculada com a relação do perfil do egresso. Qual o perfil do profissional que aquela faculdade quer colocar no mercado? A partir desse perfil é que você vai encontrar a justificativa, o porquê de não ter contemplado o Direito Ambiental.

A falta de profissionais na área pode influenciar na oferta da disciplina, mas acho que não é um fator determinante. O que está a determinar, realmente, é a questão do perfil do egresso dentro do projeto pedagógico do curso. Não é a questão da falta de profissionais, porque hoje em dia o professor de Direito Constitucional, de Administrativo ou que tenha uma pesquisa voltada para essa área, por que fez uma especialização, não é tão complicado de encontrar um profissional para lecionar o Direito Ambiental. Temos dificuldade em outras áreas muito mais específicas do que o Direito Ambiental, a exemplo de Medicina Legal, em que você precisa encontrar um médico legista, que tenha uma disponibilidade, sendo muito mais complicado. A medicina legal no curso de Direito, desperta muita curiosidade, mas não é vista como obrigatória, essencial, como uma disciplina que deve estar dentro do currículo obrigatório, ao contrário do Direito Ambiental. A medicina Legal é uma disciplina atrativa do ponto de vista mais dos alunos que têm o perfil para o Direito Penal. O Direito Ambiental já chega num consenso, ou seja, mesmo o aluno que queira ser criminalista, pois tem os crimes ambientais, ou seja, o Direito Ambiental é visto como essencial, como necessário para complementação do ensino do bacharel em Direito como: Direito do Menor, do Consumidor. Então, com esses micro sistemas, não têm como o aluno passar pela faculdade despercebido pelo Direito Ambiental. Agora o que vai determinar realmente, é o perfil do egresso que está dentro do projeto pedagógico; é o que delinea qual a matriz curricular a ser construída, a ser seguida. Na UNIME, assim como aqui na FTE, o Direito Ambiental é uma disciplina obrigatória. Era optativa em 2005 e passou a integrar o rol das disciplinas obrigatórias, desde 2007. As turmas são sempre cheias toda vez que a disciplina Direito Ambiental é ofertada. Há uma necessidade, a OAB, os próprios concursos já cobram, e não tem como seguir uma carreira

jurídica, alheio às questões do Direito Ambiental; não tem como. O futuro profissional do Direito vai se deparar cada vez mais, em razão de todos os problemas que o Meio Ambiente está passando, vai se confrontar com o problema jurídico de ordem ambiental pela frente, e vai precisar ter conhecimento para saber lidar.

Entrevistado 12: Prof. Dr. Júlio Rocha – Mestre e Doutor em Direito Ambiental pela PUC – São Paulo. Graduado em Direito pela UFBA. Professor de Direito Ambiental desde 1998. Diretor do Instituto de Direito Ambiental e Sustentabilidade. Atuou como Superintendente do IBAMA na Bahia. Diretor do INGÁ. Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Câmaras Técnicas do Conselho Nacional. Membro de Comitê de Bacias. Atua como Professor Adjunto da UNEB, UEFS, UESC. É também professor titular da ESAD - OAB/BA, e professor convidado do Mestrado em Desenvolvimento Regional.

[...] O Direito Ambiental é uma disciplina muito interessante; é uma disciplina que apresenta desafios do ponto de vista conceitual de trabalhar temas inovadores como a questão nuclear, da biodiversidade, dos transgênicos, da gestão de recursos hídricos, instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

[...] Hoje, a disciplina apresenta uma bibliografia bastante significativa. Nas universidades onde atuo, as bibliotecas têm acervo considerável, e, além disso, eu tenho em casa; tenho adquirido muito material de autores estrangeiros da Europa e dos Estados Unidos. Tive a oportunidade de fazer o pós-doutorado fora e isso me deu a capacidade de conhecer autores estrangeiros que dialogam também com Direito Ambiental.

[...] Não sinto dificuldade para trabalhar com o tema até porque minha formação é essa. Já exerci atividade no IBAMA, no INGÁ, Conselho Estadual de Recursos Hídricos; já fui de Câmaras Técnicas e Membro de Comitê de Bacia; então já participei de diversas instâncias.

[...] Acho extremamente relevante o ensino de Direito Ambiental, como disciplina nova, como um novo Direito.

[...] *Como conteúdos deve abordar aspectos materiais, processuais, também penais; esse é um tema muito interessante.*

[...] *Também do ponto de vista metodológico, acho que o maior desafio, primeiro é que é uma matéria cativante, mas que é uma matéria que ainda tem uma carga horária muito pequena. Então mudar a base de carga horária da disciplina é um avanço interessante.*

[...] *É uma disciplina autônoma; hoje não mais se discute sobre isso. Os princípios do Direito Ambiental já são conhecidos internacionalmente.*

[...] *O caráter do próprio Direito Ambiental exige do profissional, do professor, uma tolerância de compreender a diversidade; uma compreensão meta jurídica da questão ambiental e uma curiosidade permanente; senão a gente não trabalha com Direito Ambiental.*

[...] *O ensino de Direito Ambiental como está sendo contemplado contribui para uma formação crítica porque não dá para ensinar Direito Ambiental dissociado de um cenário da análise da questão da crise ecológica. E o professor de Direito Ambiental tem que ser um apaixonado pelas questões do ambiente, e conseqüentemente do bem estar das comunidades. Isso é um desafio forte.*

[...] *Acho que algumas faculdades que ainda não contemplam essa disciplina; não contemplam nem de forma facultativa ou contemplam dividindo-a com Direito Agrário ainda é uma visão conservadora e ultrapassada. Direito Ambiental é um Direito inovador, atual, e tem a ver com os maiores desafios que a gente tem tanto do ponto de vista da ciência do Direito como na perspectiva da sua aplicação prática. Os tribunais superiores: STF, STJ já estão consolidados em relação a temas ambientais; casos clássicos já bateram na Suprema Corte Nacional, e as pessoas precisam conhecer que esse novo Direito é um Direito da atualidade. É um Direito que não se pode deixar de ser utilizado até porque ele tem a ver com a nossa sadia qualidade de vida.*

[...] *Na UNEB o Direito Ambiental é dado como Direito Ambiental e Agrário; na UEFS como Direito Ambiental, a partir do 3º semestre, sendo disciplinas obrigató-*

rias. Já na alteração do curso de Direito em Camaçari minha proposta é de que essa disciplina seja única e isso já está sendo discutido e possivelmente aceito pelo colegiado do Curso, com as alterações agora, assim que formar a primeira turma.

[...] Em Camaçari há o curso de Direito da UNEB - Campus 19. Juazeiro é um curso mais antigo, possivelmente deve ter o Direito Ambiental como base de suas atividades.

[...] Sou Júlio Rocha, mestre e doutor em Direito Ambiental e à disposição de vocês pra gente fazer dessa disciplina uma disciplina com um papel significativo na sociedade. Temos o IDA – Instituto de Direito Ambiental, do qual participam os Professores Aidê Batista Neves e Fernando Schmith. A gente vai ter o Congresso de Direito Ambiental agora nos dias 22 e 23 de maio, até que a gente possa ampliar nossa influência em várias áreas e sensibilizar juízes, promotores e procuradores para a questão ambiental como questão do nosso cotidiano. Estou aqui na frente, inclusive, com um livro interessante português de Ana Gouveia, falando do Princípio da Precaução que é um dos assuntos mais interessantes hoje do próprio Direito Ambiental.

Entrevistado 13: Prof^a. Jussara Maria Salgado Lôbo – Graduada em Direito e Mestre em Direito Econômico pela UFBA. Professora titular da disciplina Direito Ambiental da UCSAL desde o ano de 2001. Procuradora do Estado atuando como Assessora Especial da Procuradoria Geral do Estado da Bahia.

[] Nessa faculdade, hoje, o Direito Ambiental é uma disciplina obrigatória. Desde o ano de 2001 a instituição já oferecia essa disciplina, a qual era conjugada com Direito Agrário perfazendo um total de 60 horas. A partir de 2010 as duas disciplinas se separaram sendo ministradas por professores diferentes e com carga horária de 30 horas cada.

[] O motivo que me levou a ser professora dessa disciplina foi preferência. No dia a dia lido com questões que me remetem a essa área por isso que a escolhi.

[] Ministro aula apenas nessa faculdade.

[] *Sou Procuradora do Estado e atuo como Assessora Especial da PGE em questões relacionados ao Meio Ambiente. Desde que passei a ser Procuradora do Estado, assuntos dessa natureza sempre me foram repassados; passei a pesquisar, estudar e isso me levou a aprimorar, tornei-me referência, especialista nessa área. Há um núcleo que cuida desses assuntos denominado de PA – NPMA (Núcleo de Patrimônio Público e Meio Ambiente). Assim, além de ensinar Direito Ambiental lido diariamente com a área ambiental.*

[] *O professor tem de se aprimorar. Em razão da experiência que possuo nessa área, posso afirmar que não sinto dificuldade para ensinar Direito Ambiental. Até porque faz parte das minhas atividades diárias. A dificuldade existe não no ensinar o Direito Ambiental, mas em fazer o aluno reconhecer a importância da disciplina.*

[] *Já existe uma bibliografia abundante de autores renomados na área do Direito Ambiental. No entanto, aqui na faculdade eu diria que o acesso a obras ainda não é considerado abundante, mas satisfatório.*

[] *A metodologia aplicada para o ensino do Direito Ambiental aqui na UCSAL é através de aulas expositivas com realização de seminários buscando uma análise crítica sobre as questões do meio ambiente.*

[] *Quanto à relevância da disciplina, nenhuma faculdade que respeite a formação jurídica do aluno pode deixar de ter o Direito Ambiental na sua grade curricular. A temática ambiental é o que há de mais atual. Os concursos exigem conhecimento na área do Direito Ambiental, e a prova da OAB também. O meio ambiente é um assunto tão envolvente que pessoas já sentem vergonha de se posicionarem contra as questões de proteção ambiental, ao contrário, cada vez mais os discursos expressam necessidade de mudança de atitude, pelo menos nos discursos, mas já é um começo.*

[] *Como conteúdo, são dados dentre outros: Classificação de Meio ambiente: natural, artificial e cultural por entender ser de muita importância uma vez que o aluno está inserido nesse contexto e facilita a contextualização; Legislação – Ação Civil Pú-*

blica; Tratados; Licenciamento Ambiental; Responsabilidade Ambiental; e principalmente Princípios por serem estes a base de tudo.

[] *Eu diria que o maior desafio para o ensino do Direito Ambiental é buscar o envolvimento do aluno; o comprometimento deste com a disciplina. Há aluno que considera o Direito Ambiental uma disciplina de menos importância. Mas posso afirmar que isso, hoje, ocorre com uma minoria; com alunos relapsos que não conseguem perceber a importância dessa área do saber. O bom aluno já reconhece o valor do Direito Ambiental e a prova disso são os trabalhos de conclusão de curso que têm surgido nessa área.*

[] *A partir da Constituição Federal de 1988 não há como negar autonomia ao Direito Ambiental. Ela dedicou um capítulo ao meio ambiente e preceitua que a Educação Ambiental deve ser dada em todos os níveis de ensino. E o Direito Ambiental diante de suas peculiaridades, seus princípios é sim uma disciplina autônoma, que tem inclusive, um conteúdo extenso, por isso precisa ser ministrado como uma disciplina autônoma. Ressalte-se que aqui nessa instituição a partir de 2012 a Educação Ambiental passará a ser ministrada como disciplina; ainda não sei de que forma, pois de acordo com o MEC a EA deve ser trabalhada como tema transversal e não como uma disciplina. Estou aguardando para ver como irá funcionar.*

[] *A inter, trans e multidisciplinaridade do Direito Ambiental necessita de técnicos em diversas áreas do conhecimento para analisar as questões ambientais. Isso facilita o trabalho porque há uma interação com outros profissionais e um aprendizado valioso por parte de quem aprende e também de quem ensina.*

[] *Quanto à maneira como o Ensino de Direito Ambiental está sendo contemplado; se contribui para uma formação consciente, crítica e participativa na busca de soluções para os problemas ambientais, entendo que mais que conteúdo é preciso formar cidadãos. É preciso formar uma consciência ecológica que está ligada a outros fatores. Já há uma renovação de parcela da população. A Lei da Política de Educação Ambiental preceitua a EA em todos os níveis de educação e as crianças estão educando os pais. O Brasil comparado a outros países tem uma legislação muito avançada,*

mas na prática não funciona. O poder público se omite na efetivação do seu papel. Há um problema de base, de educação doméstica, pautada nos princípios morais, éticos. Acredito que as sementes estão sendo plantadas, que as mudanças estão surgindo mas que ainda há muito a ser feito.

[] *Penso que não existe mais faculdade que deixe de contemplar a disciplina Direito Ambiental. A prova da OAB e os concursos exigem que os candidatos tenham conhecimento nessa área. Atualmente as pessoas se mostram cada vez mais interessadas por esse novo e envolvente ramo do Direito, pois estudá-lo é cuidar da própria vida.*

4.3 Análise das entrevistas

Com relação à formação acadêmica, o que se nota da análise das entrevistas, é que, dos treze professores entrevistados, que representam as quinze instituições de ensino superior em Direito analisadas, apenas um possui doutorado em Direito Ambiental. Dois possuem mestrado em Direito Ambiental. Um é especialista em Direito Ambiental. Dois possuem especialização na área das ciências ambientais, três possuem mestrado nessa área e nenhum possui doutorado na referida área. A formação pode ser melhor visualizada no quadro a seguir:

Quadro 1. Formação acadêmica dos professores e/ou coordenadores das instituições analisadas e exercício de atividade profissional na
área ambiental

Docente	Especialização em Direito Ambiental	Mestrado em Direito Ambiental	Doutorado em Direito Ambiental	Especialização na Área Ambiental	Mestrado na Área Ambiental	Doutorado na Área Ambiental	Atividade profissional na área ambiental	Tempo de Docência (anos)
1	X	X	X	Sim Gerenciamento Ambiental	Sim Planejamento Ambiental	X	Sim, Instituto de Direito Ambiental e Sustentabilidade	10
2	Sim	X	X	X	Sim, Gerenciamento Ambiental e Produção Limpa	X	Sim, Promotoria Estadual do Meio Ambiente.	10
3	X	X	X	X	X	X	X	Não leciona a disciplina; coordenador do curso de Direito.
4	X	Sim, em Direito Econômico com ênfase em Direito Ambiental	X	X	X	X	X	04
5	X	X	X	X	X	X	X	Não leciona a disciplina; professor de outra disciplina. substituir
6	X	X	X	X	X	X	X	Não leciona a disciplina; coordenador do curso de Direito.
7	X	X	X	X	X	X	Procuradoria do Estado da Bahia	Não leciona a disciplina; coordenador do curso de Direito.

**JANEIDE NICÁSSIO SILVA NOLASCO - O DIREITO AMBIENTAL NO ENSINO JURÍDICO: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO OFERECIDA EM FACULDADES DE
DIREITO DE SALVADOR**

8	X	X	X	X	Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	X	X	01
9	Sim	X	X	X	X	X	Comissão de Meio Ambiente da OAB-Bahia ; Superintendência de Meio Ambiente do Município de Salvador	05
10	X	X	X	X	X	X	X	Não leciona a disciplina; coordenador do curso de Direito.
11	X	X	X	X	X	X	X	Não leciona a disciplina; coordenador do curso de Direito.
12	X	Sim	Sim	X	X	X	Instituto de Direito Ambiental e Sustentabilidade; Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – BA; Instituto Nacional de Gestão das Águas.	10
13	Não	Não	Não	Não	Não	Não	<i>Sou Procuradora do Estado e atuo como Assessora Especial da PGE em questões relacionados ao Meio Ambiente.</i>	10

O que se verificou com essa pesquisa é que dos treze professores entrevistados, sete deles não apresentam nenhuma pós-graduação, seja na área do Direito Ambiental, seja na área das ciências ambientais.

A falta de preparo dos cursos jurídicos que, de modo equivocado, deixam de oferecer disciplinas que consideram pouco importantes, a exemplo do Direito Ambiental, reflete diretamente na vida acadêmica ocasionando ausência de seminários, congressos e outros eventos que tragam a discussão e promovam o crescimento de profissionais nessa área. Levando-se em conta que a inserção da disciplina no currículo dos cursos jurídicos veio com a Portaria 3.816 de 2002 do MEC e que os dados das entrevistas apontam para a ausência do ensino do Direito Ambiental para os profissionais entrevistados, ao longo de sua vida acadêmica, inferindo-se que a inserção dessa disciplina ainda é muito recente.

A disciplina “Direito Ambiental”, devido ao seu caráter multi, inter e transdisciplinar, exige professores cuja formação possibilite atender à necessidade pedagógica de incursão nas diversas áreas do saber, fundamentada na concepção holística dos direitos difusos, formação essa que só poderá ser contemplada com cursos de pós-graduação específicos na área em questão.

Nota-se que há uma enorme carência na área de Direito Ambiental referente à docência. Os poucos profissionais que ministram aula nessa disciplina se desdobram em mais de uma instituição e nem sempre possuem a qualificação necessária para atuarem como professores da disciplina, o que, certamente incidirá na formação dos operadores do direito que serão ensinados por professores não especializados. Nesse sentido uma das funções do Direito Ambiental, qual seja, a de auxiliar na resolução de conflitos e problemas ambientais, através da atuação do Poder Público e da coletividade, sendo que esta última poderá atuar através de sua instrumentalização para atuar de forma cidadã, resta comprometida, pois, se os próprios educadores não recebem a formação adequada, será que o tratamento educativo de temas jurídico-ambientais será adequado?

Cabe aqui destacar que dos treze professores entrevistados, seis trabalham na área ambiental, além de lecionar, como membros do Ministério Público, da Procuradoria do Estado da Bahia, Comissão de Meio Ambiente da OAB da Bahia, Superintendência do Meio Ambiente do Município, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA, Instituto de Direito Ambiental e Sustentabilidade - IDA e Instituto Nacional de Gestão das Águas - INGÁ, o que supre, de certa forma, a ausência de pós-graduação na área, todavia, há que se levar em conta que um dos pressupostos para a excelência em docência no ensino superior é a pós-graduação que,

além de formar o professor na área específica, forma o docente em matéria pedagógica. Desse modo, seis que trabalham na área ambiental, quatro possuem pós-graduação. De qualquer forma, é importante reconhecer que a vivência em matéria jurídico-ambiental, proporcionada pela atuação profissional na área traz um relevante material pedagógico para a sala de aula.

Quanto ao tempo de atuação dos professores na docência em Direito Ambiental, verificou-se que com exceção de quatro professores, no universo dos treze entrevistados, considerados pioneiros nessa área na cidade de Salvador, o tempo de atuação dos demais professores quanto ao referido componente curricular corresponde ao tempo de inserção da disciplina na grade curricular dos cursos.

No tocante à obrigatoriedade do oferecimento da disciplina Direito Ambiental nas grades curriculares dos cursos, observou-se que na maioria das faculdades de Direito de Salvador, o Direito Ambiental ocupa o lugar de uma disciplina optativa, visto que, a própria Resolução nº 09/2004 do Ministério da Educação não vislumbra a sua obrigatoriedade, mas atribui às instituições autonomia para inseri-las na grade. Percebe-se que essa autonomia é traduzida na inserção da disciplina de acordo com o foco que cada instituição ao seu curso jurídico, tornando-a obrigatória ou facultativa.

Quanto à carga horária verificou-se que ela varia de 30 horas a 72 horas semestrais, sendo que a maioria das faculdades reserva apenas 36 horas à disciplina Direito Ambiental. Houve sérias críticas dos docentes que consideram o número de horas lecionadas insuficiente para ensinar o conteúdo mínimo relativo ao componente curricular. Devido à vasta legislação ambiental existente e a necessidade de se ensinar as bases do Direito Ambiental, antes de se adentrar especificamente nas normas, pode-se afirmar que a carga horária é inadequada e que seriam necessários pelo menos dois semestres letivos para se contemplar todo o conteúdo do Direito Ambiental.

Referindo-se ao ano de inserção nas grades curriculares, por ser uma disciplina nova, começa a aparecer nos cursos jurídicos, na cidade de Salvador, a partir de 2004, o que coincide com o ano de publicação da Resolução nº 09 do Ministério da Educação.

Com relação ao motivo que levou os professores entrevistados a ministrarem aula na disciplina Direito Ambiental, percebeu-se haver uma preferência pela cadeira em razão de exercerem alguma atividade na área ou por terem feito algum curso de pós-graduação deixando transparecer um grande entusiasmo, quase uma paixão pela disciplina. Nenhum dos professores entrevistados afirmou ter escolhido ensinar a disciplina pelo fato de ser a única opção oferecida. Cabe ressaltar ainda que apenas os coordenadores de curso que não ministram o

referido componente curricular não possuem especialização na área ou não trabalham na área. Ressalta-se ainda que a maioria dos professores entrevistados atua em mais de uma instituição de ensino superior.

No tocante ao item que questiona se o professor sente dificuldade para ensinar o Direito Ambiental houve opiniões variadas. Excluindo os coordenadores de curso, os quais não ministram o componente curricular, a maioria disse não sentir dificuldades considerando suas experiências e práticas diárias com questões ligadas às matérias. A menor parte dos docentes manifestou possuir dificuldades para lecionar tais como: falta de conhecimento e de consciência ambiental, problema relatado também por um dos coordenadores de curso entrevistado; falta de profissionais para compartilhar entendimentos; ausência de seminários, congressos e eventos na área; dificuldade de domínio de diversos conceitos que caracterizam a complexidade marcante do Direito Ambiental e insuficiência de carga horária para uma disciplina que tem um conteúdo amplo, associada à falta de conhecimentos elementares do aluno quanto às questões ambientais.

No que diz respeito ao questionamento feito aos entrevistados sobre a facilidade ou dificuldade de acesso às obras de Direito Ambiental pode-se inferir que, há dez anos atrás, podia ser considerado escasso o acesso a tais obras. No entanto, com a crescente presença da disciplina no mundo jurídico e nos currículos das faculdades, assim como a efervescência das discussões acerca do tema, constata-se um aumento considerável de obras de Direito Ambiental e, por sua vez, as faculdades possuem boas bibliotecas, algumas mais restritas, mas não há grandes problemas quanto ao acesso às obras. Considerando ser a referida disciplina relativamente nova, quando comparada às outras áreas do Direito, pode-se dizer que é satisfatória a acessibilidade às obras da área. Obviamente que não se pode comparar o número de obras em Direito Ambiental ao de outras áreas do Direito consideradas mais tradicionais, cujas publicações são muito mais abundantes, todavia, o número de doutrinadores do Direito Ambiental cresce a cada dia, mesmo porque se trata de um tema “na moda”. Ressalta-se que há muito material disponível na *internet*, como artigos, jurisprudências e até mesmo obras para *download*.

A respeito da metodologia bem como dos conteúdos de Direito Ambiental abordados nos cursos jurídicos, oferecidos pelas faculdades investigadas, percebe-se que cada instituição adota a sua metodologia, havendo uma forte tendência por focar casos práticos visando a contextualização dos conteúdos.

Quanto aos conteúdos, nota-se a invocação dos princípios fundamentais de Direito Ambiental como imprescindíveis na formação do operador do Direito. É notória, por parte dos entrevistados, a menção à necessidade de se abordar questões que despertem no aluno a conscientização ecológica e valorização da disciplina Direito Ambiental como um novo ramo jurídico capaz de transformar o comportamento humano e possibilitar uma melhor qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

Todos os entrevistados ressaltaram a relevância do Direito Ambiental no currículo do ensino jurídico, apontando aspectos de sua importância tais como: necessidade da disciplina para a formação humana do estudante e futuro operador do Direito, para a formação de profissionais atentos para as novas demandas e, ainda salientando que o referido componente curricular faz parte do exame da OAB e de diversos concursos jurídicos. Dois entrevistados afirmaram que por ser o Direito Ambiental uma área nova, o advogado pode obter êxito em razão de haver poucos correntes no mercado de trabalho. Além disso, um dos entrevistados disse que a ausência da disciplina na graduação, impossibilitaria o advogado de militar nessa área.

Outra questão abordada pelos entrevistados é o fato de haver a necessidade de realização de cursos de atualização na área, para os juízes que não tiveram a disciplina na sua época de graduação e que hoje convivem com lides envolvendo Direito Ambiental. Isso demonstra a necessidade urgente de se ensinar a disciplina, pois, os próprios magistrados responsáveis por julgar processos na área muitas vezes não estão preparados para atuar nessa seara. Um dos entrevistados afirmou que se o Direito Ambiental fosse devidamente ensinado, os advogados estariam preparados para solucionar problemas ambientais, ainda na esfera administrativa, através, por exemplo, de Termos de Ajustamento de Conduta, todavia alguns não sabem nem o que é isso. Vale colacionar a frase de uma das entrevistadas: “nenhum operador do direito pode deixar de ter a visão de que o Direito Ambiental está imbricado nas relações da vida. É do processo produtivo atuar com os comandos e controles do Direito Ambiental”. Um dos entrevistados afirmou que a disciplina deve ser obrigatória em todas as faculdades, pois os problemas ambientais transcendem a escala nacional, sendo de ordem global e a proteção da vida depende da proteção do meio ambiente.

Quando questionados sobre o maior desafio para o ensino do Direito Ambiental, a maioria dos entrevistados apontou a necessidade de conscientização do aluno sobre a importância do tema. Houve ainda relatos sobre a necessidade de se valorizar a disciplina, inclusive em termos de sua importância comercial e aumentar sua carga horária e, ainda, o desafio de se superar a falta de interesse dos alunos. Um coordenador de curso apontou como um dos gran-

des desafios, aumentar a oferta de profissionais e docentes na área do Direito Ambiental e que para isso é preciso que as instituições insiram e dêem importância a essa disciplina, pois isso criará aumento da demanda por esses operadores do Direito levando-os ao aprofundamento teórico e prático na área. Dessa forma o Direito Ambiental passará a ser visto como disciplina necessária na matriz obrigatória de todas as faculdades de direito.

Quase todos os entrevistados não negam a autonomia do Direito Ambiental, com exceção de um coordenador de curso que acredita que a disciplina está em uma posição intermediária, não sendo nem autônoma e não sendo subordinada a outra, permeando todas as outras da área do direito. Cabe destacar que um deles salienta que professores de outras disciplinas consideram que a disciplina é menos importante que as outras.

Os entrevistados que consideram que a complexidade do Direito Ambiental caracterizada pela inter, trans e multidisciplinaridade facilita o trabalho do professor alegam que devido a esse caráter holístico é possível trazer exemplos concretos para a sala de aula, além do fato da complexidade exigir mais do professor fazendo-se preparar melhor para as aulas. Já os entrevistados que acham que isso dificulta o ensino da disciplina alegam obstáculos como: necessidade de se apresentar conceitos de várias áreas do saber, o que pode ser enfadonho para o aluno do Direito; necessidade de uma cultura jurídica mais ampla do docente e também conhecimentos na área ambiental e exigência de que ele saiba transmitir o conhecimento de forma múltipla.

Não há unanimidade nas opiniões dos professores e/ou coordenadores entrevistados quanto à maneira como o ensino de Direito Ambiental está sendo contemplado nas faculdades de Direito de Salvador e se está contribuindo para uma formação consciente, crítica e participativa na busca de soluções para os problemas ambientais. Todos se mostram comprometidos no desempenho de suas tarefas e alguns até acreditam que sim, que há essa formação consciente. No entanto, em razão das dificuldades e desafios já relatados anteriormente, a maioria não assegura que os resultados desejados estejam sendo alcançados de modo satisfatório. Inclusive um dos entrevistados afirmou que a contribuição para a formação da consciência crítica e participativa no aluno só se efetivará se o professor tiver a visão ecocêntrica do Direito Ambiental, posto que se seguir do antropocentrismo poderá levar o aluno a defender o meio ambiente para servir ao homem e não como sistema maior do qual o homem faz parte e deve ser preservado pelo seu valor intrínseco. Há quem acredite que ainda não há essa formação, mas que a presença da disciplina na grade curricular, ainda que eletiva, já representa um começo.

O ponto de vista dos entrevistados, de um modo geral, no tocante ao que leva uma faculdade a não contemplar a disciplina Direito Ambiental na grade curricular do seu curso de Direito, aponta para questões como: falta de valorização da disciplina por parte dos coordenadores em razão de não terem-na estudado durante a graduação. Um equívoco; falta de atualização da matriz curricular; carência de profissionais (docentes na área); falta de compromisso da instituição; sendo eletiva, o desinteresse dos alunos repetidas vezes pode levar a instituição a não contemplá-la; insegurança das instituições, caracterizando medo de investir num ramo novo do Direito que venha a não ter campo de trabalho; enxugamento da matriz curricular considerando que a educação hoje, principalmente na área privada, se transformou num negócio, sendo uma empresa que visa lucro e, como tal, prioriza o interesse dos alunos que sem a consciência da importância da disciplina optam por aquelas que, na sua visão, darão resultado financeiro imediato. Considera-se ainda ter uma visão conservadora e ultrapassada, aquelas instituições contemplam a disciplina Direito Ambiental dividindo-a com outra disciplina. Ressalta-se que na fala de todos os entrevistados percebe-se um desejo de que a disciplina Direito Ambiental não apenas seja contemplada, mas que se torne obrigatória nos currículos de todos os cursos jurídicos.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

A natureza é cada vez mais um fenômeno social [...] o comportamento anti-social mais perigoso tende a ser o que viola as normas sociais da natureza. A investigação destas normas e a formação de uma “personalidade de base” socializada nelas deve ser a função prioritária da universidade. [...] Numa sociedade à beira do desastre ecológico, a universidade deve desenvolver uma apurada consciência ecológica (Santos, 2008, p.224/226).

O Direito Ambiental não está sendo contemplado de forma satisfatória nos cursos jurídicos oferecidos em faculdades públicas e privadas de Salvador. Há deficiência na formação dos docentes, que em grande parte não possui pós-graduação na área e há deficiência na forma como a disciplina é oferecida, pois, a carga horária, em geral, não é suficiente para atender as necessidades do componente. É necessário priorizar um ensino jurídico plural, que estimule os alunos a compreender o papel socioambiental do Direito Ambiental, de forma a materializar os princípios que emanam do Estado Democrático, fazendo valer os princípios de Direito Ambiental descritos nessa dissertação. Os alunos precisam ser formados não apenas como operadores do Direito, mas como cidadãos preocupados em buscar e encontrar soluções jurídicas para os conflitos ambientais, que sejam, ao mesmo tempo, éticas e justas, baseadas na solidariedade intergeracional.

Quanto à presença da disciplina na grade curricular, verificou-se que na maioria das faculdades pesquisadas, o componente curricular é oferecido de forma optativa, o que é lamentável e constitui grave problema de formação do operador do Direito em uma sociedade que clama cada vez mais por procedimentos ambientalmente corretos e socialmente justos. Assim, infere-se que o Direito Ambiental nos cursos jurídicos, oferecidos por faculdades de Salvador, é inadequado enquanto abordagem para a formação de profissionais na área, em razão da percepção limitada dos discentes e de alguns coordenadores de curso quanto à compreensão do Direito Ambiental como corpo substantivo do conhecimento, de suma importância na formação do operador do Direito, e das exigências da sociedade moderna.

Todos os entrevistados manifestaram o desejo de que a disciplina Direito Ambiental não apenas seja contemplada, mas que se torne obrigatória nos currículos de todos os cursos jurídicos. Assim, infere-se que a receptividade em relação à disciplina, por parte dos docentes,

é elevada, sendo que o problema apontado por eles é a falta de consciência da importância do tema por parte de alguns coordenadores do curso e por parte dos próprios alunos. Assim, pressupõe-se que a reflexão sobre a ambientalização curricular no ensino jurídico em Salvador depende de um processo de conscientização coletiva na Academia. Isso levaria ao nascimento da consciência ecológica no ambiente acadêmico e, conseqüentemente ao nascimento da participação cidadã nos atores sociais envolvidos.

Dentro do universo pesquisado, todos os entrevistados reconhecem a importância da disciplina e dividem suas opiniões quando questionados sobre as relações intercurriculares do Direito Ambiental, ou seja, sua complexidade. Enquanto uns consideram que seu caráter holístico facilita o trabalho do professor, outros consideram que isso dificulta. É patente que somente uma formação específica na área irá proporcionar ao docente as experiências necessárias para possibilitar a percepção da complexidade dos conflitos socioambientais, de forma a permiti-los compreender a multiplicidade das dimensões que compõem esses conflitos, superando a fragmentação do conhecimento e das ciências. Não será possível promover uma formação consciente, voltada para as questões ambientais, se a formação dos professores não contemplar a complexidade que envolve a disciplina Direito Ambiental.

Sugere-se que o oferecimento da disciplina Direito Ambiental além de se tornar obrigatória nos currículos dos cursos jurídicos, seja ministrada por corpo docente capacitado, ou seja, por professores que possuam, no mínimo, o título de mestre na área ou em áreas correlatas. Vale ressaltar que a maioria dos professores de Direito Ambiental tem formação anterior à inserção da disciplina na grade curricular dos cursos de Direito, sendo que alguns deles não possuem experiência prática na área ambiental nem tampouco pós-graduação.

Propõe-se ainda, o estabelecimento de uma carga horária mínima de 60 horas para o componente curricular e o enriquecimento do ensino da disciplina com a promoção de seminários, congressos e debates na área. A OAB pode ser uma forte aliada no fortalecimento das ações voltadas para a valorização da disciplina através do estímulo e apoio de eventos na área, por meio de suas comissões de Meio Ambiente e de Ensino Jurídico.

Apresenta-se como sugestão que parte da carga horária seja contemplada com atividades de cunho prático que envolva o aluno na solução de lides relacionadas às questões ambientais, de forma a proporcionar que todo o embasamento teórico ministrado, possa ser desenvolvido e aplicado em um caso concreto ou na simulação deste.

A formação de um operador do Direito preparado para lidar com as questões ambientais deve passar por questionamentos e críticas frente aos determinismos neoliberais que têm

centrado nas questões econômicas o referencial de valores para a sociedade, efetivando o que apregoa a Carta Magna ao estabelecer que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso comum do povo e direito das presentes e futuras gerações.

Sugere-se o desenvolvimento de ações de educação ambiental na academia com vistas a sensibilizar alunos, professores e técnicos acerca da importância do tema, preparando-os para adentrar no universo do Direito Ambiental e para “perceber” a disciplina como de substancial importância para se alcançar uma sadia qualidade de vida e a dignidade da pessoa humana. É salutar que a comunidade acadêmica valorize a disciplina tanto quanto valoriza as outras consideradas de interesse maior por permitirem maior campo de atuação e por propiciarem ganhos financeiros palpáveis e imediatos, tais como direito penal, trabalhista, civil dentre outras.

REFERÊNCIAS

ABIKAIR, A. J. F. (2000). Reflexões sobre as diretrizes curriculares da portaria MEC 1.886/94. In *OAB Ensino Jurídico: balanço de uma experiência* (pp. 51-65). Brasília: Conselho Federal da OAB.

ABRÃO, B. F. F. Do Meio Ambiente. In: MACHADO, C. (Org.), FERRAZ, A. C. C. (Coord.) *Constituição Federal Interpretada, artigo por artigo, parágrafo por parágrafo*. (2ª ed., cap. V, pp.103-227). São Paulo: Manole.

Acedido em 06 de junho de 2006 em
http://www.djweb.com.br/barao/barao/ambiente/cidadania/meio_ambiente.htm

AKIAU, R. (2007). Direito e meio ambiente: perspectivas da contribuição do advogado para a gestão ambiental diante das novas diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Direito. Dissertação apresentada ao Centro Universitário SENAC, para obtenção do grau de mestre em Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, orientada por Fernando Rei, São Paulo. Acedido em: 13 de outubro de 2011 em
<http://biblioteca.sp.senac.br/LINKS/acervo261517/Roberto%20Akiau.pdf>.

ALMEIDA, M. de F. V. Importância do estudo de Direito Ambiental nos cursos de graduação. In www.ibap.org/ Acedido em 14 de outubro de 2011 em
http://www.ibap.org/noticias/nacional/040907/teses/Tese_Fatima.doc.

AMADO, F. A. de T. (2001) *Direito ambiental esquematizado*. (2ª ed.). São Paulo: Método.

ANTUNES, P. de B. (2006). *Direito ambiental*. (9ª ed.). Rio de Janeiro: Lumen Juris.

ARAGÃO, M. A. de S. (1997). *O Princípio do Poluidor Pagador*. Coimbra: Coimbra Editora.

BALDIN, N., RODRIGUES, S. T. H., & HARITSCH, F. M. (2009, janeiro-março). Legislação ambiental e educação ambiental: a importância dessa associação para populações que ocupam áreas de bacia hidrográfica. *Revista de Direito Ambiental*, ano 14, n. 53, p. 223-240.

BARROS, W. P. (2008). *Curso de Direito Ambiental*. (2ª ed.). São Paulo: Atlas.

BASTOS, A. W (1995, 2º semestre). O novo currículo e as tendências do ensino jurídico no Brasil. Das desilusões críticas as ilusões paradoxais. *Novos Estudos Jurídicos*, n.2, p 13-22.

_____. (1996) O novo currículo e as tendências do ensino jurídico no Brasil. Das desilusões críticas às ilusões paradoxais. In: *OAB ensino jurídico: novas diretrizes curriculares* (pp. 115-128). Brasília: Conselho Federal da OAB.

BENJAMIN, A. H. de V. (2003). Introdução ao direito ambiental brasileiro. In: SOARES JÚNIOR, J., & GALVÃO, F. (Coord.) *Direito Ambiental: na visão da Magistratura e do Ministério Público* (p. 115). Belo Horizonte: Del Rey.

_____. (2001, julho). A natureza no direito brasileiro: coisa, sujeito ou nada disso? *Caderno Jurídico da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo*, ano 1, vol. 1, nº 2, p. 149-172.

BOBBIO, N. (1992). *O positivismo jurídico: lições de filosofia do Direito*. São Paulo: Ícone.

BRASIL (1997). Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental.

BREDARIOL, C. (2001) Conflito ambiental e negociação para uma política local de meio ambiente. Tese apresentada ao Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para obtenção do grau de doutor em planejamento, orientada por Alessandra Magrini, Rio de Janeiro. Acedido em 09 de outubro de 2001 em <http://www.ppe.ufrj.br/pppe/production/tesis/dbredariocs.pdf>.

BRITO, F. A., & CÂMARA, J. B. D. (1998). *Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável*. Petrópolis, RJ: Vozes.

CARNEIRO, L. (2011, 17 junho). O Número de faculdades de direito chega a mais de mil. *Jornal do Brasil*. Retirado a 22 de outubro, 2011, em www.jb.com.br/pais/noticias/2011/06/17/numero-de-faculdades-de-direito-chega-a-mais-de-mil/. Acesso em: 22 out 2011.

CARVALHO, I. C. M. (2004). *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez.

CASTRO, A. G. (2000). Pela melhoria das cursos jurídicos. In *OAB Ensino Jurídico: balanço de uma experiência* (pp. 09-36). Brasília: Conselho Federal da OAB.

CHRISTMANN, L. L., & ARAÚJO, E. B. (2009). *Educação ambiental, complexidade e direito: novos caminhos de percepção dos desastres naturais*. Comunicação apresentada no 13º Congresso Internacional de Direito Ambiental. 14º Congresso Internacional de Direito Ambiental. 4º Congresso de Estudantes de Direito Ambiental. 4º Congresso de Direito Ambiental dos países de língua portuguesa e espanhola. Direito Ambiental, mudanças climáticas e desastres: impactos nas cidades e no patrimônio cultural, São Paulo: CMMAD. (1988). *Nosso Futuro Comum, Relatório Brundtland*. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

COMPARATO, F. K. O Direito como parte da ética. In: ALVES, Alaôr Caffé; LAFER, Celso; GRAU, Eros Roberto; COMPARATO, Fábio Konder; TELLES JUNIOR, Goffredo da Silva. (2004). *O que é a Filosofia do Direito*. São Paulo: Manole.

CORREIA, F. A. (1989). *O Plano Urbanístico e o Princípio da Igualdade*. Coimbra: Almedina.

DENZIN, N., & LINCOLN, Y. (1994). *Handbook of qualitative research*. Los Angeles: Sage.

DERANI, C. (1997). *Direito Ambiental Econômico*. São Paulo: Max Limonad.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL. (1997). *As Grandes Orientações da Conferência de Tbilisi*. Brasília: Série Estudos Educação Ambiental.

FAGANELLO, C. R. F. (2007). Fundamentação da cobrança pelo uso da água na agricultura irrigada, na microbacia do Ribeirão dos Marins, Piracicaba/SP. Tese apresentada a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo para obtenção do grau de doutor em Ecologia Aplicada, orientada por Marcos Vinícius Folegatti, Piracicaba, São Paulo.

FAGÚNDEZ, P. R. A. (2006). O ensino jurídico: realidade e perspectivas. Belo Horizonte. In *OAB Ensino Jurídico: o futuro da Universidade e os Cursos de Direito: novos caminhos para a formação profissional*. (pp. 65-86). Brasília: Conselho Federal da OAB.

FARIAS, C. R., & CARVALHO, W. L. P. (2007) O Direito Ambiental na sala de aula: significados de uma prática educativa no ensino médio. *Ciência & Educação*, v. 13, n. 2, p. 157-174.

FERRAZ FILHO, J. F. C. Dos Princípios Fundamentais. In: MACHADO, C. (Org.), FERRAZ, A. C. C. (Coord.) *Constituição Federal Interpretada, artigo por artigo, parágrafo por parágrafo*. (2ª ed., cap. I, pp. 3-55). São Paulo: Manole.

FERRAZ FILHO, J. F. C. Título I: Dos Princípios Fundamentais. In: MACHADO, C. (Org.), FERRAZ, A. C. C. (Coord.) *Constituição Federal Interpretada, artigo por artigo, parágrafo por parágrafo*. (2ª ed., cap. 1, pp. 3-55). São Paulo: Manole.

FIGUEIREDO, G. J. P. (2005). A questão ambiental no Direito Brasileiro. P. 472-517. In KISHI, S. A. S., SILVA, S. T., & SOARES, I. V. P. (Org.) *Desafios do Direito Ambiental no Século XXI. Estudos em homenagem a Paulo Affonso Leme Machado*. (cap. 7, pp. 472-517). São Paulo: Malheiros.

FIORILLO, C. A. P. (2001). *Curso de Direito Ambiental Brasileiro*. (12ª ed.) São Paulo: Saraiva.

FRANCISCHETTO;G. P., & COSTA, R. P. (2009). Ensino jurídico “versus” positivismo jurídico: para uma visão plural do direito. *Revista Eletrônica Acadêmica de Direito Law E-Journal Panóptica*, n° 16, pp. 1-26. Retirado a 11 de outubro, 2011, em <http://br.vlex.com/vid/iacute-dico-rdquo-vis-plural-223060857>.

FREIRE, P. (2004). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. (29ª ed.) São Paulo: Vozes.

FREITAS, V. P. de. (2000). *A Constituição Federal e efetividade das normas ambientais*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

GADOTTI, M. (2005). Pedagogia da terra e cultura de sustentabilidade. *Revista Lusófona de Educação*, n° 6, pp. 15-29. Retirado a 11 de novembro, 2011, em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n6/n6a02.pdf>.

GARCIA, L. A. M. (2006). *Conhecimento, metodologias e relações interdisciplinares moderna*. Brasília: UNB.

GRAÇA, C. S. As oportunidades de diálogo entre os saberes do direito ambiental e da produção limpa. 2007. Dissertação apresentada a Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia para obtenção do grau de mestre em gerenciamento e tecnologias ambientais no processo produtivo, orientada por José Célio Silveira Andrade, Salvador.

GRANZIERA, M. L. M. (2003). *Direito das águas, disciplina jurídica das águas doces*. (2ª ed.). São Paulo: Atlas.

GRAU, E. R. (2004). O direito posto, o direito pressuposto. In: ALVES, Alaôr Caffé; LAFER, Celso; GRAU, Eros Roberto; COMPARATO, Fábio Konder; TELLES JUNIOR, TELLES JUNIOR., G. da S; FERRAZ JUNIOR, T. S. (2004). *O que é a Filosofia do Direito*. São Paulo: Manole.

GUIMARAES, S. S. M., & TOMAZELLO, M. G. C. (2003). A Formação Universitária para o Ambiente: Educação para Sustentabilidade. *Ambiente & Educação*, v. 8, p. 55-72.

IOCOHAMA, C. H. (2011). O ensino do Direito e a separação dos eixos teórico e prático: interrelações entre aprendizagem e ação docente. 2011. Tese apresentada a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do grau de doutor em Educação, área de concentração didática, teorias de ensino e práticas escolares, orientada por Sonia Teresinha de Sousa Penin, São Paulo.

JOUCHELOVITCH, S. Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

LAVILLE, C., & DIONNE, J. (1999). *A construção do saber, manual da metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

LEÃO, Y. A., & BARRETO, L. A. (2009, janeiro-junho). Ensino jurídico e a realidade do curso de Direito da Universidade Estadual da Paraíba. *DATAVENI@. Revista do Centro de Ciências jurídicas da Universidade Estadual da Paraíba*, v.1, n.1. Retirado a 22 de outubro, 2011, em revista.uepb.edu.br/index.php/datavenia/article/view/513/291.

LEITE, J. R. M., & AYALA, P. A. (2000). A transdisciplinaridade do Direito Ambiental e sua equidade intergeracional. *Seqüência. Estudos Jurídicos e Políticos.*, v. 21, n. 41, p. 113-136. Retirado a 14 de outubro, 2011, em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15418/13991>.

LIMA, R. M. G. (2006). Reflexões sobre Meio Ambiente e Direito Ambiental. In www.jus.com.br/ Acedido em 16 de outubro de 2011 em www.jus.com.br.

LONDERO, M. A. A. Meio Ambiente: uma questão de cidadania. In www.djweb.com.br/

LOUREIRO, C. F. B. (2002). Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In LOUREIRO, C. F. B. L., LAYRARGUES, P. P., & CASTRO, R. S. (Org.). *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. (2ª ed., cap. 8, pp. 69-98). São Paulo: Cortez.

MACHADO, P. A.L. (2006). *Direito à informação e meio ambiente*. São Paulo: Malheiros.

_____. (2011). *Direito Ambiental Brasileiro*. (19ª ed.). São Paulo: Malheiros.

MACHADO, R. A. Discurso de abertura do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil proferido em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 10 de abril de 2002. (pp. 17-28). In *OAB ensino jurídico: formação jurídica e inserção profissional*. Brasília: Conselho Federal da OAB.

MARTINEZ, S. R. (2006, 26 fevereiro). A evolução do Ensino Jurídico no Brasil. *Jus navigandi*, ano 11, nº 996. Retirado a 23 de outubro, 2011, em www.jus.uol.com.br/revista/texto/8020/a-evolucao-do-ensino-juridico-no-brasil/2.

MEIRELLES, H. L. (1997). *Direito Administrativo Brasileiro*. (22ª ed.). São Paulo: Malheiros.

MILARÉ, E. (2009). *Direito do Ambiente*. A gestão ambiental em foco. Doutrina, jurisprudência e glossário. (6ª ed.). São Paulo: Revista dos Tribunais.

MORAN, J. M. Bases para uma educação inovadora. In: www.eca.usp.br/ Acedido em 14 de outubro de 2011 em www.eca.usp.br/prof/moran/bases.htm.

MUKAI, T. (2007) *Direito Ambiental Sistematizado*. (6ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

NADER, P. (2003). O ensino jurídico e o perfil dos concursos públicos. *Coletânea Ensino Jurídico*. Brasília: Conselho Federal da OAB.

NOIRTIN, C. R. F. F. (2010, janeiro-junho). Animais não humanos: sujeitos de direitos despersonificados. *Revista Brasileira de Direitos dos Animais*, ano 4, nº 6, p. 133-152.

NUNES, E. A. M., SILVA, J. C. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. Assunto: Duração de Cursos presenciais de Bacharelado. Relatores: Edson de Oliveira

Nunes, Éfrem de Aguiar Maranhão e José Carlos da Silva. *Processo nº 23001.000186/2002-62. Parecer nº CNE/CES 108/2003*. Colegiado CES. Aprovado em 7 de maio, 2003. Retirado a 11 de outubro, 2001, em <http://www.abennacional.org.br/download/CES0108.pdf>.

PEREIRA, A. (2006). VIII Seminário de Ensino Jurídico do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. (pp. 127-137). In *OAB Ensino Jurídico: o futuro da Universidade e os Cursos de Direito: novos caminhos para a formação profissional*. Brasília: Conselho Federal da OAB.

QUEIROZ, T. F. (2006, novembro). Propedêutica do Direito Ambiental. *Âmbito Jurídico*, nº 35, ano IX. Retirado a 10 de outubro, 2011, em http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1545.

REALE, M. (1987). *Memórias. Destinos Cruzados*. (Vol. 1). São Paulo: Saraiva.

SALOMÃO FILHO, C. (2010, 03 janeiro). Copenhague: as decepções e o direito. *Folha de São Paulo*, Retirado a 14 de outubro, 2011, em: www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/inde03012010.htm.

SANTOS, B. S. (2008). *Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. 12ªed. São Paulo: Cortez.

SARTÓRIO, A. F. P. (2006). *Direito constitucional fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: a questão da indenizabilidade das áreas de preservação permanente e de reserva legal em virtude da função sócio-ambiental da propriedade rural*. Dissertação apresentada a Faculdade de Direito de Vitória, para obtenção do grau de mestrado em Direitos e Garantias Constitucionais Fundamentais, Área de Concentração Direitos Constitucionais Fundamentais, Vitória.

SÉGUIN, E. (2006). *O Direito Ambiental: nossa casa planetária*. (2ª ed.) Rio de Janeiro: Forense.

SPINK, M. J. P. *O conhecimento no cotidiano: as representações na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

TELLES JUNIOR, G. da S. (2004). Duas palavras. In ALVES, A. C., LAFER, C., GRAU, E. R.; COMPARATO, F. K., TELLES JUNIOR, G. da S., FERRAZ JUNIOR, T. S. (2004). *O que é a Filosofia do Direito*. São Paulo: Manole.

VELASCO, S. L. (2002, janeiro-junho). Algumas reflexões sobre a PNEA (Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9795 de 27/04/1999). *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 8, p.12-20.

VIANA, G., SILVA, M., & DINIZ, N. (2001). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

ANEXOS

1. Questões das entrevistas

ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

01. Nome da Faculdade (instituição) pesquisada:
02. Nome do professor (facultativo):
03. Formação Acadêmica/Profissional e ano de conclusão:
04. Tempo de atuação como professor de Direito Ambiental:
05. Lugar ocupado pelo Direito Ambiental na grade curricular. É uma disciplina:
☐ Obrigatória ☐ Facultativa ☐ Inexistente
06. O ano de Inserção da disciplina na grade curricular dessa faculdade: _____
07. Carga horária: _____
08. Motivo que o (a) levou a ser professor da disciplina DA nessa faculdade:
☐ Preferência ☐ Opção oferecida
09. Ministra aula de DA também em outra(s) instituições? Cite-a(s):
10. Além de ensinar, exerce outra atividade relacionada à área ambiental?
☐ Sim ☐ Não Especifique:
11. Você sente dificuldade para trabalhar com Direito Ambiental?
☐ Sim ☐ Não Justifique:
12. O acesso a obras referentes à disciplina é considerado?
☐ Abundante ☐ Escasso ☐ Satisfatório
13. Que estratégias são adotadas, em termos metodológicos, para o Ensino do Direito Ambiental nessa faculdade?
14. Na sua opinião, qual a relevância do Direito Ambiental no currículo do Ensino Jurídico?
15. Quais os conteúdos pertinentes a serem abordados pela disciplina D A?
16. Qual o maior desafio para o ensino do Direito Ambiental?
17. Alguns autores, ainda, resistem à aceitação do Direito Ambiental como disciplina autônoma. Como você vê essa questão?
18. O Direito Ambiental é dotado de caráter interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar. No seu ponto de vista, essa complexidade facilita ou dificulta o trabalho do professor? Justifique.
19. O Ensino do Direito Ambiental, da maneira como está sendo contemplado, contribui para uma formação consciente, crítica e participativa na busca de soluções para os problemas ambientais? Justifique.
20. No seu ponto de vista, o que leva uma faculdade a não contemplar a disciplina Direito Ambiental na grade curricular do seu curso de Direito?